



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 12

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 23 de maio de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade à discussão dos seguintes diplomas:

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XII — “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”;

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII — “Plano Regional Anual para 2024”;

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII — “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”.

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Marlene Damião (*PS*), João Mendonça (*PPM*), Rúben Cabral (*PSD*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Mário Tomé (*PS*), Ana Jorge (*PSD*), Adolfo Vasconcelos (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Luís Raposo (*PSD*), Olivéria Santos (*CH*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Russell Sousa (*PS*),

Paulo Chaves (*PSD*), Francisco Lima (*CH*), Flávio Soares (*PSD*), Sandra Costa Dias (*PS*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), José Sousa (*CH*), Luís Soares (*PSD*), Sabrina Furtado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Andreia Cardoso (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (*Maria João Carreiro*), o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*).

No decurso do debate, para um protesto e um contraprotesto, respetivamente, usaram da palavra os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*) e Berto Messias (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 58 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luis **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa Rita

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila de Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ontem, quando encerrámos os nossos trabalhos, estávamos no âmbito da Secretaria do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Estava inscrita a Sra. Deputada Marlene Damião, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pensar no turismo é pensar no futuro, é jogar por antecipação, é planear, mas acima de tudo concretizar.

Os números não são uma certeza absoluta, os números variam, num dia podem estar bem, noutro dia podem estar mal. Aqui, o que importa efetivamente é antever cenários. E é nesse âmbito que eu gostaria de reagir à intervenção do Sr. Deputado

Rúben Cabral, que referiu, por diversas ocasiões, que é importante mitigar a sazonalidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os números estão mal!

A Oradora: Totalmente de acordo. Mas a mitigação da sazonalidade faz-se no inverno, porque, como já foi dito várias vezes, o verão vende-se sozinho.

Também, o Sr. Deputado Rúben Cabral alegou que eu repeti perguntas efetuadas na reunião da Comissão de Economia, do dia 2 de maio. Sim, repeti uma, mas, ironicamente, essa resposta foi dada hoje na publicação do Jornal Oficial, com data de terça-feira, que será constituída uma equipa de trabalho para a revisão do POTRAA. Não poderíamos ficar mais satisfeitos com esta notícia. Aliás, é sinal de que o Governo reage e acata as sugestões que são lançadas aqui da nossa bancada.

Gostava também de referir ao Sr. Deputado Rúben Cabral que, ao contrário do que afirma, o PEMTA, nas suas páginas 165, 166 e 167, refere o mercado eslavo como mercado secundário. Ora, entenda-se que o mercado secundário não é o mercado prioritário. E, portanto, não percebo o que é que diz quando ironiza que eu não li o PEMTA e que não estou a par do que lá consta.

Porque tenho pouco tempo, portanto, tenho que resumir rapidamente os diversos assuntos.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Tem 43 minutos!

A Oradora: Não se preocupe. Gostava eu. Não...

Sr. Deputado, o que disse ontem relativamente aos trilhos pedestres causou, de facto, alguma estranheza, que os turistas são os responsáveis pela degradação dos trilhos pedestres, também corroborado pelo Sr. Deputado Rúben, que os trilhos são uma má herança. Olhe, eu penso que está enganado. Os trilhos não são uma má herança. Os trilhos são das melhores heranças que nós deixámos e são dos maiores ativos que nós temos como destino de natureza. Por isso é que recebemos os prémios, que não são de agora, que já vêm de há muito tempo.

E, portanto, anunciar uma grande rota e não efetuar a qualificação dos nossos produtos, penso que não será a melhor estratégia.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No final do ano 2020, ainda não se completaram quatro anos, a ilha do Corvo ficou 50 dias consecutivos sem abastecimento marítimo. No inverno de 2020, a ilha esteve a 12 horas de ficar sem eletricidade, a 12 horas da escura e sombria negritude.

Este Governo resolveu o problema através do fretamento do navio “Thor”...

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Falso! Sr. Secretário, falso!

O Orador: ... que todos os dias prova que é o navio adequado para manter abastecida a ilha do Corvo, mesmo nas piores circunstâncias.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É verdade, mas não foi isso que foi dito!

O Orador: Qual é a novidade, nesta matéria, para este ano? A notícia é que a operação do “Thor” continua este ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Trata-se de prosseguir e garantir um serviço essencial para a ilha do Corvo. É um investimento de ontem. É um investimento de hoje. E com este Orçamento é um investimento para o futuro.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O que é que defende o PS, nesta matéria, pela voz do Deputado Lubélio Mendonça? Nada! Nem “Thor”, nem nada!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Com o PS, o nosso destino seria ficar mais uma vez com um credo na boca, a ver passar navios que nem do canal do Pico passavam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso articular melhor as viagens? Claro que é! E é isso que será feito. É isso que tem de ser feito. Mas deixem-me dizer isto: o PS falar no abastecimento marítimo da ilha do Corvo é a mesma coisa que o diabo se queixar do fumo e do calor da lareira.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Outro problema é o transporte aéreo. Queixa-se o PS que agora está mau. Mas como é que estava no tempo do PS? Os aviões voavam três dias por semana no inverno e faziam a semana inglesa durante o ano todo, isto é, aos sábados e aos domingos descanso para a aviação no Corvo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como é que é agora? Muitos mais voos durante o ano e voos todos os dias. E em alguns dias, mais que um, incluindo sábados e domingos.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: E tudo isto não foi no século passado nem na década passada, só se

passaram três anos. Não ignoro que para o PS estes três anos parecem séculos e se assemelham à eternidade.

Como é que vai ser este ano? Vamos continuar a ter os voos que criámos e não se retrocederá para a tristeza franciscana dos tempos do PS.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Diz o PS que percebeu que em seis meses não se executará a obra do aeroporto e do quartel dos bombeiros. Diz que não percebe o que é que aconteceu. Vou dar uma pistazinha: o PS chumbou o Orçamento para tentar regressar ao poder.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora aí está!

O Orador: Chega? Não? Então aqui vai mais uma explicação: não se faz em seis meses o que o PS não fez em 24 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas a obra vai ser feita? Vai, é claro que vai! E a gare marítima da ilha do Corvo, vai ser feita? Vai! Está no Plano a verba para a concretizar. O PS nem sonhou com a sua construção. Mas vai ser feita.

E a aposta enorme na melhoria dos cuidados de saúde na ilha do Corvo, é para continuar? Claro que é! Temos agora excelentes condições no edifício da USIC, de equipamentos e um quadro de pessoal mais vasto, que o PS até acha excessivo. Mas, sim, é para continuar.

E a autonomia dos nossos serviços da Administração Regional em relação à vizinha ilha das Flores, é para continuar? Claro que é! Que não existam dúvidas a este respeito.

E na cultura, a aposta é para continuar? Sim, está prevista a inauguração de mais duas infraestruturas para integrar o Ecomuseu: uma Casa Etnográfica, por sinal recheada de objetos culturais, que eu tenho a honra de ter cedido ao Ecomuseu, e a “Casa da Vigia”. Ainda está prevista a elaboração dos projetos da “Casa da Memória” e da “Casa dos Teares”.

E na educação? Adquirida a chamada “Casa dos Professores”, está agora prevista a sua requalificação. Um projeto absolutamente inovador na área da educação.

Termino, sem, entretanto, conseguir terminar de enumerar o muito que se prevê fazer, em apenas seis meses, na minha ilha. A seguir, assim o espero, vamos ter mais quatro anos de Governo, se o PS, entretanto, não conseguir criar mais caos e causar mais atrasos aos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos precisar desses anos. Falta fazer muito na ilha do Corvo e nos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rúben Cabral, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Rúben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não tínhamos ainda aquecido a cadeira esta manhã e já estava o Partido Socialista a tentar fazer duas coisas: a primeira foi, novamente, colocar na boca de

Deputados social-democratas coisas que não disseram.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Disse, disse!

O Orador: E eu, nesse aspeto, não vou sequer fazer tentativa de defesa da honra, até porque nenhum Deputado desta Casa tem a culpa de que os Deputados do Partido Socialista não consigam ouvir o que é dito. E talvez seja por isso que no tempo em que a Sra. Marlene Damião foi diretora regional deste setor não correu tão bem como está a correr neste momento.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Misericórdia!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É preciso saber ouvir. E em turismo é muito importante ouvir, mais do que falar.

A outra coisa que o Partido Socialista está a tentar fazer é dizer... aliás, é não dizer uma série de coisas, como por exemplo: este Governo tem resultados, tem mais hóspedes, tem mais passageiros, têm mais dormidas, tem mais receitas, tem maior estada média, tem mais ligações aéreas, tem mais mercados emissores, tem mais satisfação, tem mais prémios, tem mais sucesso.

Parabéns, Governo Regional, é uma ótima gestão do turismo dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Por falar em dizer a verdade, Srs. Deputados, eu vou lembrar, por exemplo, que a Tarifa Açores seria ilegal e catastrófica para as contas da Região e para a SATA.

A realidade veio contradizer isto. E, depois, até em campanha eleitoral, o Partido Socialista disse que afinal foi uma boa medida e que iriam manter no seu governo se fossem eleitos.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exatamente! Muito bem lembrado!

O Orador: O que aconteceu foi que “o povo é quem mais ordena”, e o povo disse que não quer uma cópia incompetente, quer, sim, o original competente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, por fim, o Partido Socialista não quer dizer uma coisa, é que o Governo da coligação não fez os Açores ficarem com menos uma companhia *low cost*, mas o Governo do PS fez os Açores ficarem com menos duas companhias *low cost*.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os investimentos e as apostas feitas por anteriores Governos Regionais

relativamente às políticas de energia e de mobilidade elétrica visavam reduzir o consumo de combustíveis fósseis e promover a descarbonização, sendo uma das medidas o aumento da produção de energia através de fontes renováveis.

A Estratégia Açoriana para a Energia 2030 pretende atingir 70 % da eletricidade renovável em 2030, com a previsão de 42 % da eletricidade renovável para 2024. Estamos perante o incumprimento desta meta, prevista pelo próprio Governo, pois o que temos não é uma diminuição do consumo de combustíveis fósseis, o que temos é, sim, o seu aumento.

De 2020 a 2023, o que se verificou foi um aumento do peso do uso de combustíveis fósseis, contrariando assim tudo o que foi dito até então. E não é só o PS que diz, foi, ontem, na comunicação social regional, e passo a citar: “Na produção de energias renováveis, os Açores estão a ficar para trás.” Diz mesmo assim na notícia. E dizem mais: “A situação é preocupante, uma vez que os Açores são ricos em recursos renováveis, e os investimentos previstos nesta área são financiados no âmbito do PRR, existindo muitas opções diferentes para atingir as emissões líquidas zero, sendo os sistemas de armazenamento considerados igualmente essenciais.” O que seria uma aposta na redução das emissões de gases de efeito estufa e potenciar a produção da energia elétrica a partir de fontes limpas para o autoconsumo, num valor de 19 milhões em fundos do PRR, está muito aquém daquilo que seria esperado, trazendo constrangimentos às famílias açorianas.

Esperamos, também, Sra. Secretária, na alteração do Orçamento apresentado para 2024, que não haja uma eliminação da alínea e), como ela não consta no Orçamento, porque isto só estaria a colocar em causa todo o financiamento e candidaturas de utilizadores domésticos, o que para nós é inadmissível.

Sra. Secretária, em esclarecimentos em audições do Governo, disse que não pagava mais candidaturas por ter esgotado os limites do que o DLR estabelecia. Mas isso não é verdade. Já poderia estar na ordem dos 13 milhões se conseguisse

cumprir 2022, 2023, e já podia estar a atingir 70 % de 2024 se assim o quisesse e tivesse essa disponibilidade financeira, que já percebemos que não tem.

Atualmente, temos famílias açorianas e promotores a passar por autênticos calvários no procedimento da candidatura, que leva mais de um ano a chegar ao fim, por falhas que já aqui enunciadas. Tudo isto só prejudica a economia das famílias açorianas.

Se juntarmos todo este atraso, de incompetência, neste processo do Solenerge, os atrasos que, em muitos casos, do Proenergia atingem mais de um ano, mais uma vez o Governo está a criar entraves e dificuldades às famílias açorianas.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não paga!

A Oradora: Já sei, vão referir o chumbo. Não sei como é que não o referiram. Mas nada do que referi até agora, quer o Solenerge, quer o atraso do Proenergia, se refere ao Orçamento de 2024, referem-se a fundos do PRR e a fundos do Orçamento de 2023.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não precisamos de Orçamento para tratar disso?

A Oradora: Com mais dinheiro disponível através do PRR, estamos perante um retrocesso nas políticas de energia, com o aumento da produção de energia com recurso a combustíveis fósseis, e um Governo que dificulta e não paga os valores referentes às candidaturas, prejudicando assim a economia das famílias açorianas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): São discursos desses que prejudicam a economia!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não, não é, Sr. Vice-Presidente!

Presidente: Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, o colega Nuno Barata, ontem, referiu na sua intervenção que a senhora em cada três perguntas responde a duas. Eu quero dar os parabéns pelos seus colegas, o Sr. Secretário do Mar e o Sr. Secretário da Agricultura, porque eu fiz duas perguntas a cada um, e nenhum deles me conseguiu responder. Eu espero que a senhora, de facto, me responda a duas ou três questões que vou formular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Presidente, já passámos essa fase de ir atrás do prejuízo após uma noite mal dormida!

O Orador: Sra. Secretária Regional, Dra. Berta Cabral, faz, no próximo dia 2 de outubro deste ano, cinco anos da passagem do Furacão Lorenzo, uma intempérie que, de facto, afetou praticamente todas as ilhas dos Açores. E a verdade é que com menos atrasos, com alguns atrasos e com obras concluídas, basicamente, todo esse processo participado pela República está em curso. Mas a verdade, Sra. Secretária, é que nem tudo está pronto.

E a justificação do chumbo do Orçamento para 2024 não justifica aquilo que a senhora tem que me dizer e tem que dizer aos picarotos. É que, em 2021, o Sr. Secretário do Mar e Pescas, o Dr. Manuel São João, foi ao Pico, em visita estatutária, anunciar o projeto do Porto das Ribeiras. Em 2022, a sua antecessora, em visita estatutária, foi anunciar o projeto do Porto das Ribeiras. Em 2023, em visita estatutária, a senhora foi ao Pico anunciar o Porto das Ribeiras. Em janeiro deste ano, a Tempestade Efrain afetou um conjunto de infraestruturas portuárias, e aquele porto esteve sem energia elétrica durante cinco meses. Foi preciso um requerimento feito pelo Partido Socialista para, na sexta-feira passada, colocarem lá três holofotes.

E eu questiono, Sra. Secretária: o que é que se passa com o Porto das Ribeiras? É pelo facto de aquele concelho ser socialista? Não acredito. Não acredito, porque todas as obras do Furacão Lorenzo, umas estão concluídas e outras estão em curso. O que se passa com aquele porto?

Depois, também, Sra. Secretária, saudá-la, porque daquela tribuna a senhora referiu que o processo de ampliação da pista do aeroporto do Pico estava em curso. E esse é um anseio de todos os picarotos. A ampliação da pista é um projeto de resolução do Partido Socialista, que foi aprovado nesta Casa, de extrema importância para o contínuo desenvolvimento económico da ilha do Pico. E, de facto, nós só queremos saber como é que está o ponto de situação, atendendo que o estudo de impacto ambiental era para ter sido entregue em fevereiro do corrente ano na UNESCO e, pelo que sabemos, isso não aconteceu. Gostaríamos de perceber o que é que se passa.

E falando em infraestruturas portuárias e aeroportuárias, é importante não só estas obras avançarem, mas também o Governo Regional cumprir com os compromissos de pagamento com as empresas dos Açores que fazem obras para a Região.

Ainda ontem, é notícia que a AICOPA desafia o Governo dos Açores a pagar dívidas em atraso às empresas de construção.

(Neste momento, o orador mostrou um documento à câmara)

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): O Governo da República não pagou!

Deputado António Lima (BE): Pague aos empresários, Sr. Presidente!

O Orador: Ainda hoje, uma página de um órgão de comunicação regional, acerca dos pagamentos em atraso. E gostaria, obviamente, que desse uma explicação: quais são esses pagamentos? Qual é a quantidade de que estamos a falar? E qual

é o tempo de atraso desses pagamentos?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Bom dia a todos.

A 2 de outubro de 2019, depois da passagem do Furacão Lorenzo, o Secretário dos Assuntos do Mar disse, na altura, que não houve nenhum dano estrutural nos portos do Pico. Portanto, o Porto das Ribeiras não tinha sido afetado na sua estrutura. Obviamente que o que estava danificado vinha de trás. A diferença é que o Governo socialista efetivamente demonstrou, entretanto, que aquilo que não queria era gastar dinheiro com esta infraestrutura e a proteção dos bens e pessoas. Isto, porquê? Passado umas semanas, com a disponibilização de verbas da República, apressaram-se a inscrever a reparação do porto e a proteção da orla, que, obviamente, há muitos anos deveria ter sido intervencionada, para que assim pudesse ser feito ao abrigo do investimento Lorenzo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não é de agora! Muito bem!

A Oradora: Efetivamente, também importaria aqui rever algum histórico que nos demonstra que sobre esta questão (e vou-me dirigir diretamente ao Deputado, e amigo, Mário Tomé, também Presidente de Junta da nossa freguesia) não encontrei qualquer requerimento, qualquer ação veemente da sua parte ou da parte do Partido Socialista sobre o Porto das Ribeiras, a não ser aquela que,

efetivamente, no mês de janeiro, como Presidente da Junta de Freguesia, parecendo que naquele momento é que a situação efetivamente estava a acontecer, faz uma reportagem para a RTP Açores onde aparece como sendo aquele que nos vem acenar e trazer o problema. O problema já existe, o problema persiste, o problema já não é novo.

Deputado Mário Tomé (PS): Foi agravado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é novo, não se resolve!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Foi mal feito! Deixaram tudo velho!

A Oradora: Aliás, esse problema tem sido e está inscrito ainda na ação 9.18 como sendo uma ação a ser desenvolvida. Certamente, a Sra. Secretária Regional da Mobilidade, Transportes e Infraestruturas terá alguma coisa a dizer sobre o ponto de situação relativamente a esta intenção, que não desapareceu do Plano, ela está lá inscrita.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Efetivamente, também será importante considerar o Porto das Ribeiras, mas também não descurar, e aqui isso é fundamental para a população de Santa Cruz das Ribeiras, uma infraestrutura que lhe está anexa, e aí estamos a falar de proteção de orla marítima, que é a piscina municipal. E as casas, as habitações, é disso que estamos a falar, de proteger as pessoas, os seus bens, as suas habitações. E, portanto, aqui também podemos dizer que os picoenses não ficam sem resposta.

Também dizer, em relação ao aeroporto e ao estudo do aeroporto, efetivamente, também já foi dito pela Sra. Secretária e até escrito na comunicação social, que este estudo que foi contratualizado, efetivamente, encontrou alguns constrangimentos que importa considerar, estudar, reavaliar e ultrapassar. E, nesse sentido, já ouvimos nesta câmara também, não é novo para nós.

Destacar também que, sendo importante, o PSD, nomeadamente o PSD-Pico, tem

feito também, há bem pouco tempo fez uma visita ao aeroporto do Pico, onde, efetivamente, reitera a necessidade e a importância de se investir na ampliação deste aeroporto, na sua capacidade também.

E saúda o investimento que tem sido feito nas condições de segurança e conforto neste aeroporto, que ultrapassa os 1,3 milhões de euros. As obras são visíveis, estão a ser feitas. Temos um aeroporto com condições de segurança, ampliadas, reforçadas. E isso é um investimento deste Governo, que não se esqueceu do Pico nem de uma estrutura importantíssima para o aeroporto do Pico.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Referir também que, efetivamente, os dados mostram que é uma infraestrutura que necessita desta atenção que o Governo de coligação está a dar a este equipamento. Os números demonstram-no, não é? Nós somos das ilhas onde há maior aumento de passageiros. E, portanto, é uma estrutura essencial para o nosso desenvolvimento, quer seja turístico e também ao nível de movimentação de cargas. E, portanto, dizer que, na verdade, este Plano e Orçamento, para a ilha do Pico, traz-nos um valor absoluto, o maior de sempre. Um valor que, em relação a 2023, aumenta 38,5 %, mais cerca de 20 milhões de euros, com investimentos em variadíssimas áreas, desde a habitação, a juventude, a infância, as infraestruturas.

Ainda ontem víamos, efetivamente, a abordar a questão dos caminhos agrícolas. Aquilo que está inscrito como verba é aquilo que é necessário para se poder dar início à execução do projeto. Mas as verbas serão verbas que também resultarão de outros financiamentos.

Sabemos também que é a herança que nós recebemos, 400 km de caminhos, numa

ilha com a nossa orografia, com as condições atmosféricas a que temos assistido, o problema nunca vai ficar sanado. O problema é um problema constante que vamos ter que continuamente trabalhar nele, para que haja a manutenção, para que consigamos dar condições de acesso aos nossos agricultores, mas também cada vez mais aos nossos turistas, e não só, a todos nós, picoenses também. E, portanto, esse é um facto importante que importa salientar em relação àquilo que é o investimento para a ilha do Pico, um investimento que nos últimos anos é aquele que se assume como de maior volume financeiro.

Evidentemente que temos um reduzido tempo para o executar: seis meses. E todos sabemos porquê. Não vamos voltar e não vamos estar a insistir novamente naquilo que todos nós já sabemos e o povo açoriano também sabe.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sra. Secretária, para responder? Não?

Presidente: Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas porque, mais uma vez, a gente tem que vir aqui desmistificar um pouco o que é dito, porque as pessoas tentam analisar os dados da forma que mais lhes

convém. E dizer o quê? Em relação às metas apresentadas, por exemplo, na questão da energia, as metas estão bem explícitas na estratégia que definimos. Em 2026, a meta será de 61 %. E até 2030, até 70 %. Ou seja, isto é o que nós nos comprometemos a executar. Mas as situações não correm sempre de acordo com o que nós prevemos, há atrasos, e temos de reconhecer essa situação. O facto é que as coisas estão no bom caminho, estão a andar.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Provavelmente 2024!

O Orador: E nós temos de ser mais rigorosos na análise dos documentos que vemos, porque lançar aqui números de acordo com o que nos interessa... Por exemplo, as análises feitas ao mês ou ao trimestre, quando tem que ser feito anualmente.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Estão na SDEA! Se não estão bem, são do Governo!

O Orador: Temos de ser rigorosos e justos. E era só.
Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Agradeço novas inscrições.

(Pausa)

Deputado José Ávila (PS): Ó Sra. Secretária, e as Termas do Carapacho?

Presidente: Sra. Secretária Regional do Turismo, tem a palavra.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta

Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para que não fiquem dúvidas, eu queria deixar aqui esta nota: dada a limitação de tempo, eu não posso responder aos Srs. Deputados, e os Srs. Deputados sabem disso, porque há mais dois Secretários Regionais para intervir, quero disponibilizar-me...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A gente também tem tempo para gerir!

A Oradora: ... para dar todas as respostas que entenderem, no sítio que entenderem e quando entenderem, porque sabem que eu tenho resposta para elas todas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

A Oradora: No entanto, eu queria deixar aqui uma nota ao Sr. Deputado Lubélio Mendonça: não o autorizo a tirar conclusões daquilo que eu não disse...

Deputado Berto Messias (PS): Não autoriza?! Credo!

A Oradora: ... nem pôr na minha boca aquilo que eu também não disse!

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Disse, disse! Disse, sim senhora!

A Oradora: E isso tem que ficar claro e na ata. Não pode pôr na minha boca o que eu não disse!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Aos arautos da desgraça, principalmente ali do Partido Socialista, o que devo dizer é: deixem de puxar os Açores para baixo, deixem de ter ciúme dos nossos bons resultados, porque isso só nos estimula a fazer cada vez mais e melhor!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição no âmbito desta pasta governativa.

(Pausa)

Não havendo, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego. Faça favor, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (*Maria João Carreiro*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2024 nas áreas da Juventude, Habitação e Emprego reforça o investimento num tripé estratégico para a construção do bem-estar dos jovens, das famílias e das empresas açorianas, num total de investimento de 116 milhões de euros.

Estas propostas de investimento, assim como as Orientações de Médio Prazo, estão enquadradas no Programa do XIV Governo dos Açores e beneficiam de um quadro atual francamente positivo, o que leva a que a Região possa, hoje, dar respostas ainda mais ambiciosas para os desafios nestas áreas de governação.

O investimento na Juventude é reforçado em 69 %, totalizando 2,6 milhões de euros.

O investimento na Habitação é reforçado em 15,4 %, totalizando 29,3 milhões de euros.

O investimento na Qualificação e Emprego totaliza 83 milhões de euros, um reforço de 30,5 %.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Plano contém as medidas necessárias para responder, com gradualismo, às necessidades e às expectativas dos cidadãos, com políticas fortes e integradas.

Com a aprovação deste Plano, vamos dar início à execução de medidas do pacote MAIS JOVEM para atrair e fixar talento jovem na Região, designadamente com a atribuição de duas viagens gratuitas aos jovens estudantes, deslocados da sua ilha de residência para frequentar cursos de licenciatura e de mestrado nos Açores, no Continente ou na Madeira, dinamizando a sua ligação à ilha e à Região.

Com a aprovação deste Plano, mais famílias jovens vão ser elegíveis ao “Casa Renovada, Casa Habitada” e “Autoconstrução”, garantindo, assim, as condições de acesso a habitação a preços compatíveis com os rendimentos dos jovens.

Com a aprovação deste Plano, os apoios à contratação são majorados em função das qualificações e habilitações, para que os jovens possam ver reconhecido o seu esforço com estabilidade laboral e adequação salarial e fixarem-se na Região.

Com a aprovação deste Plano, os jovens veem reforçado o financiamento público dos programas de mobilidade juvenil; criatividade, inclusão e literacia; integração socioprofissional e empreendedorismo; ou ainda participação e associativismo.

Com a aprovação deste Plano, vão ser criados os programas “Jovens Digitais”, para envolver as associações juvenis em programas de capacitação digital, e RE(AGE), para apoiar atividades formativas e vocacionais de jovens em risco, bem como a medida “Cheque Livro”, para incentivar os jovens à aquisição de livros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não podemos, e não poderá nenhum governo, fazer tudo aquilo que estava por fazer — e era muito o que estava por fazer — em apenas três anos e meio.

Na Habitação, vamos reforçar uma política promotora de respostas diferenciadas

para problemas diferentes, dirigidas aos jovens, às famílias de classe média, sem esquecer os mais desfavorecidos.

A estratégia de promoção, reabilitação e renovação habitacional desenvolvida pelo XIII Governo dos Açores traduziu-se num investimento superior a 43 milhões de euros, tendo beneficiado mais de 9400 famílias açorianas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estes resultados redobram o imperativo de continuar com medidas de proximidade e adaptadas à realidade da Região e à atual conjuntura, incluindo nos beneficiários dos programas regionais ainda mais famílias jovens e de classe média, monoparentais e numerosas, como propomos fazer, no imediato, com a alteração dos programas “Casa Renovada, Casa Habitada” e “Autoconstrução”.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: No mesmo sentido, não abdicaremos de promover as condições para que possamos — em estreita cooperação com os agentes de promoção de habitação — aproveitar a oportunidade do PRR para melhorar as condições do parque habitacional da nossa Região através da construção de novos edifícios e da renovação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo dos Açores está a sinalizar desafios, a estimular oportunidades e a criar políticas públicas para acelerar respostas comuns.

É assim também na área da Qualificação Profissional e Emprego, duas áreas sobre as quais registam-se hoje nos Açores níveis de confiança muito superiores a 2020.

O desemprego está historicamente baixo; a população empregada aumentou; são menos de 2000 os desempregados hoje em programas ocupacionais; ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: ... 85 % dos mais de 6000 contratos de trabalho apoiados desde 2021 incidiram sobre contratos sem termo e 59 % sobre trabalhadores até aos 30 anos de idade.

Através do CONTRATAR, os trabalhadores recebem hoje um salário médio superior a 37 % da Retribuição Mínima Mensal Garantida, ou seja, 1117 euros por mês.

Esta proposta de Plano reforça o investimento em três pilares essenciais: o reforço da empregabilidade dos açorianos; a promoção da qualidade do emprego; a capacitação da economia com profissionais qualificados, motivados e produtivos. Com este Plano, estão asseguradas as condições para estimular uma redução ainda mais acentuada do desemprego jovem e de longa duração, através do Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional ou da Escola de Negócios.

A qualidade do emprego é um imperativo para uma sociedade mais justa e um mercado de trabalho mais atrativo. É por isso que este Plano garante os instrumentos para estimular a valorização dos trabalhadores pela via da estabilidade laboral e da melhoria da remuneração, como forma, inclusive, de reter talentos, aumentar a produtividade das entidades empregadoras e garantir a respetiva melhoria das condições laborais e de vida dos açorianos.

Nesse sentido, o Governo vai criar uma medida para promover a responsabilidade social das empresas e distinguir as entidades que têm melhores práticas em termos de recursos humanos, não só no que concerne à valorização dos seus trabalhadores, mas também na inclusão social de públicos mais vulneráveis.

As competências e a especialização afirmam e diferenciam, cada vez mais, os trabalhadores no mercado de trabalho, razão pela qual o investimento em formação profissional quase triplica para que mais jovens e adultos, empregados e desempregados, possam ser envolvidos em percursos formativos em áreas que

constituem necessidades atuais e emergentes de recrutamento.

Nunca, como agora, se investiu tanto em formação e qualificação profissional. Este ano vamos lançar um passaporte regional de qualificações, uma base de dados inovadora que vai criar um ecossistema de trabalhadores qualificados em rede com as empresas e entidades empregadoras, permitindo, além da gestão da carreira pessoal dos utilizadores, a orientação para percursos de aprendizagem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O tempo da resposta única para desafios diferentes terminou na Região.

Estamos a viver um período de confiança e de transformações que nos interessam a todos, enquanto Região, porque delas vão resultar mais inclusão, mais coesão, mais produtividade, mais crescimento e mais desenvolvimento.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este é um Plano que os Açores precisam, porque consolida um caminho que está a afirmar na Região uma governação de resultados para os açorianos.

Disse.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado Berto Messias, a quem dou a palavra. Faça favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Agora vai começar o debate do Plano e Orçamento!

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos, hoje, nos Açores, um Governo Regional alheado da realidade e arrogante.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Falso!

O Orador: Esse alheamento da realidade é comprovado pelas intervenções triunfalistas dos Membros do Governo que tivemos ao longo da semana, um triunfalismo exacerbado...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não apoiado! Não foi nada disso!

O Orador: ... que não está, nem de perto nem de longe, sintonizado com os problemas que as açorianas e os açorianos vivem todos os dias nas suas vidas.

Um governo aliado da realidade é um governo a prazo, que não tem a capacidade de responder aos desafios que o futuro apresenta.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Governo a prazo?! Perdeu as eleições há três ou quatro meses!

O Orador: Temos também um Governo arrogante, um Governo que não é humilde. E isso é comprovado pelos argumentos que ouvimos ao longo desta semana por parte dos Membros do Governo, que são muito perigosos, imagine-se, lembrando o argumentário da União Nacional. Nesse tempo, quem era contra o Governo ou quem discordava do Governo ou do Sr. Presidente do Conselho, era contra o Estado, contra o País. Agora, aquilo que foi introduzido neste debate por vários Membros do Governo é que quem discorda do Governo Regional está a puxar os Açores para baixo ou, pasme-se, contra os trabalhadores da Administração Pública.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Nós não aceitamos esse argumentário maniqueísta e repudiamos em absoluto essa

visão unilateral da democracia, que só serve se for boa para os senhores e que não serve se for boa para todos. O PS recusa determinantemente esta visão maniqueísta do regime democrático autonómico da nossa Região!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Discutimos agora, Sras. e Srs. Deputados, a habitação, que é, pode dizer-se, o nosso primeiro direito, um direito fundamental, de constituição de família, de fixação, de vida comunitária, de contribuir ativamente para o bem comum e para a vida coletiva em cada uma das nossas freguesias, das nossas cidades, dos nossos concelhos e das nossas ilhas.

Neste setor, na habitação, o passado recente não é bom.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Passado recente?!

O Orador: Temos muito dinheiro por executar no passado recente na área da habitação.

A Sra. Secretária Maria João Carreiro tem agora uma nova expectativa sobre os seus ombros, porque o Governo tenta um novo impulso na área da habitação, tendo em conta aquilo que não correu bem no passado recente. E é por isso que retira a competência da habitação ao seu parceiro de coligação CDS-PP e passa o setor da habitação para o PSD, para a Sra. Secretária Maria João Carreiro.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Deixe-se disso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Devia estar feliz!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): O truque dos ciuinhos só funciona na escola primária!

O Orador: Os relatórios da execução financeira de 2023 mostram, nas ações concretas do Plano de Investimento na área da habitação, muito dinheiro por executar, muitas ações por executar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Confiança nas capacidades da Sra. Secretária!

Isso é um discurso revanchista e machista!

O Orador: Isso, obviamente, mostra que o passado recente levanta um conjunto de preocupações relativamente ao futuro neste setor.

Temos vários relatos, várias informações de utentes, de cidadãos e de conterrâneos nossos, de apoios atrasados, de manobras dilatórias por parte da Direção Regional da Habitação, com orientação expressa do Sr. Diretor Regional da Habitação para aguardar, para aguentar, para concorrer depois, para concorrer mais tarde, tentando desta forma gerir uma falta de recursos evidente e a incapacidade de executar os programas de apoio à habitação na nossa Região.

E também na área do PRR, uma oportunidade sem precedentes, garantida no âmbito do processo negocial do Plano de Recuperação e Resiliência da nossa Região, e não é o Partido Socialista que o diz, são os reiterados alertas da Comissão de Acompanhamento, do Conselho Económico e Social, que monitoriza a aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência, disse a Sra. Secretária, muito recentemente, que na parte da resiliência, na parte específica da habitação, estamos com uma execução de 28 %. Mas se olharmos para o relatório de monitorização, nos marcos e metas referente à ação “Aumentar as condições do parque habitacional”, temos apenas uma execução de 20 %.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Falso! É falso!

O Orador: E este é um alerta que aqui fica em nome do PS, que secundariza também aquilo que diz esta Comissão de Acompanhamento: os Açores estão na iminência de perder fundos do Plano de Recuperação e Resiliência por sua incapacidade de executá-los.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): O perigo para os Açores era o PS voltar!

O Orador: A aplicação destes fundos termina no fim de 2026. E nós, no meio de 2024, temos apenas uma execução de 20 %. Precisamos de mais ambição, de mais

trabalho e de maior capacidade de aplicar verdadeiramente, a favor dos Açores e dos açorianos, este envelope financeiro sem precedentes, a bem dos nossos concidadãos e a bem da nossa Região.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E também naqueles que foram os apoios conjunturais, além da ação estrutural a ser desenvolvida e urgente na área da habitação, os apoios conjunturais, que permitam aos jovens, aos casais jovens, à classe média, àqueles que pagam todos os meses prestação da sua casa, para melhorar as suas condições de vida, que tenham a real capacidade de reduzir a sua taxa de esforço.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Tudo o que os governos que integrou não fizeram!

O Orador: E aquilo que este Governo fez no âmbito do CreditHab é curto. Estamos a falar naquela que é designada classe média, de apoios mensais pagos trimestralmente, entre 12,5 euros e 100 euros. Isso é curto. E é uma mensagem que não dá confiança aos jovens açorianos, aos jovens casais açorianos, à classe média, que quer continuar a viver com condições de vida na nossa Região.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Os socialistas só têm essas ideias quando não estão no Governo!

O Orador: E pior do que tudo isto, pior do que aqueles que são os eixos, hoje, de ação na área das políticas públicas de habitação na nossa Região, Sras. e Srs. Deputados, nós não temos e não tivemos nos últimos três anos e meio a capacidade de visão estratégica deste importante setor para o futuro da Região. Nós não temos nenhum documento, nenhuma linha produzida, nenhuma visão estratégica do Governo Regional sobre a evolução, hoje, da pressão do mercado, sobre a escalada de preços da habitação, sobre o impacto da compra de habitações

e de edifícios por gente imigrante, que, legitimamente, tem maior capacidade financeira.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): A culpa é dos imigrantes!

O Orador: Não temos a capacidade de prever o equilíbrio entre a proliferação de alojamentos locais e a capacidade de responder às necessidades de habitação para a capacitação de fixação de jovens nas nossas freguesias, nos nossos concelhos. Não há, por isso, visão estratégica na área da habitação relativamente ao futuro de médio prazo da nossa Região.

Queremos mais. É preciso mais ambição, para garantirmos a capacidade de fixar na nossa Região os casais jovens e garantir melhores condições de vida para a classe média e para aqueles que aqui vivem e aqui trabalham.

Precisamos de mais ambição. Temos, hoje, nos Açores, um problema relevante na área da habitação. Precisamos de um compromisso alargado entre todos, que consiga garantir aos nossos concidadãos melhores condições de vida.

Sras. e Srs. Deputados, este não é o Orçamento do Partido Socialista, não é a proposta de Plano de Investimentos do Partido Socialista.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): E ainda bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): E ainda bem!

O Orador: Este é um Plano de Investimentos e um Orçamento que na sua esmagadora maioria não responde às necessidades e aos desafios que o futuro da Região precisa. Mas este é também um Plano de Investimentos e um Orçamento que surge num momento de exceção, tendo em conta a tragédia que ocorreu no passado recente no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada.

O PS aqui está...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Para quê?

O Orador: ... e aqui estará, como sempre, do lado da solução e nunca do lado do

problema, pondo acima de tudo, como sempre, os açorianos e as açorianas e o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): E as propostas?

O Orador: E é isso que continuaremos a fazer.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sr. Presidente, para um protesto...

Presidente: Faça o favor de fundamentar.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sr. Presidente, eu peço a palavra para um protesto às afirmações do Sr. Deputado Berto Messias, que comparou esta coligação à União Nacional, e este Governo a um governo fascista.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Mas foi ao Governo! Ó Sr. Presidente, o senhor concedeu o protesto?

O Orador: É lamentável, o PS continua sem ouvir.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Renovo os cumprimentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e penso que esta coligação

que suporta o Governo dos Açores, não pode aceitar admitir e ficar calada perante uma afirmação...

Deputado António Lima (BE): Pode, pode! Então, não pode?

O Orador: ... do Deputado Berto Messias, do Partido Socialista, que veio aqui comparar este momento político que vivemos em democracia nos Açores e em que temos uma maioria relativa, de diálogo, de compromisso, de encontro de denominadores comuns, de procurar servir os açorianos democraticamente, vir-nos comparar com aqueles que, durante mais de 48 anos, levaram este país a uma ditadura, que todos devemos recordar, principalmente nos 50 anos do 25 de Abril.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

O Orador: E é por isso que é inadmissível. Quem durante anos e anos, eu e muitos de nós que aqui estivemos durante a oposição, em 24 anos de maiorias do Partido Socialista, quem durante anos e anos foi ameaçado, perseguido, impedido de exercer democraticamente direitos constitucionais nesta Região...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Com ameaças de prisão! Em 2018, ameaçaram prender pessoas, perseguiram gente! Os senhores que estão aí perseguiram gente, ameaçaram gente!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor é a pessoa que mais ameaça!

O Orador: ... e intitulado de ser contra os Açores, de ser contra os açorianos, apenas porque defendia, de facto, aquilo que era melhor para os Açores, quem durante 24 anos... E aquele mesmo senhor que subiu a esta tribuna para acusar os outros fez aquilo que não devia sequer ser lembrado, porque é para esquecer quando estamos a comemorar 50 anos da democracia. E nos 50 anos da democracia não devia ser admissível esta falta de vergonha do Partido Socialista, que veio aqui tentar distrair as atenções do que, de facto, estamos a discutir, que é o facto de, democraticamente, este Governo dialogar, dialogar com este

Parlamento, de nós tentarmos aqui encontrar todos os motivos para ajudar os açorianos a seguirem um caminho de progresso e desenvolvimento...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que tentamos implementar com esta mudança que estamos a fazer nos Açores, e para desculpa de mau pagador vir aqui querer fazer dos outros aquilo que o senhor foi durante 24 anos neste Parlamento.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Tenha primeiro vergonha na cara!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Calma!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Eu digo outra vez: eu fui perseguido! Os senhores perseguiram gente! Eu tenho provas!

O Orador: Na utilização deste contraprotesto, estranhamente utilizado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, porque as referências que eu fiz foi ao argumentário utilizado pelo Governo Regional, se bem que vários Deputados da coligação também já o fizeram ao longo deste debate e nos últimos dias, para dizer que eu, fazendo o contraprotesto, reitero tudo aquilo que disse daquela tribuna.

Eu fiz uma referência muito clara e concreta sobre o argumentário que tem sido utilizado por vários Membros do Governo e também por Deputados desta coligação, que, na minha perspetiva e na minha leitura política, fazem lembrar o argumentário que era utilizado pela União Nacional, quando dizia que quem discordava do Governo português e que quem discordava do Presidente do Conselho estava contra o Estado e estava contra o País.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não pode! Pelo amor de Deus!

O Orador: Aquilo que ouvimos ao longo desta semana, e que eu lamento muito, foram Membros do Governo, há pouco a Dra. Berta Cabral, a Sra. Secretária, disse também isso, é que quem diverge do Governo, discorda do Governo e não concorda com as medidas do Governo está a puxar os Açores para baixo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não foi isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Este é um argumentário com o qual nós não podemos compactuar! E por isso, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, eu, contraprotestando, reitero tudo o que disse daquela tribuna...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): É porque não tem vergonha na cara, como nunca teve!

O Orador: ... relativamente a esse argumentário maniqueísta, enviesado e que é uma tentativa de condicionar o livre e democrático exercício da oposição neste Parlamento e na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

(*) Deputado Luís Raposo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante documentos com visão, ambição e, acima de tudo, estabilidade política, respondendo aos anseios das novas gerações, ao contrário do que assistimos durante sucessivas governações socialistas, que não só adiaram gerações, como não tiraram nem capacitaram as novas gerações.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, felizmente, com este Governo, os jovens estão no centro das decisões políticas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E é com enorme agrado que assistimos a um reforço significativo de verbas no que diz respeito à juventude, isto é, o reforço de mais de 1 milhão de euros em políticas públicas para a juventude.

A boa alteração naquilo que são as redações das ações, que, por consequente, permite uma maior flexibilidade em transferência de verbas entre programas e criar mais medidas válidas para a juventude, destaco, firmemente, a nova ação “Retenção de talento jovem”, com um pacote robusto para a juventude e para a fixação de jovens açorianos na Região.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Está claro que a intenção é continuar o caminho da capacitação dos nossos jovens.

Sra. Secretária, duas questões e um pedido. A primeira questão: qual é a sua estratégia no que diz respeito ao apoio à renda, ao incentivo do arrendamento, para jovens açorianos?

Quais são os próximos passos em matéria de construção e reabilitação nos Açores?

O pedido: temos assistido a inúmeras publicações em Jornal Oficial sobre habitação. Gostaria que expusesse a esta Casa, mas, acima de tudo, aos açorianos, porque eles precisam saber o que é que está em vigor.

E um segundo pedido: no que diz respeito à Ribeira Grande, o ponto de situação de Trás-os-Mosteiros.

Sra. Secretária, estes são os meus pedidos. Mas gostaria de continuar a minha intervenção. Assistimos, aqui, por parte do Partido Socialista, nesta intervenção, a um desvio total da realidade. A habitação faz parte de um tripé de progresso e desenvolvimento dos Açores, a par da juventude e do emprego. A habitação tem que ser vista como uma política de fomento à natalidade, de garantia de emancipação, de construir e fixar famílias açorianas.

Ora, construir, reabilitar e investir na habitação nos Açores tem que ser uma prioridade deste Governo.

Esta semana, ouvimos inúmeras coisas da bancada do Partido Socialista, como: “A crise na habitação não tem respostas no imediato”; ou “ Os «netos de Abril» não conseguem o essencial, habitação a preços acessíveis”.

E eu questiono esta Casa: as consequências que os «netos de Abril» estão a sofrer hoje em dia são consequência deste Governo? Não, as consequências que os «netos de Abril» estão a sofrer são consequências das políticas públicas implementadas pelos «filhos de Abril», socialistas!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A intervenção do Sr. Deputado Berto Messias obriga-me a fazer nesta Casa um exercício de matemática. O Partido Socialista apoiou, durante oito anos, as famílias açorianas em 120 milhões; este Governo da coligação apoiou em cerca de 45 milhões. A matemática não engana e os números são pragmáticos: 120 milhões a dividir por oito anos dá cerca de 15 milhões; 45 milhões a dividir por três anos dá exatamente 15 milhões. Mais o PRR. Porque é que o Partido Socialista fica satisfeito com 15 milhões em oito anos e não fica satisfeito com 15 milhões em três anos, mais o PRR?

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, Sr. Deputado Berto Messias, ainda há mais matemática para si.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Uma aula de matemática!

O Orador: O Partido Socialista, durante oito anos, apoiou 9 mil famílias; este Governo apoiou 9400 famílias, anunciado hoje pela Sra. Secretária. Vamos à matemática: 9 mil famílias a dividir por oito anos dá 1125 famílias por ano; ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Há matemática mal feita aí!

O Orador: ... o Governo da coligação, 9400 famílias a dividir três dá cerca de 3133 famílias por ano. O triplo, Sra. Deputada! O triplo, não é o dobro!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E porque a matemática continua a não enganar, obriga-me a fazer ainda outro exercício, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Faça!

O Orador: E este especialmente para si. Em matéria de construção e reabilitação, o Partido Socialista tem uma média inferior a uma casa por ano, por ilha. 71, Sra. Deputada! E permita-me que o diga: 71 casas, pelo Governo do Partido Socialista, não é currículo, é cadastro, Sra. Deputada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas ainda há mais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria ainda de dizer que os senhores gostam muito de falar de habitação, mas vamos ver o que é que os senhores chumbaram em novembro passado. Por isso é que eu estava a dizer, durante a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, que não tinham noção do que é que tinham chumbado. O Plano e Orçamento, apresentado em 2023, para 2024, previa alterações nos artigos, na altura 73.º e 74.º, à data de hoje 75.º e 76.º. E eu vou ler, porque essas informações são importantes, acima de tudo para as açorianas e para os açorianos: “São alargadas as majorações de apoio aos agregados monoparentais, aos agregados que integrem cuidadores informais

e às famílias que têm três ou mais dependentes.” O Partido Socialista contra, a coligação a favor.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: “É redefinido o conceito de «jovem casal».” O Partido Socialista contra, a coligação a favor.

“O alargamento da elegibilidade dos candidatos através do aumento de coeficientes em função do número de elementos de agregado familiar”, o que permitirá estender o apoio a mais famílias. Novamente, o Partido Socialista contra, a coligação a favor.

Mas ainda há mais. “Alterou-se a definição de «jovens»”. O Partido Socialista, novamente, contra os jovens, contra as gerações «netas de Abril», e a coligação a favor!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Mas ainda há mais, Sra. Deputada. “Passam a ser abrangidos por majoração de apoios os candidatos com deficiência, jovens com deficiências e agregados monoparentais.” O Partido Socialista votou contra, e a coligação a favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Para terminar: “O alargamento da elegibilidade dos candidatos através do aumento de coeficientes em função do número do agregado familiar”, o que permitirá estender a ainda mais famílias. O Partido Socialista, novamente, contra, e a coligação a favor. Nem em relação a isso se mostraram a favor.

Não venham falar de habitação quando não têm currículo para isso!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O problema da falta de habitação nos Açores é transversal a todo o país, entendendo o Chega que se trata de uma situação urgente, sendo por isso necessário avançar, sem mais demoras, com uma política eficaz, que vise combater esta situação e ajudar os açorianos a poderem adquirir ou arrendar uma habitação. Os preços exorbitantes do arrendamento e a falta de capacidade financeira para recorrer a um crédito à habitação têm sido limitadores para muitas famílias, em particular para os casais jovens, que têm visto adiada esta pretensão.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Também, o aumento das taxas de juro, a escassez de oferta e a consequente especulação imobiliária são entraves com que se debatem atualmente muitas famílias açorianas.

Está na altura de se assumir, de uma vez por todas, um compromisso sério com todos os açorianos, dando ferramentas e avançando com medidas que facilitem a aquisição ou o arrendamento de moradias nos Açores.

O Chega tem vindo a exigir do Governo que olhe para esta situação como uma urgência, para não dizer como uma emergência, tendo mesmo no seu programa eleitoral colocado esta questão da falta de habitação nos Açores no topo das suas prioridades.

É fundamental que todos tenham direito a uma habitação, rompendo com políticas assistencialistas, que têm esmagado a classe média...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Ora bem!

A Oradora: ... e que apenas têm permitido que somente famílias com maior poder económico ou subsídio-dependentes tenham acesso a estas mesmas habitações. A classe média tem de ter a possibilidade de ter acesso à habitação a preços compatíveis com os seus rendimentos.

O Chega entende que o problema da habitação dos Açores só pode ser resolvido se forem criadas ferramentas concretas que permitam aos açorianos saírem desta situação dramática, dando assim condições às famílias para poderem construir e aumentar o seu património habitacional.

Numa análise à proposta do Plano e Orçamento Regional para 2024, o Chega verificou que o setor da habitação, de facto, mereceu particular atenção deste Governo, estando previsto um investimento público que ronda os 29 milhões de euros e que representa um reforço de 3 milhões de euros ao valor fixado no Plano de 2023.

Do mesmo modo e indo ao encontro daquilo que o Chega tem vindo a defender, as políticas de estratégia na área habitacional dirigidas aos jovens e às famílias da classe média vêm permitir combater este problema e dar oportunidade à classe média de poder aceder à habitação.

Deputado José Sousa (CH): Muito bem!

A Oradora: O Chega sempre disse que não era um problema e sempre assumiu querer ser parte da solução, contribuindo com propostas e sendo um parceiro deste Governo.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: O Chega espera, de facto, conforme consta neste Plano e Orçamento, que os programas de apoio “Casa Renovada, Casa Habitada” e “Autoconstrução” sejam efetivamente alargados a mais famílias, onde se incluem as famílias jovens, as famílias de classe média, que muito têm sofrido por não terem habitação a preços compatíveis com os seus rendimentos.

Esta e outras medidas inscritas no plano habitacional são medidas muito

importantes e darão, com certeza, um novo ânimo aos açorianos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Como temos vindo a dizer, os açorianos nunca pediram casas de graça, pediram, sim, casas que pudessem pagar e compatíveis com os seus rendimentos.

Disse.

Deputado José Pacheco (*CH*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Olivéria Santos.

Tem agora a palavra, para participar no debate, pelo CDS-PP, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista veio-nos acusar de falta de estratégia, de falta de ambição e de que a coligação e o Governo da coligação não estão do lado da solução. Pois bem, na ilha Terceira, onde o Sr. Deputado vive e onde foi eleito, em São Brás, desde 2004, existe lá uma urbanização abandonada. Eleição após eleição, o Partido Socialista anunciava que era nessa eleição que ia avançar com a urbanização de São Brás.

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Bem lembrado!

O Orador: Pois bem, agora as casas estão a ser construídas, porque foi este Governo que tratou desse assunto!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, o Bairro da Terra Chã é uma vergonha, está há décadas ao abandono...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É mesmo!

O Orador: ... por responsabilidade vossa, das vossas Câmaras socialistas e dos seus Governos, porque V. Exa. fez parte dos Governos do Partido Socialista, que deixaram a habitação ao abandono.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mais, na ilha Terceira, fizeram um PREIT, um embuste, depois do abandono da base por parte das forças americanas. O que é que vocês fizeram? Deixaram aquelas casas ao abandono, mais de 500 casas abandonadas e à pilhagem, que na altura, com pouco dinheiro, tinham sido tornadas habitáveis e já estariam a servir as famílias terceirenses, agora vão ser necessários milhões! É responsabilidade sua e da Câmara do Partido Socialista.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, aqui nesta ilha, o mais recente caso, as casas de Salbrum, qual é a resposta que V. Exas. deram às famílias? O que é que vocês fizeram? Colocaram as famílias na circunstância de agora poderem vir a ser

despejadas. E é este Governo que está tratando disso. Sra. Secretária, gostaríamos de saber como é que está o caso.

Sr. Deputado Berto Messias, V. Exa. foi à tribuna fazer um discurso de ódio e ressabiamento.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições...

(Pausa)

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

(Burburinho)

Vamos criar condições na sala para que o Sr. Deputado Russell possa intervir.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restantes Membros do Governo:

Antes de iniciar a minha intervenção relativamente à juventude açoriana, gostaria só de dar nota ao Deputado Luis Raposo que os «filhos de Abril» que não estavam nos Açores tiveram que emigrar por causa das condições em que o vosso Governo durante 20 anos deixou a nossa Região.

Deputado José Ávila (PS): Bem lembrado!

O Orador: E há uma outra questão que é preciso relembrar. Se o Partido

Socialista governou 24 anos é porque fez coisas muito boas pelo povo açoriano. E temos respostas visíveis em todas as ilhas dos Açores. Isso é preciso respeitar também. E, acima de tudo, estamos aqui para defender o presente e o futuro. E a juventude é o presente e o futuro, não é o passado. O passado já foi.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O passado condiciona o presente!

O Orador: Estamos no presente, Sra. Deputada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os jovens do passado não interessam. Ah, bela teoria!

O Orador: Sr. Deputado...

Nos dias que decorrem, a juventude açoriana é confrontada com enormes desafios estruturais, desde a escolha de prosseguir os seus estudos ou entrar no mercado de trabalho, desde a incógnita de se fixar nas suas ilhas de residência ou ir em busca de melhores condições noutra região. Tudo isto são questões que nos devem preocupar e nos devem unir. Defender a juventude açoriana é defender o futuro da nossa Região, a sustentabilidade da nossa Região.

O futuro da nossa Região depende da nossa capacidade de fixar os nossos jovens. No entanto, a falta de estratégia é alarmante, a começar pela habitação, onde adquirir a primeira habitação é um sonho impossível para qualquer jovem açoriano que afigure um rendimento médio da Região.

Mas mais do que ambicionar adquirir uma habitação, é importante que o emprego seja remunerado de acordo com o investimento que os jovens fizeram na sua formação, seja ela profissional ou superior. E tudo isto só é possível se houver respostas na criação de condições para os jovens açorianos e se houver, acima de tudo, orientação para que existam políticas transversais entre os departamentos do Governo que apoiem a juventude açoriana, independentemente do seu percurso, procurando apoiar os jovens que procuram emprego, que são empreendedores, agentes culturais, estudantes, dando-lhes melhores perspetivas de presente e futuro, que é o que nós devemos fazer aqui, debater o presente e o futuro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Chaves, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Chaves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, para terminar, então, aqui, a área setorial da juventude, gostava de falar e reforçar aquilo que interessa na realidade, que é falar no reforço da juventude por parte do Governo da coligação. Ora, como exemplo, temos um aumento de 69 % do investimento, neste caso, no departamento da juventude, por parte do Governo de coligação.

E um exemplo, também, que acho que é fundamental para os nossos jovens, esses que nos estão a ouvir lá em casa...

Deputado Carlos Silva (PS): Há jovens na agricultura!

O Orador: ... e é para isso que nós estamos direcionados, com o pagamento de duas viagens, com o pacote “Mais Jovem”, por ano, ida e volta, entre o local de residência do estudante nos Açores e o local de estabelecimento de ensino.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Nos Açores, na Madeira ou no território nacional continental, a devolução do pagamento de propinas e do IRS para todos jovens que se comprometam a desenvolver a sua atividade profissional nos Açores durante cinco anos, isto é, até aos 30 anos.

Portanto, à Sra. Secretária e ao Governo de coligação, quero parabenizar o reforço na área da juventude por parte do Governo de coligação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Queria perguntar à Sra. Secretária, relativamente à responsabilidade social das empresas, qual é o benefício que as empresas vão ter. Atendendo a que a nível de higiene, segurança e saúde no trabalho, a Administração Regional é o pior exemplo de todos, com viaturas obsoletas e a cair de podre, edifícios com infiltrações, a medicina do trabalho não se vê, eu queria saber, com essa exigência às empresas, em que medida é que o Governo vai dar o exemplo.

E em relação ao ensino profissional, eu queria saber se vai haver uma revisão dos cursos no ensino profissional, que estejam de acordo com as necessidades do mercado, senão o ensino profissional não serve absolutamente para nada. Eu, por acaso, tenho acesso a isso, por razões laborais, enfim... Vejo cursos que não servem absolutamente para nada. Qualquer pessoa vê que não servem para nada. E continuam a existir e a serem apoiados pelo Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Secretária.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Presidente: Tão bom quando isto está em silêncio. Não havendo mais inscrições...

Sr. Deputado Flávio Soares, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O ensino profissional é decisivo para a atribuição de melhores e mais competências técnicas a uma sociedade que se quer dinâmica, ativa e diferenciada, uma sociedade que não viva da subsidiodependência e que lute por aquilo em que acredita.

E é neste sentido, Sras. e Srs. Deputados, que eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para felicitar os 86 jovens formandos das escolas profissionais dos Açores que participaram no Azor Skills — 25.º Campeonato Regional das Profissões.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Entre os quais 18 medalhados com bronze, 19 medalhados com prata e 19 medalhados com ouro, sendo que estes últimos poderão representar a Região no Portugal Skills.

Não podemos ignorar a falta de estratégia que houve no passado, a falta de orientação e de visão que este ensino teve durante diversos anos, da responsabilidade do Partido Socialista. Não é falar do passado, e como já foi dito pelo meu colega Deputado Luís Raposo, é avaliar as consequências das más políticas e das más decisões do Partido Socialista nesta área sectorial.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Isso agora não acontece?

O Orador: Aliás, este desinvestimento por parte dos sucessivos Governos do Partido Socialista deixou as escolas preocupadas em pagar contas e salários ao

final do mês, em vez de estarem concentradas naquela que é a sua missão, a sua vocação, que é formar.

Aliás, também devo dizer que o investimento por parte dos sucessivos Governos socialistas nesta área foi o mínimo dos mínimos, utilizavam os fundos que deviam estar canalizados para esta área para programas ocupacionais. E as Sras. e os Srs. Deputados sabem perfeitamente as consequências disso.

Mas, mesmo assim, as escolas profissionais não baixaram os braços, mantiveram sempre a excelente qualidade que todos nós devemos reconhecer, ou pelo menos alguns tenho a certeza de que reconhecem.

Sem uma estratégia para a qualificação que seja firme e eficiente e sem uma orientação de médio prazo para os nossos ensinamentos, desde logo para o ensino profissional, que é isto que está em causa, corremos o risco de continuar a ter uma região pobre.

O ensino é essencial para retirar as pessoas dos baixos índices de pobreza e exclusão social, como a que herdamos em 2020. Queremos um ensino profissional forte, que vai ao encontro das necessidades do mercado de trabalho.

E, Sr. Deputado Francisco Lima, não, o ensino profissional, atualmente, vai ao encontro daquilo que é referido nos inquéritos que são feitos, tanto às empresas, como àquela que é a vontade dos estudantes da nossa Região.

O Governo Regional definiu, e bem, uma política de qualificação profissional que pretende consolidar a estratégia de promoção da empregabilidade dos Açores, iniciada em 2020 com o XIII Governo Regional. Considerando os resultados históricos atingidos, nomeadamente a redução do desemprego nos Açores... É bom recordar, não podemos esquecer: em 2020, nos Açores, havia cerca de 7 mil desempregados; em março de 2024, nos Açores, existem cerca de 4900 desempregados.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: É bom também recordar o máximo histórico de população empregada: são mais de 118 mil trabalhadores empregados na nossa Região.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Muito bem!

O Orador: Mas há ainda um ponto essencial, que é a redução significativa do número de açorianos em medidas de cariz ocupacional: em março de 2024, temos cerca de 1700 ocupacionais. Esta estratégia tem vindo a criar medidas ativas de emprego, tem vindo a criar medidas que se ajustem à realidade do mercado de trabalho, incentivando a dignificação desse mesmo trabalho, das profissões e a valorização da formação em áreas que obedeçam a uma estratégia que envolva as escolas profissionais, as associações empresariais, outros pareceres e, acima de tudo, a sociedade.

É importante também recordar, como disse a Sra. Secretária Regional durante as audições sobre os documentos que estamos agora a analisar, que para o ano letivo 2024/2025 teremos uma oferta de 48 novos cursos profissionais, que podem abranger no seu total 1072 formandos, o que representa, também, Sras. e Srs. Deputados, a maior oferta de sempre.

Estamos, certamente, no bom caminho.

É importante também reconhecermos que ainda há muito por fazer, mas não deixaremos de defender o bom trabalho que o Governo Regional tem vindo a fazer, e que os resultados comprovam. E não deixaremos de criticar a postura que o Partido Socialista nos tem vindo a habituar do maldizer, que até já se confundem um pouco o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, do maldizer, que nunca está bem.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, é isto que nós vamos criticar, refletir. E reiterar as boas propostas que este Governo tem vindo a fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

(*) Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego *(Maria João Carreiro)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, naturalmente, quem está alheado da realidade deve ser o senhor.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima)*: Não vale a pena responder ao Berto Messias.

A Oradora: Há questões aqui importantes que devem ser ditas, desde logo o simples facto que vos incomoda de termos feito mais em três do que os senhores em oito anos. Há muito a fazer, mas muito já foi feito.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão)*: Muito bem! Isso mesmo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Muitas vezes, é bom reavivar a memória e o trabalho desenvolvido por este Governo.

No âmbito do PRR, já construímos e reabilitámos 103 habitações em três anos; os senhores em oito anos construíram e reabilitaram 71.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Apoiámos mais de 9400 famílias. Concretizámos um conjunto de anúncios, que nos Governos do Partido Socialista não passaram do papel. Nós concretizámos. E vou relembrar:

O Bairro de Nossa Senhora de Fátima, emitimos a segunda fase de alvará de loteamento e já estamos na terceira fase, para lançar o concurso de empreitada;

O empreendimento Trás-os-Mosteiros, que a bancada socialista muito gosta de exhibir a fotografia. A verdade é que a empreitada Trás-os-Mosteiros remonta a 2008. Nós estamos em 2024. Mas é este Governo que vai lançar agora, brevemente, a concurso a empreitada da construção;

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Vamos à empreitada dos Foros, em Vila Franca. O concurso anunciado remonta ao verão de 2020. Foi este Governo que já consignou, no passado dia 8 de maio, a obra dos Foros, em Vila Franca do Campo;

Vamos ao loteamento de São Brás, cujo alvará de loteamento data de 2004. Foi

este Governo que lançou a primeira pedra e cuja obra se prevê a sua conclusão em junho de 2025;

O loteamento de São Vicente Ferreira, que remonta a 2009. Já foi assinado em fevereiro de 2023 o contrato de empreitada de execução das infraestruturas.

Poderia elencar ainda um conjunto de anúncios que não passaram do papel, mas importa aqui ir mais além.

Vamos, em termos de investimento, ao arrendamento: o vosso Governo, em oito anos, teve uma média anual de apoio de incentivo ao arrendamento de 2,4 milhões de euros; este Governo, em três anos, tem uma média de 3,1.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Vamos à autoconstrução: foi este Governo que, em três anos, teve uma média de apoios de 180 mil euros; os Governos do Partido Socialista, em oito anos, tiveram uma média de 96 mil.

A aquisição, ainda podemos ir também lá: em oito anos, os Governos do Partido Socialista, uma média anual de 75 mil euros em termos de apoio à aquisição; o Governo, em três anos, tem uma média de 121 mil euros.

Portanto, têm nota dos resultados alcançados e é isto que vos incomoda.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Quanto a números, não há argumentos.

A Oradora: Mas a verdade é que há aqui questões que merecem ser esclarecidas, Sr. Deputado. O Sr. Deputado refere-se a um relatório do SESA do quarto trimestre de 2023. Nós já estamos 2024. Portanto, importa aqui também dar nota de que entretanto já houve evoluções. E se for ao Portal da Transparência,

aconselho-o a consultar o portal, vê que a execução da habitação a nível regional está nos 28,72 %, muito superior à execução nacional, que está nos 13,21 %, em abril de 2024.

Sr. Deputado, missão, eficácia e estratégia temos nós no âmbito da habitação com os resultados alcançados e que estão refletidos no Plano de Investimentos. E, portanto, se há algum atraso em termos de resposta à habitação, deve-se precisamente à inércia dos anteriores Governos do Partido Socialista.

Mas falou nas famílias jovens, nas famílias de classe média, monoparentais. Ó Sr. Deputado, o Sr. Deputado, em novembro de 2023, chumbou uma proposta de alteração que visava precisamente abranger mais famílias. E, portanto, essas famílias não beneficiam desses apoios fruto do chumbo da oposição, caso contrário já teríamos mais famílias a beneficiar de apoios à habitação, famílias jovens e famílias da classe média.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sra. Deputada Olivéria Santos, naturalmente, a falta de habitação é um problema transversal. E cá estamos nós, de forma prudente, a resolver esta questão.

Sr. Deputado Russell Sousa, no âmbito da juventude, não tenhamos dúvidas que é uma política transversal da juventude. E este Governo é que deu os sinais, precisamente da orgânica e desta Secretaria da Juventude, Habitação e Emprego.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Queremos capacitar os jovens, a habitação, temos aqui um sinal, vamos alterar programas, contamos com o seu voto a favor da proposta de

alteração nos programas “Casa Habitada, Casa Renovada” e “Autoconstrução”. No âmbito do emprego, criámos medidas como o “Contratar”, medida emblemática deste Governo, que apoia precisamente os postos de trabalho em função das habilitações e da remuneração. Valorizamos habilitações. Valorizamos qualificações.

“Escola de Negócios” e “Construir o Próprio Emprego” são medidas que impulsionam o empreendedorismo e geram riqueza para a nossa Região e forma de os jovens se fixarem.

Temos transversalidade, já foi aqui referido e exemplificado: pacote “Mais Jovem”. Outro exemplo de transversalidade: foi este Governo que, em 2023, alterou o DLR das políticas de juventude, que nunca sofreu alteração desde que foi criado, em 2008. Ou seja, esteve 15 anos sem sofrer qualquer alteração.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): É verdade! Muito bem!

A Oradora: E é este diploma, este DLR, que permite que haja transversalidade e que os vários departamentos sejam todos consultados para criar as melhores respostas, para fixar talento na nossa Região.

E era isto que queria dar nota neste momento.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas rápidas. Em primeiro lugar, para lamentar, tendo em conta aquilo que ouvimos agora da Sra. Secretária, que o discurso de triunfalismo e de alheamento da realidade continua. E isso preocupa-nos muito tendo em conta o curto e médio prazo da nossa Região.

Relativamente à habitação, Sra. Secretária, o PS fez o que fez. E fez muita coisa bem feita. Não vamos aqui morder o isco que tentam lançar-nos, de estar em permanência a discutir o passado. É importante discutir o presente e, sobretudo, discutir o futuro, porque quem está lá fora a ouvir este debate é isso que quer saber.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Salbrum é passado e presente!

O Orador: E na área da habitação, Sra. Secretária, nos últimos três anos e meio, o Governo fez uma casa, reabilitou algumas, mas do ponto de vista estratégico, e é isso que verdadeiramente interessa, Sra. Secretária, não aumentou a oferta no parque habitacional da nossa Região. E é esse trabalho que tem de ser feito com grande intensidade.

Quem está lá fora, os casais jovens, os jovens, quem quer respostas sobre a sua incapacidade de acesso à habitação, precisa de ter uma orientação estratégica no âmbito das políticas públicas de apoio ao acesso à habitação na nossa Região. E isso, infelizmente, tarda em acontecer. O equilíbrio entre a proliferação de alojamentos locais e a oferta de habitação? Que apoios podem ser dados aos casais jovens? Em que medida, para quem está a arcar com custos gigantescos em termos das prestações que pagam mensalmente, do aumento da taxa de esforço mensal? É isso que é importante que o Governo consiga responder. Infelizmente, não tem conseguido responder.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E o “Bairro dos Americanos”, na sua terra e na sua ilha? 500 famílias! Agora são necessários milhões para as recuperar!

O Orador: Sra. Secretária, no papel cabe tudo. A verdade é que na vida das pessoas esse triunfalismo não se verifica nem de perto nem de longe.

Para terminar e em linha com o triunfalismo que temos aqui ouvido, Sras. e Srs. Deputados, a intervenção do Sr. Deputado Flávio Soares é do domínio da quinta dimensão. Dizer que o Partido Socialista, em 24 anos, não fez nada pelo ensino profissional, Sras. e Srs. Deputados, é mais uma prova do alheamento total da realidade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Por acaso até fizeram, deixaram escolas endividadas até ao pescoço! Fecharam a Escola Profissional da Graciosa!

O Orador: Nós desenhámos o modelo de qualificação profissional. Infraestruturámos todas as ilhas com escolas profissionais renovadas. Trabalhámos em parceria com as escolas profissionais. E, felizmente, conseguimos aquilo que mais interessa, qualificar milhares de jovens açorianos, que hoje têm a sua vida, que se fixaram na nossa Região e que estão a construir um futuro melhor para a nossa Região.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Explique os 4 milhões de dívida da Escola da Praia!

O Orador: Temos pena que o Governo insista nesse triunfalismo, insista em fazer oposição ao Partido Socialista, em vez de governar a favor dos açorianos.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Flávio Soares, tem a palavra.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pensei que o Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra para apresentar

algum contributo, algo que pudesse colmatar as necessidades, que nós, já o disse, reconhecemos algumas, mas não, é como eu dizia, é um maldizer. Para este Partido Socialista, um Partido Socialista desorientado, um Partido Socialista com uma postura arrogante, é um maldizer das políticas que já apresentei, que têm tido bons resultados por parte deste Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas, Sr. Deputado Berto Messias, em relação ao ensino profissional, há dois, três anos, eu trouxe a esta Casa uma série de fotografias do abandono em que os Governos do Partido Socialista deixaram a dita Escola Profissional de Capelas ou Centro de Qualificação dos Açores.

(Neste momento, o orador mostrou um documento à câmara)

Este foi o resultado das políticas do Partido Socialista, uma escola completamente abandonada, com necessidade de obras urgentes. E foi este Governo que, felizmente, e neste caso felicito a Sra. Secretária, dedicou uma verba para a requalificação desta escola.

Mas há mais Sr. Deputado. Foi este Governo que atribuiu verbas para pagar valores que estavam em atraso, que o Partido Socialista não reconheceu. Não foi este Governo, Sr. Deputado, que abandonou as escolas profissionais, que pressionou as escolas profissionais, que perseguiu as escolas profissionais, como fizeram os Governos do Partido Socialista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) Deputada Sandra Costa Dias (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tempo é escasso, mas há alguns aspetos que gostaria de deixar aqui referenciados. Hoje, estamos a discutir, nesta Secretaria, a qualificação profissional e emprego, no montante de 17,7 milhões de euros, o que traduz uma redução da aposta deste Governo nesta matéria. Se pensarmos que em 2023, nesta Assembleia, foram aprovados para esta rubrica ou para este projeto 28 milhões, foi revista em baixa ao longo do ano para 14,8 milhões e, mesmo assim, só foi executado 50 % desse valor. Se considerarmos o valor que foi aprovado nesta Assembleia, a execução seria apenas de 30 %.

Isto também dá bem nota daquele que é o respeito do Governo por aquilo que é aprovado aqui nesta Casa, que, ao abrigo do 5.º artigo do Orçamento, faz transferências entre áreas governativas, e aquilo que nós aprovamos aqui deixa de ser uma realidade. O que quer dizer que o que estamos a discutir dos 17,7 milhões hoje, amanhã poderá ser muito menos.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas o que é certo é que com esta redução continuávamos a ter uma execução medíocre.

A ser verdade, também, na altura da discussão do Programa do Governo, tive a oportunidade de questionar a Sra. Secretária com algumas questões, para as quais

não obtive resposta, assim como na audição que decorreu no âmbito deste Plano e Orçamento não houve resposta.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (*Maria João Carreiro*): Não houve resposta?!

A Oradora: Mas o Partido Socialista fez um requerimento. E esse mesmo requerimento, respondido pelo Governo, vem desmentir aquilo que foi dito pela Sra. Secretária aqui nesta Assembleia, nomeadamente no que diz respeito ao número de desempregados formados.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (*Maria João Carreiro*): É falso!

A Oradora: A vossa resposta ao nosso requerimento, reduz esse valor para a evidência de apenas 490 desempregados formados durante esses três anos. Teria mais a dizer, mas vou ter que abreviar.

Mas não posso deixar de dar nota do valor que foi aqui apresentado, o número de jovens NEET, que foram recuperados e que foram acautelados por este Governo, que eram de 1700. O que é verdade é que este valor é muito inferior, passando, segundo a resposta ao requerimento, apenas para 400 jovens NEET. E porquê, Sra. Secretária? Jovens NEET são aqueles que não trabalham nem estudam.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): A gente sabe!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): A gente sabe!

A Oradora: E nos dados que nos foram facultados reduz a 400, porque, dos 1700, estamos a falar de alguns deles que não estavam desempregados e alguns deles que passaram de um ciclo de ensino para outro, sendo que estes não podem ser considerados jovens NEET.

Haveria mais a dizer, mas terei outras oportunidades. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, finalmente, veio falar de emprego, mas veio falar de emprego sempre numa perspetiva pessimista. Ainda que pudesse ser naquela velha dicotomia do “triumfalista”, nós também só temos ouvido aqui uma versão pessimista.

Sr. Deputado Berto Messias, percebo a sua dificuldade em falar de emprego e de ensino profissional. Aliás, recebi, há pouco, uma mensagem de uma pessoa amiga que diz que “é como água e azeite, são coisas que não se misturam”.

O Partido Socialista, durante todo este debate e ao longo de toda esta legislatura, bem como da anterior, não consegue reconhecer os avanços e as mudanças significativas que se fizeram no domínio do emprego na Região, baixando significativamente o número de desempregados. Mais do que isso, subindo de forma muito, muito significativa o número de açorianos empregados, com emprego. É o maior número de sempre na nossa história.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso em vez de entusiasmar o Partido Socialista, o que é que nós temos? Temos um partido que umas vezes se esquece e outras vezes anda à procura de um pormenorzinho...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Um pormenorzinho?!

O Orador: ... para, no fundo, poder construir uma narrativa que é de ressabiamento.

O Sr. Deputado Berto Messias, aliás, acompanhado pelo Sr. Deputado Russell Sousa dizem que é preciso é olhar para o presente e para o futuro. Então, vamos

ver no presente e no futuro em termos de emprego. O Plano e Orçamento, que já podia estar aprovado, já podia estar em vigor e já podíamos ter cinco meses de execução, prevê a regularização de carreiras de técnicos superiores na área da saúde, de enfermeiros e de médicos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Ora bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso não é para o futuro? Só estamos a falar do passado? Estamos a falar do futuro. Vai integrar mais de 500 trabalhadores contratados no período da covid nos quadros do Serviço Regional de Saúde. Isso é ou não é trabalhar para o futuro? Claro que é trabalhar para o futuro!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, quando nós, também, hoje, verificamos que só existem 1983 trabalhadores em programas ocupacionais, que compara com os mais de 4300 que existiam quando o PS deixou a governação, isso não é trabalhar para o futuro? É, seguramente, porque esta gente não passou para o desemprego nem passou para os inativos. Aliás, a nossa população ativa é também das maiores de sempre. E, portanto, só temos aqui boas notícias na área do emprego. Isto é triunfalismo? Não é, porque não está tudo feito. E enquanto houver desempregados, estaremos sempre a trabalhar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que eles possam ter um emprego com dignidade e um rendimento que lhes permita fazer uma vida como todos nós desejamos para todos os açorianos.

Agora, não podemos fazer isto só com os discursos negativistas do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor!...

O Orador: E, portanto, Srs. Deputados do Partido Socialista, acho que é altura de fazerem críticas e, já agora, também de fazerem propostas, porque, durante os últimos três anos, nos debates...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Diga!

O Orador: ... que aqui fizemos de Planos e de Orçamentos, nem uma proposta o Partido Socialista fez e nem uma vez conseguiu ter um voto de abstenção.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem uma proposta?! O senhor está a ficar desmemoriado!

O Orador: Nem mesmo quando estiveram em causa, como é o caso dos mais de 500 trabalhadores que vão ser integrados na função pública, contratados na covid, se os senhores quiseram dar o seu voto a favor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Chaves, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Chaves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias falou aqui das escolas profissionais, e muito bem. Tenho uma pergunta para fazer ao Sr. Deputado: explique o porquê do acordo dos anteriores Governos socialistas com a Escola Profissional da Praia, com a Executiva da Praia. Neste momento, a Escola Profissional da Praia da Vitória tem

uma dívida de 4 milhões de euros, que este Governo de coligação é que irá ter que resolver. Portanto, seria uma pergunta aqui pertinente a explicar a todos nós.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 5 minutos.

Eram 11 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 8 minutos.

Pergunto se, no âmbito destas pastas governativas, ainda há alguma questão, alguma intervenção.

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar.

Antes disso, eu aproveitaria para informar a câmara de que se encontram nas nossas galerias os meninos e as meninas do 6.º ano, turma E, da Escola António José d'Ávila, com as senhoras professoras Sónia Oliveira e Sónia Ávila, a quem saúdo em nome desta Assembleia e agradeço a vossa visita.

(Aplausos da câmara)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No início de uma nova legislatura, a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, no quadro do Programa do XIV Governo Regional dos Açores, reafirma o compromisso de assegurar o desenvolvimento sustentável da Região, a preservação do nosso extraordinário património natural e a mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas, assumindo também como prioritária a missão de garantir a proteção de pessoas e bens, minimizando os riscos a que os açorianos estão sujeitos, e apostando no fortalecimento do nosso sistema de proteção civil e socorro.

Queremos continuar a construir uma região que reconheça e valorize o ambiente e a natureza como ativos estratégicos e fundamentais para estabelecer um caminho de progresso e de desenvolvimento social e económico, criando as condições necessárias para a preservação e transmissão deste património ímpar aos nossos jovens e às futuras gerações.

E aproveito para saudar os alunos da Escola António José d'Ávila que nos acompanham, e todos os jovens açorianos, são eles o nosso futuro e é para eles que nós trabalhamos.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste contexto, o Plano de Investimentos desta Secretaria para 2024

totaliza 31,8 milhões de euros, dos quais 19,6 milhões a investir no domínio ambiental, o que representa um acréscimo de 4,2 % face a 2023.

A ação climática, vital para a nossa subsistência, segurança e bem-estar, continua a ser uma das prioridades do Governo, destacando-se o investimento superior a 2,1 milhões de euros no âmbito do Projeto Life IP Climaz, para implementação do Plano Regional para as Alterações Climáticas, bem como o reforço em 20 % da verba destinada ao Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática relativamente a 2023.

Importa também salientar o lançamento de um projeto inédito, para dotar os serviços operacionais desta Secretaria Regional de meios e equipamentos próprios para assegurar uma intervenção adequada na rede hidrográfica das nossas ilhas, bem como o início da Instalação do Observatório Climático do Atlântico nos Açores, em colaboração com o IPMA, reforçando ainda mais a relevância da nossa posição geoestratégica.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: No quadro da qualidade ambiental, promoveremos um reforço substancial das verbas destinadas ao Programa Eco-freguesia, com uma dotação de 1 milhão de euros, que configura o maior investimento de sempre neste programa e que dará um contributo fundamental para capacitar devidamente as nossas juntas de freguesia para a limpeza e manutenção de espaços públicos.

Será dada continuidade ao projeto de implementação do sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores, e iniciada a modernização dos processos de reciclagem dos Centros de Processamento de Resíduos da Região, num investimento total previsto de 2,9 milhões de euros, a executar até ao final de 2025.

Ao nível da conservação da natureza, destacam-se os investimentos previstos para a execução dos quatro projetos LIFE em curso na Região, com uma dotação de

cerca de 3,2 milhões de euros para 2024, bem como o investimento de 2 milhões de euros para incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha e de pomares de espécies tradicionais.

Está também previsto um investimento superior a 1,6 milhões de euros na rede regional de centros ambientais, bem como uma dotação de 540 mil euros para a gestão dos parques naturais de ilha, que permitirá reforçar as intervenções nos trilhos pedestres da responsabilidade desta Secretaria Regional.

No domínio dos recursos hídricos e da rede hidrográfica, está previsto um investimento avultado, de cerca de 2,3 milhões de euros, que permitirá reforçar a monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica da Região, a rede de monitorização do ciclo hidrológico e a implementação de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.

Relativamente aos investimentos em obras públicas, prevê-se a execução de uma verba de 2,6 milhões de euros, com destaque para a conclusão da intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim, no Faial, o início da construção do novo Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão, na ilha Terceira, ou a Requalificação do Acesso Viário à Furna do Enxofre, na ilha Graciosa.

Sras. e Srs. Deputados:

Se dúvidas houvesse, o passado dia 4 de maio encarregou-se de as dissipar: a Proteção Civil assume-se cada vez mais como um fator decisivo para a segurança e bem-estar da população, sendo uma área de intervenção prioritária para o Governo Regional, razão pela qual o plano de investimentos referente ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores ascende a 12,2 milhões de euros, refletindo um aumento de 13,2 % face a 2023.

Manter um Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros capacitado, disciplinado e rigoroso é essencial para evitar a perda de vidas humanas, proteger os bens e contribuir para a preservação da segurança individual e coletiva, condições evidenciadas e que são essenciais, que ficaram bem patentes no

combate ao incêndio que deflagrou recentemente no HDES e onde ficou bem demonstrada toda a determinação, formação e competência no nosso Sistema de Proteção Civil, com especial ênfase nos nossos bombeiros.

Neste contexto, continuaremos a apostar na valorização da atividade dos bombeiros e na melhoria do funcionamento das associações humanitárias, em diversos domínios, desde logo na necessária capacitação e apetrechamento dos nossos bombeiros com equipamentos individuais e coletivos.

No âmbito da renovação das frotas de veículos dos corpos de bombeiros, neste momento, está já adjudicada a aquisição de nove viaturas vermelhas e de um reboque multivítimas, num investimento global de 3,4 milhões de euros, dos quais 1,4 milhões a executar já em 2024, com a chegada prevista à Região de quatro dessas viaturas, a primeira das quais, um autotanque pesado, já entregue à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Graciosa.

Ainda durante este ano, temos intenção de lançar novos concursos para aquisição de mais cinco viaturas vermelhas e nove ambulâncias de socorro, sendo previsível a entrega, ainda este ano, de três destas ambulâncias.

Sras. e Srs. Deputados:

Este Plano contempla também um reforço muito significativo, em cerca de 35 %, do investimento na Emergência Médica Pré-Hospitalar, que ascende a 6,6 milhões de euros, para garantir o transporte terrestre e marítimo de emergência e o funcionamento da rede de viaturas SIV na Região.

A intensificação da formação dos bombeiros e dos profissionais do Serviço Regional de Proteção Civil, bem como os esforços de sensibilização da população, são também prioridades do Governo Regional, sendo disponibilizados, para esta finalidade, 360 mil euros.

Continuamos também sensíveis às justas expectativas das associações humanitárias de bombeiros voluntários, e, por isso, contamos, já em 2024, implementar o modelo de financiamento das associações, materializando uma

necessária e desejada disponibilidade e previsibilidade financeira, alocando para o efeito meio milhão de euros.

Pretendemos ainda efetivar um Estatuto Social do Bombeiro digno e adequado, que torne esta atividade fundamental para uma Proteção Civil mais atrativa, designadamente através da desoneração dos bombeiros no acesso à reforma antecipada e com a criação de um apoio extraordinário de fomento ao voluntariado, com uma dotação prevista de 350 mil euros.

Com estes investimentos estratégicos, pretendemos melhorar as condições humanas e materiais essenciais ao bom desempenho operacional dos corpos de bombeiros e reforçar a capacidade de ação do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, em prol da proteção, segurança e bem-estar dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Plano de Investimentos concretiza a aposta do XIV Governo Regional dos Açores em continuar a criar uma Região apelativa e de futuro, que se distinga pelos seus elevados valores naturais, que gira oportunidades, que promova a fixação dos nossos jovens e que propicie a melhoria das condições de vida, a estabilidade, o bem-estar e a segurança das nossas famílias.

É este o nosso desígnio, é esta a nossa missão!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A importância da preservação do património natural de cada uma das ilhas dos Açores é fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas naturais, e foi esse um dos principais objetivos para a elaboração e candidatura de todos os projetos de conservação LIFE, que foram conquistados pelos anteriores governos regionais, quatro deles estão ainda em execução, e todos totalizaram 45 milhões de euros de investimento.

A proteção dos nossos ecossistemas e a conservação das nossas áreas protegidas traduz-se na valorização do nosso bem mais precioso, o nosso património natural, sendo este um património que está na base de todo o nosso turismo, seja na simples contemplação de paisagens em miradouros, seja através do usufruto de trilhos pedestres, seja na visita aos centros de interpretação ambientais dos Açores.

Infelizmente, o que foi alertado pelo Partido Socialista, em novembro último, mantém-se: no final dos três anos, é visível, em todas as ilhas, o abandono de áreas protegidas, das estruturas que nelas existem. Além disso, sabe-se que, muitas das vezes, os pequenos trabalhos dos parques naturais são limitados e simples remodelações não podem ser executadas, para que estas áreas possam ser usufruídas de forma segura e sem riscos.

Houve trabalho de continuidade por este Governo Regional, nomeadamente na requalificação de centros de processamento de resíduos, no sistema de depósito de embalagens de bebidas não reutilizáveis nos Açores. No entanto, muito foi anunciado estes anos, sem que tenha vindo a ver a luz do dia! Vamos a alguns exemplos:

- O Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores, anunciado que estaria pronto em abril de 2022;
- O Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores,

cuja discussão pública terminou em novembro de 2023. Já se passaram seis meses e ainda não se conhece o plano;

— O Plano Regional do Radão;

— O Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria;

— O Roteiro para a Neutralidade Carbónica, que estaria pronto em 2023 para depois processo de consulta pública e nada se conhece;

— O Roteiro para a Economia Circular;

— O Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2020-2022;

— E se para protegermos a nossa biodiversidade é essencial o combate às espécies invasoras, a Estratégia Regional de Invasoras, processo iniciado em 2019, entregue à Direção Regional em 2021, aguarda sair da gaveta, estando já finalizada.

Gostaria de realçar a elevada relevância estratégica do Plano Regional para as Alterações Climáticas, que tem como principal objetivo a redução da vulnerabilidade e da exposição aos riscos climáticos, para além de aumentar a resistência a eventos meteorológicos extremos e melhorar a capacidade de respostas em emergências. Pretende-se que haja uma rápida resposta em emergências climáticas, prevenindo eventos de calamidades e assim promovendo a segurança de pessoas e bens.

Mas o que temos assistido com o atual Governo Regional é um atraso na resposta aos açorianos para a resolução dos seus problemas, com atraso de muitos meses naquilo que é o pagamento do Fundo de Emergência Climática.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Mas não só, o que nos apresenta o Governo Regional, no Plano de Investimentos para 2024, é um desinvestimento nos recursos hídricos, ao contrário do que era anunciado. Este desinvestimento terá grandes impactos, por via dos eventos meteorológicos que cada vez mais têm sido sentidos pelos açorianos, efeitos das alterações climáticas a que estamos sujeitos e, infelizmente,

sem a devida resposta por parte deste Governo Regional.

Ainda na área dos recursos hídricos, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e (então) Alterações Climáticas, em novembro último, anunciou terem sido efetuadas intervenções de requalificação na ordem dos 4 milhões de euros. Pois, no relatório de execução, a requalificação não é este valor que apresenta.

E ao desinvestimento a que assistimos, junta-se a transferência de competências para as freguesias. O aumento verificado no Eco-freguesias é muito bem-vindo, porque poderão as freguesias reprogramar o que fizeram em 2022, mas apenas merecia o nosso agrado se a Secretaria Regional mantivesse o investimento e ação que é da sua responsabilidade.

Também esperamos, Sr. Secretário, que em 2024 não se verifique o que se verificou em 2023: um atraso no pagamento de todas as ações realizadas, e muito bem realizadas pelas nossas freguesias, as quais foram obrigadas a pagar aos seus fornecedores e a cumprir com os seus compromissos, quando o Governo falhou para com as juntas de freguesia neste âmbito. Mais uma vez, Sr. Secretário, não consegue executar o que diz. Como pretende que acreditemos nos documentos que agora nos são apresentados? Não podemos!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Os senhores são laicos, não acreditam em nada!

A Oradora: E podemos fazer esta afirmação, porque este Governo Regional de coligação PSD, CDS-PP e PPM já tem história para contar, e na área do ambiente, infelizmente, é uma história triste.

Deputado Flávio Soares (PSD): História feliz!

A Oradora: Esta é a Secretaria que apresentou, em 2022, a segunda taxa de execução mais baixa do Governo Regional dos Açores e, em 2023, apresentou o valor de execução final mais baixo desde 2019, que nem mesmo em 2020 foi tão baixo! E não, não é culpa de não ter um orçamento aprovado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então porque é que estamos aqui a perder

tempo?

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já por diversas vezes, o Grupo Parlamentar do PS/Açores tem dito que o nosso património natural é extraordinário no contexto mundial! Para que este património natural permaneça extraordinário, protegido e cuidado, há o esforço de dezenas de trabalhadores do ambiente, um pouco por todas as ilhas, que o protegem, que o cuidam, que o promovem e que o acautelam. Essas pessoas não têm sido tratadas com a dignidade com que merecem ser tratadas!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

A Oradora: Essas pessoas não têm visto ser respeitados os seus direitos! Essas pessoas, como já tivemos ocasião de aqui denunciar por diversas vezes, precisam de ver regularizados os seus contratos e horários de trabalho!

Obrigada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, gostaria de lhe deixar aqui duas questões. Quanto à vigilância das nossas ribeiras e não só, o que é que o Governo tem previsto? Que investimento vai fazer nisso? Recebemos muitas denúncias de crimes ambientais que vão acontecendo. Precisamos de mão severa sobre isto. E quero saber, da parte do Governo... Sei que há meios tecnológicos que já foram contratados para tal.

Também, de igual modo, gostaria de questionar... O Chega, enfim, fica feliz pelo

primeiro camião de bombeiros, depois de todo o alarido com que andamos com isto. Já foi entregue na Graciosa. Sabemos que há para breve para outras localidades, conforme tínhamos pedido. Mas gostaria de ouvir o compromisso da boca do Sr. Secretário quanto a isto.

Não esquecer que nós estamos numa região sísmica, numa região onde os bombeiros são fundamentais. Vimos no Hospital de Ponta Delgada. Se nós temos de ter prioridades, as prioridades têm que ser com os bombeiros, não só em meios materiais, mas também em meios humanos, atendendo àquele grito de alerta que eles nos têm dado todos os dias. Nós não podemos esquecer os nossos bombeiros! Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas, começo por dizer que, em 2022... Eu guardei sete minutos só para si, Sr. Secretário.

Se se recordam, em 13 de setembro 2022, existiu uma iniciativa do PAN e do PSD relativamente ao regime geral de ação climática. E recordo-me de duas coisas que para mim ficaram, obviamente, na minha memória: uma é que tanto o PAN como o PS eram loucos em antecipar a neutralidade carbónica para 2045. Éramos loucos quando, obviamente, a União Europeia e todos os indicadores científicos diziam que era para 2050. O que dirá agora, Sr. Secretário, quando se fala na Comissão Europeia, e também já na Assembleia da República, que querem antecipar para 2040 devido à nova projeção científica a dizer que 2050 é tarde demais, 2045 também e 2040 é a altura em que temos de ter uma neutralidade dentro pelo menos

da União Europeia. Na altura disse que nós éramos loucos. E agora seremos o quê? Isto é a primeira.

Para falar na neutralidade carbónica, vou falar do roteiro, porque é a segunda coisa que eu me recordo daquilo que o Sr. Secretário disse: “Isto não vale nada, porque eu já estou a tratar do Roteiro da Neutralidade Carbónica.” Que neste caso deu a uma empresa para o fazer. E disse que até ao fim do ano de 2023 iria apresentar. Apresentou?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): E ficou concluído!

O Orador: Mas onde é que está o documento? É porque eu já procurei na internet, e não há documento nenhum. Sempre que eu vou ao roteiro de neutralidade carbónica, aparece sempre o da República. E vou à procura nos Açores, há já um site, que é o RNC50, mas eu carrego onde diz “Documentos” e bola, zero, não há nada, absolutamente nada.

Vai dizer que o Orçamento foi abaixo, que o Governo foi abaixo... Não era necessário, já tinha sido pago, só tinha que, obviamente, apresentar para toda a população, inclusive para esta Assembleia, o Roteiro da Neutralidade Carbónica.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Já vem a resposta do Sr. Secretário!

O Orador: Eu sei que dói, Sr. Presidente, mas é a verdade, apenas a verdade. Sobre os bombeiros, e aqui passamos para os bombeiros, que é uma nova tutela do Sr. Secretário, obviamente, e eu vou ser fofinho, porque há aqui uma passagem da pasta, vou ter todo o cuidado, porque, obviamente, o Sr. Secretário precisa de algum tempo para se ambientar. É normal. Eu não estou a ser irónico, estou a ser verdadeiro, obviamente. E falo, obviamente, das infraestruturas, dos equipamentos. Muito bem. Mas na dignificação da carreira dos nossos bombeiros, para que também seja uma carreira ou um espaço apelativo para que haja mais jovens, mais pessoas que queiram ir para os bombeiros, fica muito pouquinho

com o estatuto social e com a antecipação da reforma.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): O senhor sabe o que está a dizer?

O Orador: Para os mais incautos, o que o Governo pede é para que o bombeiro pague do seu bolso, para que fique guardado numa bolsa, para que haja depois uma reforma para os bombeiros. O Governo dá uma parte, os bombeiros dão a outra parte relativamente à reforma. E eu pergunto: é essa a dignificação que nós temos?

Também, aquele pouquinho de 50 % que o Governo vai dar anualmente relativamente a um bombeiro, só se um bombeiro assalariado der 200 horas ao Governo de graça é que vai conseguir receber. Isso é uma dignificação?! Sim, sim, 200 horas. Foi o Sr. Presidente do Governo que disse: “No mínimo 200 horas de voluntariado.”

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): É voluntariado!

O Orador: E aqui há uma interpretação diferente. Eu tenho uma: um bombeiro assalariado não devia ser obrigado a fazer voluntariado.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): E não é!

O Orador: Há aqui uma grande diferença.

Depois, dizer que ganhamos 50 % sobre o ordenado mínimo regional uma vez por ano, completamente contrário daquilo, obviamente, e foi apresentado como iniciativa e vai ser discutida nesta Assembleia, que está em comissão neste momento, dizer à partida que um bombeiro assalariado — e como estou a dizer assalariado, não posso dizer bombeiro profissional, já estamos nisto há quase quatro anos a dizer o mesmo — precisa de fazer as 200 horas.

E faz-se uma cerimónia de mérito aos bombeiros numa altura depois da calamidade que houve no hospital?! Eu acho que não dignificou em nada a carreira. O Governo não vive na mesma realidade do que a dos bombeiros.

Estamos, obviamente, num universo totalmente diferente.

E por isso pergunto, Sr. Secretário, se isso é a única coisa que vocês têm a dar. No ano passado eram os bilhetes para o centro de interpretação de ciência e para os museus, agora é ter que fazer uma bolsa para a antecipação da reforma e tem que ser para aqueles bombeiros mais 200 horas que têm que fazer de voluntariado.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): São voluntários, não recebem nada!

O Orador: Você tem tempo, tem 17 minutos.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Vou gastar consigo!

O Orador: Só depois do mínimo de 200 horas é que se vai pagar aquele pouquinho que é 50 % do ordenado mínimo.

Eu perguntaria se os médicos que fazem mais de 150 horas, que não querem fazer mais, eu gostaria de saber...

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): São voluntários!

O Orador: ... o que é que eles achariam se tivessem que ser obrigados a fazer 200 horas de voluntariado.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, do Chega, faça favor.

(*) **Deputado José Sousa** (*CH*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, gostaria de abordar aqui um chavão frequentemente apregoado como uma solução para os nossos desafios ambientais: o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável, na sua essência, procura estabelecer um equilíbrio entre o crescimento económico, a preservação ambiental e o bem-estar

social. Contudo, devemos questionar se na prática está realmente a cumprir esses desígnios, especialmente no que concerne à vertente económica e desenvolvimento regional.

A crescente pressão mediática para adotar medidas sustentáveis é inegável, mas restrições ambientais cada vez mais rígidas elevam continuamente os custos para as empresas e para as pessoas e desencorajam os novos investimentos, especialmente na nossa Região, que pela sua insularidade já sofre de uma enorme falta de investimento privado.

Deputado Pedro Neves (PAN): O Sr. Deputado das Flores a dizer isso!

O Orador: As políticas ambientais não devem continuar a ignorar a nossa realidade socioeconómica, onerando de uma forma desmesurada o bom povo açoriano.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: O desenvolvimento sustentável não pode coartar o desenvolvimento das ilhas mais pequenas, pois estas são as que têm uma economia mais frágil. Temos de promover a coesão económica e social dos Açores. E para haver condições de igualdade no desenvolvimento regional, temos de facilitar o investimento nas ilhas pequenas. Criar paraísos ambientais em desertos não interessa aos açorianos.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Temos de acabar com esta prática do proibicionismo exacerbado em políticas ambientais. Enquanto algumas regulamentações são realmente essenciais para proteger o meio ambiente, proibições exageradas e irracionais condicionam a economia e a vida das pessoas, não protegem as pessoas nem o ambiente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Esta prática do proibicionismo com excesso de reservas está a condicionar as empresas e as pessoas e a promover a desertificação das ilhas

pequenas. Este proibicionismo, associado à lentidão da administração e à burocracia exagerada, adoece a nossa economia e só promove a emigração dos jovens porque não gera oportunidades.

Quero enfatizar que devemos ser absolutamente críticos em relação ao discurso dominante sobre o desenvolvimento sustentável. Não podemos aceitar as medidas e soluções propostas sem questionar os seus impactos reais na nossa economia e no desenvolvimento da Região e na vida dos açorianos.

Obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado José Pacheco (CH): Carrega! Carrega!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que também cumprimente, embora também já tenha sido feito.

Peço ao colega que, daqui a bocadinho... Temos os alunos e, portanto, acho que devemos... Obrigada. Eles aprendem na escola que fala um de cada vez. Obrigada.

Ia, entretanto, cumprimentar precisamente os alunos, momento tão oportuno para a sua presença, é precisamente para as gerações futuras que estamos a falar. É precisamente para as gerações futuras que este Governo tem uma visão sobre aquilo que é a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, de coesão territorial intergovernamental, percebendo que o ambiente é assim mesmo, o

ambiente é interdisciplinar, o ambiente não fica encerrado numa Secretaria, é algo que é transdisciplinar, depende de todos nós e da nossa ação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Por muito pequena que seja, ela implica a mudança naquilo que queremos ver. E é isto que nós também devemos passar aos jovens que nos ouvem e àqueles que estão aqui connosco.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Então, referir que, efetivamente, quando se diz que não há luz no dia ou que não se vê a luz ou que estamos num túnel escuro, às vezes a vida tem disso, mas, realmente, este Governo, com esta Secretaria e com aquilo que é proposto neste Plano Regional, dá luz. Eu diria que é aquela candeia que vai à frente em muitos aspetos e é inovador.

O plano de investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática para 2024 totaliza 31,8 milhões de euros, dos quais 19,6 se referem a investimentos no domínio do ambiente, que representa um aumento de 4,2 % relativamente ao plano de 2023. Importará, por isso, destacar, por exemplo, aquilo que também já foi destacado e que por diversas vezes ouvimos também em sede de audição, o Programa Eco-freguesia, com uma verba prevista para 2024 de 1 milhão de euros, o que corresponde a um aumento de 82 % em relação a 2023, 550 mil euros, que já tinha sido o maior valor alguma vez atribuído a este programa.

Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Aproveito, se me permitem, para enaltecer precisamente as 44

freguesias que receberam este galardão, dando aqui uma palavra, como não poderia deixar de ser, se também assim me é permitido, às freguesias de Candelária, Calheta de Nesquim, Piedade e Prainha, na ilha do Pico.

O desenvolvimento do Programa Eco-freguesia, que reconhece e distingue o esforço das juntas de freguesia, o poder local mais próximo da população, e a colaboração das populações na limpeza, remoção e encaminhamento para destino adequado dos resíduos abandonados, incluindo as linhas de água e a orla costeira, bem como a participação em ações de sensibilização e educação ambiental, cerca de 535 ações, o que representa um aumento de 32 % face a 2022.

Este plano prevê também o início, e a continuidade até nalguns casos, da modernização dos processos de reciclagem dos centros de processamento de resíduos da Região, num investimento total previsto de 2,9 milhões, a executar até ao final de 2025.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado!

A Oradora: Ainda durante o ano de 2024, um projeto inédito com vista a dotar os serviços operacionais desta Secretaria Regional de meios e equipamentos adequados para assegurar a limpeza, manutenção e requalificação da rede hidrográfica das nossas ilhas, tendo encontrado meios completamente obsoletos nesta área. É, portanto, um investimento a salientar.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): 10 mil euros!

A Oradora: Parques naturais de ilha. No que concerne à gestão dos parques naturais, uma verba prevista de cerca de 540 mil euros, um reforço de 187 % face à dotação de 2023, permitirá, por isso, reforçar as intervenções nos trilhos da Região Autónoma dos Açores integrados nos parques naturais de ilha da responsabilidade desta Secretaria.

Recursos hídricos e rede hidrográfica. Ao nível dos recursos hídricos e da rede hidrográfica, a verba prevista de 2,3 milhões de euros significa um aumento de 60 % em relação a 2023, de 1,4 milhões de euros, permitirá, assim, reforçar o

desenvolvimento de ações de monitorização, manutenção, requalificação da rede hidrográfica da Região, a rede de monitorização do ciclo hidrológico e a implementação de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.

Quando há pouco se dizia que muito havia ainda também para fazer relativamente ao Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), destacar também a cartografia de risco que se levará a cabo, essencial para o desenvolvimento deste plano.

Salientar também aquilo que foi diminuído e que importa sublinhar, porque também é um carácter de unicidade na nossa Região. O regime jurídico-financeiro de apoio à emergência climática, com uma verba prevista para 2024 de 480 776 euros, um aumento de 20 % em relação a 2023. O regime jurídico financeiro de apoio à emergência climática, criado pelo XIII Governo Regional dos Açores, visa dar resposta...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Foi a coligação!

A Oradora: ... a situações de perdas e danos patrimoniais resultantes da ocorrência de eventos meteorológicos extremos, em situações não enquadráveis nos restantes sistemas de apoio em vigor, bem como para realizar investimentos públicos destinados à mitigação das alterações climáticas. Como dizer que não estamos preocupados e que não se age neste domínio? Enfim...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Observatório Climático do Atlântico. No âmbito das alterações climáticas, em 2024, o Governo Regional dos Açores, em colaboração com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera — um recurso educativo bem importante para os nossos alunos —, dará início à instalação de um Observatório Climático do Atlântico, com o objetivo de recolher dados atmosféricos e da massa de água, fundamentais para estudar as alterações climáticas na região do Atlântico. Tem como principal objetivo garantir a qualidade dos resultados obtidos por satélite, com vista a verificação do cumprimento das metas acordadas

nos protocolos climáticos estabelecidos para a redução de emissão de gases com efeito de estufa, que os nossos alunos que nos estão a ouvir lá em casa, eventualmente, e aqueles que aqui estão, tanto ouvem nas suas aulas.

Deputado Carlos Silva (PS): Já não estão!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já não estão, há bocado!

A Oradora: Ficarão a saber que é assim que se trabalha no concreto. Não é algo de subjetivo, que não se vê e que anda aí pelo ar.

Pretende-se ainda a partilha internacional de resultados de qualidade, que permitirá complementar os resultados obtidos por outros grupos técnico-científicos e projetar os Açores na comunidade científica internacional como referência — e isto é muito importante! — do Atlântico Norte no domínio da monitorização do clima e da atmosfera. É exatamente assim que deve ser entendida esta combinação das alterações climáticas, de uma forma sistémica entre estes diferentes sistemas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Não poderia terminar sem falar de um trabalho robusto, consistente, de qualidade, com provas dadas, que todos devemos enaltecer. Quero, assim, referir-me também à presença dos Açores na 28.^a Conferência das Partes — COP28, que os alunos também tanto ouvirão na escola, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas. Os Açores estiveram lá. E estiveram lá com a apresentação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica da Região.

O Governo Regional assumiu como sendo da maior importância a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, como um eixo estratégico da sua atuação, estando em curso na Região uma série de iniciativas nesta matéria, com destaque para os investimentos públicos muito consideráveis ao nível da descarbonização dos setores dos transportes, da energia, da agricultura, das florestas, dos usos do

solo, dos resíduos, das águas residuais, envolvendo investimentos na ordem das centenas de milhões de euros.

E, para terminar, devemos dizer que estas são medidas robustas, consistentes, transversais, que se continuarão a construir e permitirão o desenvolvimento de uma região sustentável e coesa territorialmente, um dos objetivos programáticos deste Governo. É essa a nossa obrigação comum, hoje, no presente, para com as gerações vindouras, para aqueles que nos estão a ouvir, para os alunos do 6.º ano. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Ambiente e da Ação Climática, eu queria que me fizesse aqui o ponto de situação do SiRGIC, portanto, a questão do cadastro geométrico da propriedade rústica e mista, que me fizesse um ponto da situação, porque há enormes atrasos.

E uma avaliação a título de resumo. Se acha que essa a solução foi a mais adequada, ou, de alguma forma, se se migrasse para a base nacional, seria mais expedito o sistema, uma forma também de não haver tantos atrasos.

E mantendo a base regional, se está previsto neste Orçamento o reforço de meios

humanos. O que é que se pensa fazer sobre esse assunto? Até porque creio que a parte da questão das propriedades urbanas também entravam o sistema.

Nesse sentido, eu queria que me fizesse aqui o ponto de situação a nível de verbas e de avaliação de todo esse sistema.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentarei ser muito breve nas respostas para responder a tudo, mas não posso deixar de dizer que, Sr. Deputado Berto Messias, na verdade, não são intervenções triunfalistas, são, felizmente, intervenções realistas. Tenho pena é que a atitude do Partido Socialista continue a ser a mesma, do bota-abaixo, como acabou de ficar bem demonstrado na intervenção da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade!

O Orador: A Sra. Deputada disse “continuidade na renovação dos centros de processamento de resíduos”?! Ó Sra. Deputada, vocês deixaram os centros de processamento de resíduos ao abandono! Nós fomos obrigados a preparar a Região para o futuro novamente!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Obrigaram-nos a fazer um investimento de 6,1 milhões de euros nos centros! 6,1 milhões de euros, Sra. Deputada!

Sra. Deputada, muito rapidamente:

- O Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores está concluído;
- O Plano de Gestão de Riscos de Inundações está concluído, foi aprovado no último Conselho do Governo e virá para o Parlamento;
- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica está concluído;
- O Roteiro para a Economia Circular está concluído;
- O Fundo de Emergência Climática, Sra. Deputada, tem de perceber, de uma vez por todas, que não há atrasos no regime jurídico-financeiro de apoio à emergência climática. Não há atrasos. Esse sistema entra em funcionamento quando todos os outros sistemas em vigor já não dão resposta. Portanto, temos de aguardar, Sra. Deputada. E devia ter algum pejo em falar deste sistema, porque foi uma inovação deste Governo, que prometeu colmatar uma lacuna que o Partido Socialista não colmatou em 24 anos! E já permitiu ajudar 49 famílias da Região na sequência de intempéries, Sra. Deputada!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não critiquei o fundo!

O Orador: Relativamente ao Programa Eco-freguesia, Sra. Deputada, o Programa Eco-freguesia demonstra isto que aqui está: a rosa são os investimentos do Partido Socialista; a azul são os investimentos da coligação, Sra. Deputada.

(Neste momento, o orador mostrou um documento à câmara)

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Está ao contrário!

O Orador: Deixe-me dar-lhe nota, Sra. Deputada: nós aumentámos o investimento neste programa em 82 % em relação a 2023. Este investimento é mais do dobro que qualquer investimento que o Partido Socialista fez ao longo dos anos neste programa.

Deputado José Ávila (PS): Falta pagar, mas, pronto...

Deputado Berto Messias (PS): No papel cabe tudo!

O Orador: E executaremos em quatro anos o mesmo valor, sensivelmente, que o Partido Socialista executou nos últimos oitos anos de mandato, nas últimas duas legislaturas da governação do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Eles precisam de gasolina e de homens para as roçadoras, Sr. Secretário!

O Orador: Recursos hídricos. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, houve um aumento do ano passado para este de 60 %. Eu não sei quais são os dados que a senhora tem. Eu já lhe tinha dito isto em comissão. Há um reforço de 60 %. Continua a dizer, de forma, enfim, incompreensível, que há uma redução. Há um

aumento de 60 %.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário não divulga os dados!

O Orador: Aos Srs. Deputados do Chega, dar-lhes nota que nós, ao nível da vigilância dos recursos hídricos, adquirimos, no passado ano: nove drones multirotores, um para cada Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de Ilha, que foram 62 mil euros; três drones quadrirotores, um investimento superior a 106 mil euros; um drone de asa fixa, de 24 mil euros; e contratámos mais 12 vigilantes da natureza para fazer o reforço da vigilância.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em relação às viaturas, o Sr. Deputado José Pacheco não está, mas deixo ficar a informação à bancada, nós temos, para 2024, quatro viaturas: entregámos uma na Graciosa, uma para Ponta Delgada, uma para Ribeira Grande, uma para Praia da Vitória e temos também em 2024 para a Povoação. As restantes viaturas serão entregues em 2025. Estamos a falar de autotanques pesados e de um auto salvamento médio, em Angra do Heroísmo, São Roque, Vila Franca do Campo e Horta.

Sr. Deputado Pedro Neves, neutralidade carbónica. Sr. Deputado, disse que achava que éramos loucos. Loucos, porquê? Os senhores queriam acabar com os apoios ao gasóleo agrícola e ao gasóleo pescas já em 2025, Sr. Deputado. Era isso que lá estava.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não foi por causa disso!

O Orador: E digo-lhe mais: os senhores queriam antecipar essa meta por decreto, sem explicar como é que o faziam. Não pode ser, Sr. Deputado. Nós não estamos nas mesmas condições que Portugal continental, nós vivemos no meio do Atlântico, nós importamos tudo aquilo que consumimos, nós temos nove sistemas electroprodutores isolados e nós temos um conjunto de contingências que a nível nacional e europeu não existe, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Isso é não perceber a essência

dos Açores!

O Orador: Em relação aos bombeiros, o Sr. Deputado Pedro Neves faz aqui uma grande confusão. Eu tenho dúvidas se é propositado ou se é por não saber. O senhor mistura várias coisas que não devem ser misturadas, Sr. Deputado. A Portaria n.º 32-A/2014, no seu artigo 6.º, define que os bombeiros voluntários têm de fazer 200 horas de voluntariado para poderem manter a sua situação ativa como bombeiros voluntários.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Exatamente!

O Orador: E, portanto, eles já o fazem agora, só que não recebem nada, Sr. Deputado!

Deputado Pedro Neves (PAN): Continue!

O Orador: E vão passar a receber 50 % da retribuição mínima mensal garantida! Esta é que é a diferença!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está gravado no microfone!

O Orador: E o senhor faz uma outra mistura ainda, o senhor está a tentar fazer confundir o Estatuto Social do Bombeiro, que pretende atribuir um conjunto de benefícios sociais aos bombeiros pela função importante que desempenham, está a tentar misturar com a sua proposta para a profissionalização de bombeiros. São duas coisas distintas, Sr. Deputado. Este Estatuto Social do Bombeiro pretende duas coisas: uma delas é incentivar o voluntariado através dessa bonificação e desse complemento de apoio para o trabalho voluntário; e a outra é a antecipação da idade da reforma. Mas sabe, isso já é possível fazer atualmente, só que atualmente o bombeiro tem que pagar 50 % do valor que é apurado pela Segurança Social. E a partir de agora vai pagar zero, Sr. Deputado! Zero!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, mesmo para terminar, para ficar com algum tempo, dar-lhe nota dos investimentos todos que nós fizemos: 34 milhões no sistema; na renovação da frota, temos a aquisição adjudicada de nove viaturas vermelhas, lançaremos um concurso para mais quatro e ainda hoje lançámos um concurso para a aquisição de mais duas viaturas SIV; três sistemas Core-Plus; vamos lançar um procedimento para a aquisição de nove ambulâncias de socorro.

Portanto, tudo isto é investimento nas associações, Sr. Deputado. Tudo isto é investimento na valorização da atividade destes bombeiros, Sr. Deputado. E, portanto, são investimentos muito significativos.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós mantivemos a duplicação do apoio na colaboração e no protocolo com o CIVISA. Anos houve em que o Partido Socialista até suspendeu esse apoio.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Nós duplicamos o valor, de 300 mil para 600 mil. E, portanto, fizemos 400 mil euros em investimentos em equipamentos diversos para os bombeiros. Temos mais 370 mil previstos para 2024. Sr. Deputado, não entendo. Nós fizemos um reforço para 12,2 milhões de euros, são mais 13,2 % em relação ao ano anterior.

Sr. Deputado, o trabalho feito em prol dos bombeiros e em prol do Serviço Regional de Proteção Civil está à vista de toda a gente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Deputada Délia Melo (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, pede a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Diga, Sra. Deputada, tem a palavra.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

É para pedir um intervalo regimental de seis minutos, por favor.

Presidente: É regimental, está concedido.

Regressamos às 15 horas, com o debate.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 02 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estava inscrito, antes da hora de almoço, o Sr. Deputado José Eduardo, a quem dou a palavra. Faça favor.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, de momento, prescindo.

Presidente: Prescinde.

Estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas, vou-lhe só perguntar novamente relativamente ao documento do Roteiro da Neutralidade Carbónica, que não chegou a responder há pouco, antes do almoço, ou então, se calhar, eu não ouvi.

E também perguntar, relativamente aos bombeiros assalariados, se o Sr. Secretário, com esta tutela, acha que há uma obrigação de os bombeiros assalariados unicamente fazerem as 200 horas mínimas de voluntariado.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já é assim há anos, não houve nenhuma invenção!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Ser bombeiro é sentir a adrenalina de ajudar os outros, é o arrepiar de cada toque da sirene”, disseram os bombeiros Dinarte Pimentel, David Vasconcelos, António Almeida e Carlos Sousa, da Cooperação de Bombeiros do Nordeste, no Dia Internacional do Bombeiro.

Foi, curiosamente, neste mesmo dia que homens e mulheres das corporações de bombeiros da ilha de São Miguel foram chamados para combater o incêndio do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada. E, por isso, quero aproveitar esta oportunidade para reconhecer, nesta Casa, o empenho, a dedicação e o trabalho eficaz que todos, em específico os bombeiros, tiveram nesse mesmo dia.

Os Açores, pelas suas especificidades e particularidades díspares exigem uma prevenção, uma preocupação e uma resposta no socorro às populações de forma

eficaz e célere; possuem desafios muito próprios, quer seja pela sua localização geográfica, pelo seu relevo e topografia ou até pelas suas características geológicas. O investimento nesta área é por isso fundamental, de modo a garantir a manutenção dos recursos existentes e apetrechar estes serviços de mais e novas competências técnicas, materiais e humanas.

Os Açores não são alheios a fenómenos como sismos, erupções, movimentos de vertente ou fenómenos meteorológicos extremos, exigindo por isso uma capacidade de mitigação e prevenção pronta e eficaz, mas também uma articulação responsável entre todos os órgãos de proteção civil.

Para isso, precisamos que o Governo Regional dos Açores seja arrojado e ambicioso. E permita-me que enalteça a postura, a preocupação e a importância que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores tem dedicado diretamente aos nossos bombeiros e a todos os agentes de proteção civil.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Mas também, obviamente, todos os Membros do Governo Regional que tiveram esta responsabilidade. O Sr. Presidente assumiu desde o início a necessidade de um olhar diferente para com estes profissionais. E isto tem acontecido. Certamente que não tem sido à velocidade que todos desejávamos, mas é preciso termos a noção dos constrangimentos políticos causados, não só, mas também, pelo chumbo do Plano e Orçamento para o ano 2024, em novembro do ano passado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: É fundamental, de forma rigorosa, continuar os investimentos que foram planeados e efetuados ao longo dos últimos anos, suprimindo necessidades prementes com vista a aumentar a capacidade operacional do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e das 17 corporações de bombeiros da Região.

As nossas associações de bombeiros estiveram demasiados anos à sua mercê. Existiam e ainda existem viaturas de combate a incêndios, a conhecida frota vermelha, que tem mais anos do que eu.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor é muito jovem!

O Orador: Viaturas com mais de 30 anos. Viaturas de desencarceramento que, quando empenhadas, fruto do seu elevado grau de desgaste, colocam em causa estas mulheres e estes homens, que diariamente lutam pelo nosso socorro.

Por isso, quero destacar o processo de renovação da frota vermelha dos corpos de bombeiros da Região, com a adjudicação de nove viaturas, que este Governo Regional já iniciou.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É fundamental a implementação de tecnologia de ponta ao nível de proteção civil, tanto na prestação de socorro, como na prevenção e também nas comunicações de emergência, para termos uma resposta mais célere em situações de potencial risco. É por isso bastante positivo e importante a criação de um modelo de financiamento próprio que permita a sustentabilidade e a previsibilidade financeira das associações humanitárias de bombeiros nos Açores, o que há muito era reivindicado e que sempre foi esquecido por anteriores governações.

É igualmente de evidenciar o aumento da verba destinada ao protocolo celebrado entre o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e o CIVISA, como já referiu também o Sr. Secretário, que passou de 300 mil euros anuais para os 600 mil euros anuais.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: É bom não esquecermos o trabalho importante e fundamental que este centro desenvolve na motorização sismovulcânica nos Açores e que foi também desvalorizado e esquecido durante diversos anos das governações socialistas.

Por fim, destaco a criação de um regime jurídico aplicável aos bombeiros dos Açores, o chamado Estatuto Social do Bombeiro, determinando um conjunto de

deveres, de direitos e de regalias a que têm acesso e as condições em que esse acesso se concretiza, que consta nestes mesmos documentos.

Sras. e Srs. Deputados:

Estamos focados na atribuição de melhores condições para todo o Serviço Regional Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, desde logo para todos os agentes de proteção civil, mas em especial para os nossos bombeiros.

Acredito, com contributo sério, em vez da crítica fácil que temos ouvido, que todos possamos alcançar aquilo que todos nós ambicionamos.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu agradecia que o Sr. Secretário do Ambiente me respondesse à pergunta que eu fiz e que não foi respondida, não sei se por lapso...

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra porque tenho que fazer aqui uma intervenção, diria, elogiosa àquela que foi a intervenção do Serviço Regional de Proteção Civil no incêndio que afetou o Hospital do Divino Espírito Santo. Tenho de fazer uma menção pela forma determinada, pronta, rápida e eficaz com que o nosso Serviço Regional de Proteção Civil, nomeadamente e numa primeira abordagem os bombeiros de Ponta Delgada, bem como todas as outras corporações que depois ali prestaram auxílio, o fizeram. Portanto, foi uma abordagem, efetivamente, que demonstrou que esta palavra que eu deixo aqui de reconhecimento e de apreço não é só pelo momento, pelo combate, pela abordagem que fizeram ao incêndio que deflagrou no HDES, mas também pela dedicação, pelo treino diário, pela abnegação, que determinou que aqueles profissionais, que aqueles voluntários, estivessem efetivamente preparados para que o resultado fosse aquele. Portanto, os nossos bombeiros e no nosso Sistema Regional de Proteção Civil está de parabéns pela forma como decorreu. Infelizmente, nós damos os parabéns aos bombeiros por terem combatido uma coisa que afinal é negativa, mas temos de lhes dar os parabéns. E isto é fruto efetivamente desta dedicação, desta formação, deste treino, desta dedicação diária a uma causa.

Os bombeiros voluntários, as forças de segurança e as forças armadas fazem compromissos de honra, fazem juramentos de bandeira. E para eles, especialmente para eles, essas palavras não são apenas palavras que proferem durante uma cerimónia, essas palavras são incutidas, essas palavras para eles são um sentido de responsabilidade e de servir, muitas vezes a troco de nada. Não estão eles à espera destas palavras, mas nós temos efetivamente que as proferir.

Tenho que citar aqui o Sr. Secretário Regional, no primeiro parágrafo que proferiu aqui na sua intervenção, relativamente à Proteção Civil, que diz: “Se dúvidas houvesse, o passado dia 4 de maio encarregou-se de as dissipar. A Proteção Civil assume-se cada vez mais como um fator decisivo para a segurança e bem-estar

das populações (...)” Portanto, não vou continuar, todos nós já percebemos, efetivamente, este cenário, como outros que já aconteceram na Região Autónoma dos Açores.

O que exorta, o que peço, o que apelo, e o Sr. Presidente do Governo tem sido exemplar na forma como tem tratado os bombeiros e como tem abordado estas questões da segurança e da proteção civil, extremamente dedicado, porque está atento, porque sabe que efetivamente tem essa importância o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Portanto, Sr. Secretário, tenho de lhe deixar aqui uma questão ainda sobre o incêndio do HDES, porque há muito material que, com certeza, durante aquele incêndio, ficou inutilizado ou ficou “inop”. E o que lhe pergunto é se já tem um levantamento desse material que ficou “inop”. E se está o Governo Regional e a sua Secretaria... Até porque a sua Secretaria agora tem uma designação que é “Ação” — ação, agir, fazer, executar. Portanto, se a sua Secretaria está efetivamente na posse dessa informação. E se irá repor, ou até já poderá ter repostado, esse material, que é essencial para que os bombeiros possam desenvolver a sua ação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O povo quer é ação!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pesquemos a próxima intervenção... Não há? Sr. Secretário, quer usar da palavra? Afinal há. Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor. V. Exa. até está de verde, o que é um bom sinal.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Desta vez não será necessário rezar pela

esperança, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não posso, em consciência, no fim deste debate, deixar passar a imagem que a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, que foi à tribuna, disse sobre o investimento deste Governo no Programa Eco-freguesias...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Eu até felicitei o Governo!

A Oradora: ... e na parceria constante que este Governo tem, não só nesta área setorial, como na colaboração com o poder local, com as freguesias dos Açores. Bem sabemos que, para infelicidade do Partido Socialista, não houve nem há registo de conturbação social com as freguesias dos Açores...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Já houve!

A Oradora: ... porque o Sr. Presidente do Governo dos Açores, todo o Governo dos Açores, neste caso o Sr. Secretário do Ambiente e a Ação Climática e também o Sr. Diretor da Cooperação com o Poder Local estão em diálogo permanente...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Grande Diretor!

A Oradora: ... e constante com as juntas de freguesia dos Açores para resolver, a par e passo, todos os seus problemas diariamente.

E não é pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares ir à tribuna três, quatro, cinco, dez vezes que passa efetivamente a haver um problema ou que ele se torna verdade, porque não é verdade, Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Exatamente!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Os pagamentos não foram feitos!

A Oradora: Mais, eu chego a este ponto do debate convencida de que o grande problema do Partido Socialista com o Programa Eco-freguesias é efetivamente este Governo ter dobrado o valor para ser entregue às juntas de freguesia dos Açores, e o Sr. Secretário, no passado dia 20 de dezembro, ter entregado 138

equipamentos, também no âmbito deste programa, às freguesias dos Açores.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Ó senhora, eu felicitei!

A Oradora: Coisa que o Sr. Deputado Flávio Soares também falou, noutro âmbito, no que dizia respeito ao parque automóvel de socorro dos bombeiros. Mas recordamos, em visitas recentes que fizemos aos Serviços Florestais no Nordeste, que havia lá um camião quase com o dobro da minha idade. E eu sou um bocadinho mais velha do que o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém diria, Sra. Deputada! Não parece!

A Oradora: Acho que já nem peças para arranjar aquele tipo de equipamento havia.

Portanto, o Partido Socialista o que que está habituado a fazer na cooperação com as juntas de freguesia é o mesmo que faz em todas as áreas setoriais do Governo, constrói e depois, durante 30 anos, nunca mais altera um parafuso, nunca mais há manutenção, nunca mais há absolutamente nada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E fica muito chateado, porque, efetivamente, o valor foi dobrado, como já disse, há uma boa cooperação...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Eu não fico chateada!

A Oradora: Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, a senhora sabe perfeitamente

que o Governo Regional dos Açores neste momento não deve 1 euro às juntas de freguesia dos Açores!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Mas quando é que pagou? Pagou no final do ano, Sra. Deputada!

A Oradora: E já lhe disse que por ir à tribuna dizer três vezes a mesma coisa, das poucas juntas de freguesia de quem recolheu o seu contributo, não passa a ser verdade, Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, este Governo está de parabéns, esta Secretaria está de parabéns, sobretudo por toda a cooperação com o poder local que tem sido feita, toda a parceria com o poder local que tem sido feita e a atenção devida a todos os autarcas dos Açores, independentemente da sua cor política.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não é assim que funciona!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional do Ambiente, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Lima, tem razão, não lhe respondi há pouco à questão. O SiRGIC tem sido vítima do seu próprio sucesso. Nós tivemos um volume enorme, enfim, de candidaturas e de submissões neste instrumento. E a verdade é que já

atingiram cerca de 100 mil submissões. Tem havido constrangimentos, sobretudo, na validação. É um facto O tempo de resposta é maior do que aquele que queríamos. A verdade é que este sistema foi criado ainda na anterior legislatura, portanto, na última legislatura do Partido Socialista, com escassos recursos para implementá-lo, à base de estagiários L. E nós temos procurado reforçar os meios necessários para poder fazer este sistema funcionar adequadamente.

Sendo certo que existem também constrangimentos que derivam da legislação que entretanto foi saindo a nível nacional com muita frequência. E nós estamos a avaliar a possibilidade de poder aderir ao sistema BUPi, que é o sistema que está instalado a nível nacional. Temos de avaliar se isso seria uma melhoria no funcionamento do sistema ou não, porque nós, de alguma forma, também não queremos que haja constrangimentos ao normal funcionamento da nossa sociedade provocados por um sistema de informação de gestão cadastral. E, portanto, estamos a avaliar esta possibilidade, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Tinha razão!

O Orador: Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, muito rapidamente, esqueci-me de falar há pouco na taxa de execução. Mais uma vez, a senhora não está interessada em debater o atual Plano, vai falar no Plano anterior. Mas eu não tenho medo de falar de taxas de execução, Sra. Deputada. A taxa de execução desta Secretaria cifrou-se em 63 %, mas a taxa de compromissos desta Secretaria foi além dos 80 %.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): E valores?

O Orador: E se não houve liquidez suficiente para pagar toda a faturação que efetivamente foi feita, isso deve-se muito ao garrote financeiro que o Governo da República do Partido Socialista fez durante anos a esta Região! Durante anos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, Sra. Deputada, estamos falados. Mas também tenho a certeza de que a execução deste Plano não é uma preocupação do Partido Socialista, caso fosse não teriam chumbado o anterior Plano e não teriam deitado, pela primeira vez na história da nossa autonomia, um governo abaixo. E, portanto, Sra. Deputada, em relação a taxa de execução, estamos conversados.

Sr. Deputado Pedro Neves, o Roteiro da Neutralidade Carbónica está concluído, foi concluído no final de 2023 e foi apresentado na COP28. Irá agora para discussão pública. E virá a este Parlamento, porque será aprovado na forma de decreto legislativo regional. Naturalmente, não o pode encontrar em plataforma nenhuma, porque ainda não está aprovado por este Parlamento.

Rapidamente, em relação aos bombeiros, nós temos o maior plano de investimentos para o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros de sempre, são 12,2 milhões de euros, e isto é mais 31 % que o melhor plano que alguma vez o Partido Socialista trouxe para a Proteção Civil.

Eu sou o primeiro interessado em ter um bom funcionamento dos nossos bombeiros, mas nós temos de ter o sentido de responsabilidade de perceber que as propostas que são apresentadas nesta Casa não podem colocar em causa a sustentabilidade financeira das associações, que são as entidades patronais dos bombeiros, Sr. Deputado. E, portanto, temos de ter esta noção.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Só para dar resposta, à luz do estatuto jurídico existente nos Açores, todos os bombeiros têm uma matriz voluntária, logo aplica-se a portaria a eles. E eles estão sujeitos ao cumprimento das 200 horas. Sr. Deputado Pedro Neves, estou a falar para si. Não está a ouvir e depois diz que eu não lhe respondi.

E, portanto, não há nenhum conhecimento de qualquer legislação que diga em

contrário à aplicação e à realização das 200 horas de voluntariado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos fazer um intervalo de 15 minutos, para começarmos as intervenções finais... Não chegam 15 minutos, é isso? Foi isso que combinamos. Ó senhores, se querem fazer às 2 horas da manhã, por mim pode ser.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, se me permite.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, o que tinha sido acertado em Conferência de Líderes era que, se os trabalhos terminassem da manhã, as intervenções finais seriam à 15 horas; se não terminassem da manhã, seriam às 17 horas.

De qualquer forma, teremos de fazer votações na sexta-feira. Portanto, havia um intervalo razoável entre o final dos trabalhos e as intervenções finais. Como é óbvio, também há procedimentos que temos de fazer para preparar a intervenção final.

Muito obrigado.

Presidente: Estão de acordo que as intervenções finais sejam às 17 horas? Então, estão encerrados os trabalhos até às 17 horas, para os senhores se poderem preparar para as intervenções finais. aguardo com expectativa.

Eram 15 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos proceder ao encerramento do debate com as declarações finais.

Eram 17 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Hoje abre-se um novo ciclo na ação governativa da Região, sob o signo do progresso e com olhos no futuro, encerrando o período de conturbada agitação política que resultou em eleições antecipadas, fruto do chumbo de um orçamento que potenciava esse resultado.

Ao longo desta semana analisamos e discutimos argumentos sobre os documentos políticos económico-financeiros mais importantes da Região, que definem estratégias, a curto e médio prazo, em prol dos desígnios da população açoriana, sobretudo numa altura de calamidade com a decorrência do incêndio do HDES, em que nos valeu o espírito de excelência de interajuda dos profissionais envolvidos. Não só os de saúde, como os de proteção e segurança, especialmente os bombeiros.

Num passado recente, bombardeámos o povo açoriano com campanhas, promessas, cenários e perspetivas que agora urgem serem cumpridas. A política é a arte do compromisso, não de egos, individualismos, ideologias políticas ou declarações de intenções. É nossa responsabilidade agir e lutar por quem nos confiou este lugar.

Apresentámos cerca de 30 propostas de alteração aos documentos para defesa da

nossa sociedade. Estamos crentes que as propostas apresentadas farão a diferença nos Açores junto daqueles que delas imediatamente beneficiam.

A dificuldade em inverter as elevadas taxas de abandono escolar precoce, o combate ao absentismo escolar e a falta de mão de obra na Região, especialmente a qualificada, são matérias interligadas que reforçam o padrão de pobreza cíclica enraizada da Região e os papéis de género, repelindo jovens e jovens adultos, travando a sua fixação na Região Autónoma dos Açores. Este complexo fenómeno exige políticas reformistas e uma estratégia concertada, com tímido reflexo nos documentos apresentados, florindo alguma incerteza de sucesso.

Mas esse não é o único fenómeno que nos afeta e que a todos nos deveria preocupar de forma séria. Pelo que, o investimento em mecanismos resilientes para preparação da Região ao impacto de fenómenos extremos provocados pelas alterações climáticas não deve ser escasso. A par disso, urge implementar políticas protecionistas, não-extracionistas, para evitar o colapso do maior sumidouro de carbono do mundo: o nosso mar.

O mesmo não se aplica ao turismo, fruto da capacidade creditícia instalada, salvo em matéria de sustentabilidade geracional, devido ao passivo ambiental e social previsto, em que a escritura da hipoteca está a ser lavrada. Daí a urgência de planear-se o seu ordenamento.

No segundo programa com maior investimento público, uma dotação de cerca de 122 milhões, cabem uns trocos à proteção e bem-estar animal, sem inovação e ambição na promoção dos direitos dos animais de companhia. Os animais de pecuária continuam catalogados como “máquinas produtivas”, em que o melhoramento das infraestruturas serve para construir estábulos onde os animais são mantidos, de forma quase ininterrupta, com dúbias certificações de bem-estar animal.

Por outro lado, a agricultura biológica ganha espaço, bem como a diversificação alimentar, e já há sinais de aposta na reflorestação das nossas paisagens.

O que nos remete para o sector com o assunto que está na ordem do dia: a situação de calamidade pública devido ao incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo. É, por isso, tempo de união e de concentrar esforços e ideias na célere ultrapassagem desta calamidade. O PAN estará, uma vez mais, ao lado dos açorianos e o nosso apoio não faltará para se alcançar o sucesso da missão de recuperação do HDES. É este sentido de responsabilidade que justifica a revogação da política de endividamento zero. E o episódio que fomos assolados e que destacou a nossa força e fragilidades, tem um peso demasiado importante na decisão do sentido de voto de todos os partidos desta Assembleia.

Por isso é tempo de louvar a democracia, espelhada na liberdade de expressão de visões e convicções plurais que desaguam num consenso comum: o bem-estar da população açoriana. É tempo de procurar o que nos une ao invés dos pontos que nos afastam. É nesta premissa que assenta o nosso compromisso com os Açores. O sentido de voto do PAN na generalidade será de abstenção.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal.

Deputado Nuno Barata (IL): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Não fossem as circunstâncias diferentes, perante um Plano e um Orçamento *copy paste*, esta minha intervenção seria também um *copy paste* da que desta tribuna proferi, em novembro passado.

A coligação PSD-CDS-PPM chegou ao poder em 2020 por via das vantagens da pluralidade democrática; centraram o seu discurso numa putativa “mudança de paradigma” e numa essencial atenção ao diálogo que “a centralidade do Parlamento” exigia.

No entanto, nem o paradigma mudou, nem a centralidade do Parlamento foi

respeitada. Caíram por incumprimento; renovaram o mandato, mais uma vez sem maioria, e fizeram desaparecer do seu discurso as expressões “mudança de paradigma” e “centralidade do Parlamento”.

Nos três momentos mais críticos da nossa Autonomia não foram capazes de dar as melhores respostas aos açorianos:

Na pandemia, contrataram um “especialista” externo que cá chegado mandou cercar pessoas, freguesias e vilas, num lamentável atentado às mais elementares liberdades individuais, a coberto de uma teoria que iria salvar vidas... violando reiterada, consciente e compulsivamente a Constituição da República Portuguesa;

Na crise sísmica de São Jorge promoveram o medo com uma incontrolável incapacidade de comunicar em situação de risco. A solução foi meter barcos e aviões para os jorgenses fugirem da sua ilha;

Deputado Paulo Gomes (PSD): E muito bem!

O Orador: Agora um incêndio num hospital de referência da Região. A tal circunstância que se alterou. O Governo dramatiza, clama a Lisboa por ajuda e exorta a oposição a ser solidária e responsável, enquanto os profissionais de saúde fazem o que lhes compete e, dia após dia, vão conseguindo reabrir serviços e retomar a assistência aos utentes. Dizem-nos agora, numa prosa difícil de deslindar, que recuperar o hospital custará 25 milhões de euros, o que, “de forma enfática, não sendo um novo hospital, é um hospital novo”.

Mais fácil de perceber é a esperança de que os companheiros de coligação de Lisboa hão de suportar 85 % dos custos dessa recuperação. Mais uma vez, que nos valha o centralismo que tanto repudiam, e espera-se que, de facto, estes 85 % para o Hospital não sejam como os milhões apregoados para o Porto das Lajes das Flores, senão bem podemos continuar a ir buscar dinheiro à banca e a aumentar os encargos para as gerações futuras.

Entretanto, para aproveitar fundos do PRR promovem-se obras em circuitos

logísticos terrestres sem urgência e desnecessários, que com exceção da variante à Horta (que sendo necessária está mal traçada), serão atentados económicos e ambientais e deixarão a Região, irremediavelmente, mais pobre e menos sustentável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não houve uma “mudança de paradigma” na política regional com este Governo de coligação, mas têm-se registado profundas mudanças nos indicadores sociais já bastamente denunciados.

Este é o Governo que se gaba de reservar 16 milhões de euros para a ação social escolar, escamoteando que este aumento de 23 % de recursos, de um ano para o outro, é sinónimo de pobreza extrema. Se não fosse antítese paradigmática da triste e pobre realidade, seria metáfora do mundo cor-de-rosa de onde este Governo de coligação disse que queria sair, mas nunca foi capaz de abandonar.

Este é o Governo que se gaba de ter posto fim aos rateios na agricultura, escamoteando que tem pagamentos de apoios aos produtores atrasados há mais de dois anos, assim como estão os pagamentos do POSEIMA pescas.

Este é o Governo que se gaba de ter uma época alta turística com 15 companhias aéreas diferentes a voar para os Açores, provenientes de 26 origens distintas, escamoteando que as subidas percentuais anuais dos proveitos da hotelaria não são tão boas se tivermos em conta o aumento da capacidade de camas.

Aliás, neste domínio, estamos perante um Governo que considera a sazonalidade da atividade como uma fatalidade dos destinos turísticos com as características dos Açores, escamoteando que, durante os meses do inverno, a hotelaria não gera proveitos de alojamento que paguem os custos com pessoal.

Este é um Governo incapaz de definir uma estratégia que combata este estigma da sazonalidade, num sector de importância reconhecida como transversal, sazonalidade essa tão acentuada, que os cinco meses de inverno só representam 15 % dos proveitos anuais.

Este é o Governo que parou um processo de privatização da Azores Airlines, mantém a gestão do grupo sem conselho de administração e permite a subscrição de acordos com sindicatos que vão rebentar com o que resta da empresa.

Atirando para a frente uma culpa que não assumirá sozinho, este Governo escamoteia que a SATA fechou 2023 com 37 milhões de euros de prejuízos, valor já agravado, só no primeiro trimestre deste ano.

Só a título de curiosidade — e os açorianos precisam saber isto — os prejuízos da SATA, com relevante contributo da Azores Airlines, são de tal ordem que dariam para cobrir 10 % das necessidades de financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Como se vê, a irresponsabilidade do acionista e a incapacidade da Região são tão grandes, que seremos nós, todos os açorianos, a pagar, mais uma vez, uma decisão desta coligação que quer continuar, tal como se fazia no mundo cor-de-rosa onde se viveu durante 24 anos, a brincar aos aviões!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal tem vindo a alertar, desde o primeiro momento, para a questão do endividamento desta Região. Não nos calaremos! Cada açoriano já tem que pagar 13 500 euros de dívida futura. Só em juros 70 milhões de euros, que dariam para pagar cerca de 20 % do total do financiamento necessário para o Serviço Regional de Saúde. Não nos calaremos e lutaremos até ao fim para alterar a trajetória de endividamento desta Região!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Terminamos hoje um ciclo de uma crise política provocada pela direita. A direita juntou-se em 2020 para governar e em 2023 decidiu provocar eleições

antecipadas. Hoje, a direita volta a estar toda junta reatando o laço que decidiram quebrar em novembro, aprovando o mesmo Orçamento.

Aliás, a contradição dos partidos da direita neste Parlamento é total. O Chega, ainda esta semana, afirmava que os Açores caminham para a “insustentabilidade financeira”, caminho este de insustentabilidade financeira que tem tido sempre o patrocínio do mesmo Chega.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

(Risos do Deputado José Pacheco)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Terminado o debate na generalidade deste Orçamento, ficamos ainda mais convictos do desfasamento entre estas propostas e as necessidades dos Açores.

O Orçamento prossegue uma política que mantém os Açores na mesma: uma região que é a mais pobre e desigual do país. Os rendimentos de quem trabalha continuarão a não chegar para as despesas ao fim do mês.

Quando os salários nos Açores pouco sobem para além do salário mínimo, temos de continuar a empurrar os salários para cima, aumentando o complemento regional ao salário mínimo.

A remuneração complementar, que se aplica aos funcionários públicos com mais baixos salários, deve aumentar para 100 euros e ser alargada para salários que cheguem aos dois mil euros.

Na região mais pobre do país é preciso uma nova política social e apoios sociais mais abrangentes.

À medida que o número de beneficiários do RSI desce, a pobreza cresce, a sobrelotação habitacional também. Há cada vez mais gente a viver cada vez pior e sem apoio.

Para responder à emergência da crise da habitação, o Governo Regional age como

nada se passasse. Não faz nada para combater a especulação, recusa impor quaisquer limites ao alojamento local.

A política fiscal dos Governos da coligação criou mais injustiça, aumentou a desigualdade e só beneficiou quem tem elevados rendimentos. Abdicou de receitas, empurrando para o abismo os serviços públicos, principalmente a saúde. Hoje, temos um Orçamento menos capaz de garantir serviços públicos de qualidade por opção dos Governos Regionais da direita. A degradação que se verifica nos serviços públicos nos Açores é também reflexo disso.

O incêndio no HDES é um sério, muito sério aviso.

A herança deste Governo na saúde são 40 milhões de euros de prejuízos nos hospitais e unidades de saúde de ilha por ano e 195 milhões de euros de dívidas a fornecedores. É um garrote financeiro, que impede qualquer gestão de investir.

É urgente um plano de capacitação e modernização do Serviço Regional de Saúde que acabe de uma vez por todas com o subfinanciamento. É a única forma do Serviço Regional de Saúde investir e garantir resposta às pessoas. De outro modo, caminhamos, sim, para o abismo.

O Governo empurra para o privado e para custos incontroláveis com a saúde grande parte das pessoas.

É preciso ainda respeitar os profissionais de saúde. De que serve colocar no papel aquilo a que têm direito se depois o mesmo Governo não paga? Desde 2022, por exemplo, que o Governo Regional deve milhões aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Que horror!

O Orador: O grave momento atual não levou o Governo a mover uma palha na sua insustentável política para a saúde!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No que respeita ao investimento público, este Governo traz a este Parlamento, ano após ano, as mesmas promessas, algumas que se arrastam no papel desde o tempo

dos Governos do Partido Socialista.

O Plano de Investimentos transformou-se numa mera lista de afazeres, de Santa Maria ao Corvo.

O Governo da direita é um procrastinador obsessivo. Adia tudo o que pode, enquanto afirma, sem se rir, que os investimentos avançam a todo o vapor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda ontem, o PSD congratulava-se com o facto de os Açores terem sido considerados o melhor destino de aventura da Europa. De facto, a vida da maioria das pessoas nos Açores é uma versão distópica dos livros da famosa série juvenil “Uma Aventura”, de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

Para além do já referido caminho para o abismo na saúde, a precariedade agigantou-se nos serviços públicos, com trabalhadores precários a apelar publicamente por estabilidade.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Isso era para ter piada?

O Orador: A sua história é a triste aventura da precariedade que adia vidas.

No turismo, a única estratégia é o crescimento, sem sustentabilidade social, ambiental e económica. O mercado é idolatrado, quem trabalha no setor é esmagado pela exploração. “Uma aventura” no hotel a trabalhar horas sem fim, com salário de miséria.

Na área social, o Governo leva ao desespero as famílias que esperam por falta de vagas nas creches e estruturas residenciais para idosos, porque o Governo da direita praticamente não investiu no aumento da resposta. “Uma aventura” à procura da creche.

Para tanta, mas tanta gente o dia-a-dia é uma verdadeira, dramática e exasperante aventura!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O setor público empresarial está em grande parte à deriva, com a SATA à cabeça,

com uma administração provisória há quase um mês, numa altura crítica da sua vida. Esta situação é insustentável! Confirmamos pelo relatório do júri da privatização, que esta significa pagar 380 milhões de euros para vender a empresa. A privatização é também ela uma perigosa aventura!

Nas pescas está cada vez mais em risco a sustentabilidade da nossa frota, como se viu este ano com o esgotamento da quota do atum patudo em maio, fruto de anos de ausência de uma política para o setor.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Falso!

O Orador: Na transição energética anda-se para trás, com a produção de energia cada vez mais dependente do super poluente fuelóleo, vendido pelo maior acionista privado da EDA.

Em 2019, 61,7 % da energia elétrica produzida teve origem fóssil; em 2023 foram 63,5 %. Andamos para trás!

Na ciência e tecnologia abdica-se de investir nas ciências fundamentais. Pela calada, o Governo reduziu para metade as bolsas de doutoramento em contexto académico.

A cultura, já sabemos, para o Governo, é carta fora de baralho. É preciso justiça e respeito para quem nela trabalha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos empenhados em apresentar uma política alternativa, aumentar salários, integrar trabalhadores precários e combater a precariedade no setor público e no setor privado, garantir um plano para o desenvolvimento e capacitação do Serviço Regional de Saúde, respeitar quem nele trabalha, cancelar a privatização da SATA, promover uma verdadeira transição ecológica.

Sr. Presidente, este não é o nosso orçamento, não é a nossa política.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Nunca foi!

O Orador: Damos voz, hoje, a quem anseia pela mudança que responda aos problemas da sua vida.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pelo PPM, tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como todos sabem, sou um agricultor da ilha do Corvo. Sou um homem simples, de hábitos simples. A minha vida foi sempre acordar cedo e subir a encosta em direção às minhas terras e gado. Mantenho de pé o que herdei dos meus pais e dos meus avós. Sempre achei que as regras simples da vida, da maioria dos açorianos, são as que se devem aplicar a um bom governo.

Não gastar mais do que aquilo que se tem. Foi o que o PS não fez durante os 24 anos que esteve no poder. Deixou por pagar um rol de 20 páginas nas lojas onde gastou mais do que devia. E agora diz que existe dívida. É claro que existe dívida, e o PS deve saber bem qual é, uma vez que foi ele que a fez.

Agora vem para aqui com conversa fiada, mas isso não nos engana.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Este Governo optou, e muito bem, por parar de gastar o que não podia e começou a pagar as dívidas que o PS assumiu em nome dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Estou de acordo. O PPM está de acordo com esta linha de rumo.

Após a aprovação deste Orçamento, os funcionários públicos passam a progredir, nas suas carreiras, em apenas seis anos, em vez dos dez do tempo do PS.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É justo, pois têm vindo a perder poder de compra de ano para ano. O PS foi, como se diz no Corvo, “répio” com os funcionários públicos durante os 24 anos que esteve no poder. Ou seja, foi avarento. Agora já concorda em acelerar a progressão dos funcionários públicos. Porquê agora e antes não? Vou já, como se diz na minha terra, “desfundar” o mistério, ou seja, deslindar a coisa. O PS está agora a favor porque já não está no Governo. Enquanto mandou, não quis; agora que já não manda, já quer.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Nestas ocasiões apetece-me dizer “sanabagana” a alguém, mas não digo porque estou onde estou.

Para mim, e para a minha geração, o mais importante é dar aos nossos filhos o que os nossos pais não nos puderam dar. Nunca se investiu tanto na educação. Nunca se contrataram tantos professores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, pois é!

O Orador: Nunca se atribuíram tantos apoios na escola e para a entrada na universidade.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Estou de acordo com esta política? É claro que estou. É através da educação que se conquista um futuro melhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo para que, no futuro, não se comam apenas “bifes-da-combrada”, que é a expressão que utilizamos no Corvo para referir ironicamente quem não tem a possibilidade de comprar carne com regularidade. Era para aí que nos levavam os governos do PS.

No conjunto investe-se, este ano, mais 44 milhões de euros na saúde e na

educação. Nunca, na nossa história, se investiu tanto nestas áreas. E ainda não chega, eu sei. Mas também sei que este é o caminho certo. Esta é a oportunidade de melhorar as coisas. E é isso que está a ser feito.

O PS agora anda preocupado com as estradas, as escolas e os centros de saúde que estão em ruínas. Não sou muito de literatura, mas isto até parece o romance do “Ensaio sobre a Cegueira”, de José Saramago.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ou “A Jangada de Pedra”!

Deputado Carlos Silva (PS): Um homem simples!

O Orador: Agora conseguem ver o que antes não viam e falar sobre o que antes se calavam. Parece um milagre do Nosso Senhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Todos estes problemas não surgiram nos últimos três anos, são problemas que têm décadas e que resultam de muito desleixo dos governos socialistas. Agora está a reparar-se o que antes não se reparava. A cuidar do que antes não se cuidava. É este o caminho. É esta a nossa política.

Meus senhores! Pagam-se agora, nos Açores, muito menos impostos que no resto do país. E isso é bom. Nunca ficaremos “mal-avezados”, ou seja, mal-habitados, neste aspeto. Os impostos só subirão se o PS regressar ao poder.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso!

O Orador: A canga dos impostos tem de permanecer o mais baixa possível. E é isso que vai acontecer com este Governo e este Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A economia açoriana continua a crescer ao fim de 34 meses consecutivos. O número de empregados é o mais alto da nossa história. Tudo isto comprova que estamos a seguir o caminho certo.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: O melhor subsídio possível é dar trabalho a quem não o tem. E a melhor forma de apoiar mais gente é através de uma economia maior.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: E é isso que está a ser feito. O que o PS pretende fazer é lavrar em sentido contrário, ou seja, como se diz na minha terra, “atalhar”.

Em síntese, o PPM apoia este Orçamento. É o caminho da valorização de muita gente e de muitas coisas. Significa recuperar o tempo que nos fizeram perder e que resultou num grande prejuízo para os Açores e os açorianos.

Agora é tempo de voltar a avançar.

Disse.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS-PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Dedicámos os últimos três dias à análise setorial aprofundada das prioridades e

das estratégias de desenvolvimento para a nossa Região.

Encerrámos hoje um dos mais relevantes debates do ciclo parlamentar, momento em que apreciámos as propostas de Orientações a Médio Prazo, documento que norteará a ação política, e do Plano e Orçamento para o ano 2024, o primeiro da legislatura agora iniciada.

Aqui nos encontramos de novo na análise, discussão e votação destes documentos, após o chumbo, em novembro de 2023, do Plano e Orçamento para 2024, desta vez apresentados em circunstâncias diferentes daquelas em que a Região se encontrava na altura, nomeadamente pela situação de calamidade decorrente do incidente verificado no maior hospital da Região, o Hospital do Divino Espírito Santo, que dá resposta não só aos micalenses, mas a todos os açorianos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Como se recordam, o chumbo do Plano e Orçamento resultou na convocação de novas eleições e, por consequência, tivemos uma Região gerida por duodécimos desde janeiro, marcando passo há seis meses.

A primeira destas consequências ficou resolvida no dia 4 de fevereiro: os açorianos deslocaram-se às urnas, tendo manifestado, de forma inequívoca, o apoio ao projeto político da coligação e à sua ação política.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Nesta semana estivemos reunidos para dar resposta à segunda consequência: dar os meios ao Governo Regional para que a Região deixe de ser gerida por duodécimos e possa começar, rapidamente, a dar resposta às adversidades com que a Região se tem deparado.

Porque, ao contrário daquilo que o Partido Socialista tem propalado esta semana, os documentos aqui apresentados não só são vitais para a ação governativa, como são fulcrais para restabelecer o funcionamento da sociedade e da Administração Pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos apenas duas opções: ou estamos do lado da resolução dos problemas dos açorianos e da melhoria das suas condições de vida, ou estamos do lado de quem quer comprometer e atrasar o desenvolvimento dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Da parte do CDS-PP, os açorianos podem contar, como sempre contaram, com responsabilidade e coerência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Houve quem afirmasse durante esta semana que estes documentos são de mera continuidade. Mas poderia ser de outra forma? Foi esta a continuidade que os açorianos escolheram nas urnas, uma continuidade da mudança que começou em 2020 com este projeto político. E não podem, de forma alguma, exigir ao Governo Regional que apresente documentos que não tenham qualquer correspondência com o programa eleitoral sufragado nas urnas e, assim, quebrar o compromisso criado entre nós e os açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Este debate decorre num contexto sem precedentes, aos mais variados níveis, e onde se exige que impere a estabilidade, responsabilidade e governabilidade.

A Região vive problemas conjunturais, como no caso da tragédia que deflagrou o HDES, mas também se confronta com problemas antigos como a preocupante perda de população crónica que se veio a constatar entre 2011 e 2021.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ora bem!

A Oradora: A Região perdeu 10 359 pessoas nesse período temporal. Por esse motivo, o Governo Regional da coligação direcionou, automaticamente, a sua ação política para o combate ao despovoamento, com medidas de apoio às famílias e ao incentivo à natalidade.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Foi o nosso Governo que tornou as creches e amas gratuitas para todas as famílias, medida esta que volta a estar plasmada nos documentos que serão aqui votados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Foi o nosso Governo que implementou o programa Nascer Mais e onde está previsto, neste documento, o alargamento a todos os concelhos dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Foi a nossa coligação que apoiou as famílias, sobretudo da classe média, reduzindo os encargos com os seus filhos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Foi a nossa coligação que aumentou o Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior para 750 euros, valor esse que mantemos nestas propostas porque sabemos o quão importante tem sido este apoio.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É o nosso Governo que está a propor um verdadeiro apoio aos jovens,

porque eles são o futuro da Região. E, por esse motivo, está contemplado, também para 2024, o pagamento de duas viagens aos estudantes que estudem fora da Região, um reforço no apoio às propinas e nas bolsas de estudo para que se formem, com liberdade de escolha, mas que almejem regressar a casa e dar os seus melhores contributos aos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É o nosso Governo que tem feito uma forte aposta nas carreiras dos profissionais de saúde, de forma a fixar estes trabalhadores na Região e para que tenhamos os nossos profissionais motivados. Contemplaremos também a integração dos contratos covid-19. São cerca de 500 pessoas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado!

A Oradora: Foi o nosso Governo que apresentou o Novo Estatuto da Carreira do Docente de forma a fixar e atrair docentes para a Região Autónoma dos Açores, dando estabilidade a esta classe.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É o nosso Governo que está a propor, nos documentos do Plano e Orçamento para 2024, reduzir o tempo necessário para a progressão na carreira dos funcionários públicos de forma a valorizar o seu trabalho e garantir que somos uma região atrativa profissionalmente.

Estas são as medidas que propusemos aos açorianos. Não são medidas maniqueístas, como aqui foi dito. Foi o nosso compromisso eleitoral e é o que queremos concretizar!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Consideramos que estes documentos concretizam um apoio ímpar aos nossos idosos, através do reforço e simplificação do COMPAMID, do aumento do Cheque Pequenino e do alargamento a todos os concelhos de um programa tão reconhecido nacional e internacionalmente como o Novos Idosos. Estes documentos dão também resposta aos agricultores mantendo o fim dos rateios, garantindo-lhes previsibilidade. E apostam na sustentabilidade económica e ambiental do sector leiteiro, que prevê a diversidade produtiva das fajãs de S. Jorge e a candidatura do queijo de S. Jorge a património imaterial da Unesco, medidas que desacreditam quem prevê um desaparecimento dos produtos de qualidade da agricultura açoriana.

Estes documentos dão resposta aos desafios de hoje e do futuro, com a consciência desta grande responsabilidade e da dimensão do desafio que é lutar pelo futuro dos Açores!

Mas também reforça o nosso empenho sem descanso e a nossa ambição renovada na procura das melhores soluções para assegurar qualidade de vida a todos aqueles que vivem nas nossas ilhas.

Estamos focados sempre no tanto que falta fazer! Cumpre-nos, pois, continuar. Continuar a puxar os Açores para cima, conjuntamente com todos aqueles que, partindo de pontos de vista diferentes do nosso, desejem contribuir para um diálogo democrático aberto e construtivo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O caminho nunca será desistir! O caminho não pode ser voltar atrás! Da nossa parte estamos prontos para continuar a trabalhar na construção do nosso futuro coletivo!

Vamos a isso!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, do Grupo Parlamentar do Chega.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, caros Açorianos:

Iniciámos este Plano e Orçamento para 2024 com três palavras: diálogo, estabilidade e compromisso.

Deputado Carlos Silva (PS): Diálogo?!

O Orador: Iniciado o diálogo depois do chumbo do último Orçamento, o Chega nunca voltou as costas ao mesmo. Dissemos estar disponíveis para conversar e chegar a acordo em questões fundamentais para o povo açoriano.

Estamos aqui para trabalhar e não para atrapalhar, mas não abdicamos da nossa ideologia nem do nosso papel fiscalizador.

Achamos, desde sempre, que só o diálogo leva à estabilidade política ou governativa que esta nossa terra tanto precisa. Uma estabilidade, sempre o dissemos, que não poderia ser a qualquer custo, mas através do respeito, algo que no passado não aconteceu. E se tal também não aconteceu, seguramente, foi por falta de diálogo e de compromisso e por querer agradar a todos, mesmo aqueles que não representavam o povo, mas apenas as suas vaidades pessoais, como ficou bem claro nas urnas nas passadas eleições a 4 fevereiro.

Mas tudo isto é passado. E como diz o sábio povo: “Tristezas não pagam dívidas.” E esta nossa terra precisa de ideias para o futuro. Contudo, durante esta semana, perdemos demasiado tempo com arqueologia e a retirar esqueletos do armário. Para governar bem, não basta fazer diferente de quem fez mal, é preciso fazer

melhor.

O Chega vai continuar vigilante relativamente ao despesismo, ao compadrio e ao caciquismo.

A Administração Pública Regional não pode continuar a engordar e ser a agência de emprego dos partidos ou de qualquer governo.

Em nome da estabilidade, através do diálogo e do compromisso, estamos aqui para dizer: presentes! E queremos participar e contribuir para um futuro melhor nesta terra, essencialmente nas questões mais urgentes. Somos e sempre seremos parte da solução, jamais fonte de problemas. O nosso compromisso não é com o Governo, mas sim com os açorianos.

Aqui estamos em mais um momento difícil nos Açores e perante mais esta tragédia do Hospital do Divino Espírito Santo, o maior hospital dos Açores, em que um incêndio destruiu uma das mais importantes estruturas de cuidados de saúde da Região. O Chega não poderia estar de costas voltadas para esta realidade. Aqui estamos a dizer que somos todos açorianos, em prol da nossa terra e da nossa gente.

As camisas partidárias devem ficar do lado de fora destas paredes. Os açorianos não iriam compreender que, neste momento tão difícil, estivéssemos aqui a discutir a pequena política.

Queremos que a reconstrução do Hospital do Divino Espírito Santo, em São Miguel, avance. No entanto, os centros de saúde e hospitais em todos os Açores nunca poderão ficar esquecidos.

Ficou provado que precisamos todos uns dos outros e somos mesmo uma família com nove irmãos, mas queremos também que se apurem eventuais responsabilidades e que se adotem medidas preventivas para que eventos desta natureza não se repitam.

Não conseguimos impedir os sismos e outras catástrofes, mas podemos e devemos ser proativos na manutenção dos nossos edifícios públicos, nomeadamente

daqueles mais críticos para os Açores, como é o caso dos hospitais.

Não vamos esconder que desde Plano e Orçamento saímos felizes por inscrever um aumento considerável para os nossos idosos, que no patamar mais baixo terão um aumento de 20 %, graças ao Chega. Não somos vaidosos, mas orgulhosos das nossas conquistas em prol de quem mais precisa.

Não vamos fingir que o esforço do Chega quanto à habitação só agora começa a ser uma realidade. Sempre o dissemos, os açorianos querem uma casa que possam pagar. Desta vez, o Governo Regional deu-nos ouvidos e pôs mãos à obra. É apenas o começo? Sim, é verdade. Mas sem inícios, nada disso seria feito ou teria um bom final.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quer gostem, quer não gostem, o Chega será sempre uma voz incómoda e uma voz fiscalizadora da ação governativa. Seremos sempre parte da solução. Mas não viramos as costas a questões como os abusos do RSI e a sua falta de fiscalização. Não estamos satisfeitos com as condições dos nossos pescadores e agricultores, duas classes que merecem toda a nossa consideração e que necessitam de ser dignificadas. É preciso encontrar estratégias para valorizar mais os produtos da pesca e da agricultura, e dar melhores condições de trabalho a agricultores e pescadores, que há muito andam a gritar por socorro.

Açorianos:

Nada se encerra neste Plano e Orçamento, nada acaba aqui. Enfrentemos isto, sim, como um recomeço, uma nova viragem de página em prol do nosso povo.

Da nossa parte, cá estaremos para fazer cumprir o compromisso que este Governo Regional assumiu connosco, porque o que for bom para os governantes tem que ser sempre excelente para o povo.

Disse. Muito obrigado.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, um momento alto!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos: Terminado o debate na generalidade das propostas de Plano e Orçamento para 2024 e Orientações de Médio Prazo 2024-2028, é chegada a hora de cada um dos partidos e do Governo tomar a palavra para o encerramento da discussão.

Este é um momento importante, não é apenas um formalismo.

É bom não esquecermos que, a par do Programa do Governo, estes documentos, anualmente, apresentados ao Parlamento, para debate e apreciação, são elementos-chave para a determinação do sentido estratégico que cada Governo tem, ou devia ter, na implementação de políticas sectoriais em cada uma das nossas nove ilhas.

É bom não esquecermos também a razão por que estamos aqui. Estamos aqui porque o Governo alienou parceiros, desiludiu apoiantes e destruiu a maioria de apoio parlamentar que tinha!

O resultado foi que, por única e exclusiva culpa do Governo, o frágil exercício de equilíbrio no qual embarcou em 2020 saldou-se pelo fracasso e pela necessidade de irmos a eleições.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ganhámos as eleições!

A Oradora: Estamos aqui, pois, não porque o Partido Socialista tenha falhado a

qualquer compromisso, violado qualquer acordo ou falhado qualquer promessa. Estamos aqui porque as apregoadas promessas de equilíbrio deram em nada, os compromissos de estabilidade saíram defraudados e os acordos foram rasgados.

E a responsabilidade por esta situação é da coligação e de quem a chefia.

Assistimos, durante estes três dias, a um subtil exercício de duplicidade política que acarreta, ele mesmo, uma flagrante contradição por parte da coligação.

Consciente que, apesar de tudo e ainda hoje, este Governo e os partidos que o suportam se têm revelado incapazes de fazer coincidir no mesmo tempo e no mesmo projeto político, a legitimidade do voto e a legitimidade do mandato.

Daqui até desdizer hoje o que disseram ontem, vai um passo que não hesitam em dar.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Que horror!

A Oradora: Em 2020, falhada a vitória nas urnas, era a maioria expressa de apoio no Parlamento que contava para legitimar o Governo da coligação.

Hoje, falhada uma maioria expressa de apoio no Parlamento, agarram-se aos votos.

No meio de tudo isto, o que resulta não parece ser bom nem parece ser bonito e resume-se a que o que importa é garantir o poder a qualquer custo, e a legitimidade ajusta-se às circunstâncias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Assim é, porque, convém não o esquecer, a solução de governo que a coligação apresenta a este Parlamento e que agora quer ver dotada de instrumentos previsionais, como o Plano e o Orçamento para 2024, bem como as Orientações de Médio Prazo 2024-2028, é politicamente mais frágil e mais instável do que a anterior.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Que horror!

A Oradora: Convém não esquecer, o programa do Governo foi apenas aprovado pelos três partidos da coligação, que os restantes cinco partidos representados neste Parlamento não deram o seu acordo, não deram a sua concordância, nem votaram a favor do programa deste Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: E refiro isto, não por um simples exercício de memória, mas porque esta circunstância deveria levar o Presidente do Governo a refletir, a dialogar mais, a não se fechar na exiguidade política da coligação.

Contudo, não foi isto que aconteceu. O Governo tem-se colocado numa posição de sobrançeria, e até arrogante face ao Parlamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Oh, sim!...

A Oradora: O Governo não dialoga com os partidos. São os partidos, imagine-se, que devem pedir para dialogar com o Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E se isso pode dizer alguma coisa sobre os partidos políticos que a isso se sujeitam, dirá sempre muito mais sobre o Governo e, desde logo, sobre o facto de a centralidade do Parlamento ser já letra morta para ele.

Sras. e Srs. Deputados,

As últimas semanas foram marcadas pelas consequências da inoperacionalidade do Hospital do Divino Espírito Santo, fruto do incêndio que deflagrou numa área técnica daquela unidade hospitalar no passado dia 4 de maio, e pelo impacto dessa tragédia no funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanhou com enorme apreensão o desenrolar dos acontecimentos tendo, no próprio sábado, dado nota pública e manifestado total solidariedade para com os profissionais e voluntários das áreas

da saúde, proteção civil e ação social, e para com os doentes e os seus familiares. Nas semanas seguintes auscultámos e visitámos as instituições mais diretamente envolvidas e afetadas pela reorganização necessariamente imposta ao Serviço Regional de Saúde.

Para este Grupo Parlamentar foi fundamental perceber e aprofundar o conhecimento sobre o real impacto desta situação, tendo manifestado desde o primeiro momento a nossa total disponibilidade para ser parte da solução.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi o voto contra!

A Oradora: Com esse propósito, instámos o Governo a prestar a necessária informação sobre esta ocorrência e, já esta semana, desafiámos o Presidente do Governo a dar a conhecer a todos os partidos a estimativa de custos associados à recuperação e requalificação do HDES, bem como à normalização da atividade do Serviço Regional de Saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Demagogia pura!

A Oradora: A bem da transparência, o imprescindível esclarecimento chegou no final de terça-feira, aceitando o Presidente do Governo o desafio por nós lançado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não foi a seu pedido!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados,

Apesar das acusações de alarmismo, o PS não abdica do acompanhamento desta situação, por isso exigiu e exigirá, sempre que tal for necessário, as informações que entender úteis ao cabal esclarecimento desta ou de qualquer outra situação que impacte diretamente na vida daqueles que nos elegeram.

Face ao que acabámos de explicar sobre o nosso entendimento a propósito da situação de calamidade que vivemos atualmente na Região, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é, como sempre disse, parte da solução. Por isso, acompanhamos as propostas de alteração apresentadas pelos partidos da coligação

sobre a recuperação do HDES, e votaremos a favor das mesmas.

Dessa forma, o Partido Socialista garante que o Governo Regional terá o enquadramento orçamental da receita e da despesa que ele próprio considera necessário e adequado para efeito da recuperação dos estragos causados pelo incêndio no HDES.

Move-nos o superior interesse dos Açores e dos açorianos e o entendimento de que é urgente resolver esta situação, devolver tranquilidade aos nossos concidadãos e dotar o Governo Regional dos meios de que diz necessitar para levar a efeito, no mais curto espaço de tempo, as ações atinentes à total recuperação e requalificação do Serviço Regional de Saúde.

De acordo com a informação prestada pelo Governo Regional, são necessários, em 2024, cerca de 25 milhões de euros para efetivar essa normalização. Nesse sentido, para além de acompanhar as propostas de alteração apresentadas, o PS propõe, igualmente, uma alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Essa proposta pretende assegurar que os recursos destinados a esse fim são efetiva e exclusivamente utilizados para a recuperação do HDES e para os custos extraordinários ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, decorrentes da inoperacionalidade daquela infraestrutura.

Não posso, contudo, terminar a referência a esta situação sem denunciar e repudiar, uma vez mais, a hipocrisia, a demagogia e o cinismo políticos que o Governo e os partidos da coligação fizeram contaminar este assunto.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Que horror!

A Oradora: Antes deste debate e ao longo do mesmo, foram claras e evidentes as tentativas de condicionar e constringer o sentido de voto dos partidos representados neste Parlamento a coberto de pedidos de solidariedade para com o Governo e de responsabilidade nesta conjuntura.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Que horror!

Tanta azia, Sra. Deputada!

A Oradora: Este inqualificável aproveitamento político da desgraça que se abateu sobre o Hospital de Ponta Delgada e sobre o Serviço Regional de Saúde merece denúncia e merece repúdio.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Merece denúncia e repúdio, desde logo, porque, da parte do PS, a nossa responsabilidade e solidariedade são para com os Açores e os açorianos, não são para com a coligação nem para com o Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Este é o Governo dos Açores!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror! Nem a senhora acredita no que está a dizer!

A Oradora: Mas, em segundo lugar, este inqualificável aproveitamento político merece denúncia e repúdio porque não pode passar em branco nem pode passar incólume a hipocrisia política, a demagogia e o cinismo que ele traduz por parte do Governo e dos partidos da coligação.

No início de outubro de 2019, os Açores foram assolados pelo Furacão Lorenzo. Cerca de um mês e meio depois já estavam contabilizados prejuízos de mais de 300 milhões de euros por todas as ilhas da Região, estava o Parlamento a discutir e votar o Plano e Orçamento para 2020.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Fazem contas depressa!

A Oradora: Onde estavam então os que agora reclamam o sentido de responsabilidade da oposição?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Do lado do

Governo!

A Oradora: Onde estavam então os que agora despejam lancinantes apelos de solidariedade dos partidos políticos e ao seu sentido de responsabilidade?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Eu digo-vos: estavam na oposição de então. E não houve prejuízos ou devastação que os tivesse sensibilizado, porque o Plano e o Orçamento para 2020 foram aprovados com os votos a favor do PS e do CDS e com os votos contra do PSD e do PPM.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Afinal estávamos lá!

A Oradora: E, ironia do destino, alguns dos que então nas bancadas do PSD, do CDS e do PPM invetivavam o Governo Regional do PS no meio daquela calamidade, hoje transformaram-se nos mais piedosos e cândidos suplicantes por responsabilidade e por solidariedade.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ó senhora, pelo amor de Deus! Está boa para atriz!

Deputado Lubélio Mendonça (PS): A verdade dói!

A Oradora: Por isso, falo sim de hipocrisia política, de demagogia e de cinismo, porque o vosso comportamento político, nessa parte, não tem outro nome!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Mas, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, há, infelizmente, muitas e claras diferenças entre o PS e os vossos partidos; há, felizmente, muitas e claras diferenças entre os Governos Regionais do PS e os vossos Governos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Graças a Deus!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ainda bem!
A senhora foi a votos há pouco tempo e ainda não aprendeu!

A Oradora: E uma delas é exatamente esta: em 2019, os senhores votaram cegamente contra por causa do PS e apesar do interesse dos Açores e dos açorianos; hoje, nós não votaremos contra os documentos anuais por causa do interesse dos Açores e dos açorianos e apesar do Governo do PSD, do CDS e do PPM.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ainda lhe dá uma coisinha má...

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Não obstante esta nossa tomada de posição em relação às propostas de alteração da coligação, o PS mantém reservas quanto ao Plano e ao Orçamento apresentados pelo Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E votaram contra!

A Oradora: São propostas de continuidade, que em pouco, ou nada, se encontram alteradas face ao que foi apresentado em novembro de 2023. O único dado verdadeiramente novo é, evidentemente, o incêndio do dia 4 de maio.

Nesse sentido e de forma coerente com tudo o que até agora dissemos, o PS irá abster-se na votação do Plano e do Orçamento para 2024, assegurando, assim, que o Governo Regional passa a dispor de todos os meios necessários para concretizar a recuperação dos danos causados na infraestrutura do HDES e para a resolução das restrições à sua operacionalidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Para além do Plano e Orçamento para 2024, serão hoje votadas as Orientações de Médio Prazo 2024-2028.

Naturalmente e em coerência com o antes dito, também votaremos a favor das propostas de alteração apresentadas pela coligação a este documento e que se destinam a colmatar a necessidade de despesa e investimento público no HDES, num “horizonte temporal alargado”.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Porque é que está zangada?

A Oradora: Todavia, no dizer do próprio documento, as Orientações de Médio Prazo “dão forma e substância às opções estratégicas e aos objetivos de médio prazo”, pois estão “alinhas com a Agenda para a Década” e “assentam no Programa do XIV Governo dos Açores”.

Como foi explicitado ao longo destes dias, discordamos da estratégia contida neste documento porque agudiza a situação de fragilidade das contas públicas, desconsidera as dificuldades persistentes de convergência da riqueza gerada, ignora os desafios demográficos e de envelhecimento, continua sem atender às baixas qualificações, sacode para debaixo do tapete o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais e menospreza a sobrelotação habitacional e as dificuldades de acesso a uma habitação condigna.

As dificuldades estruturais que acabo de mencionar têm lugar apenas no diagnóstico da situação nas primeiras páginas do documento, mas não têm qualquer correspondência na ação perspetivada a médio prazo e muito menos na ação passada.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Muito bem!

A Oradora: Em matéria de Orientações de Médio Prazo 2024-2028, o Governo dos Açores apresenta a mesma receita, comete os mesmos erros e, alegadamente, espera uma apreciação e um resultado diferentes!

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não pode acompanhar a proposta apresentada e votará contra!

Vamos a factos!

Primeiro: sustentabilidade financeira. A dívida pública regional atingiu 3200 milhões de euros no final de 2023, o que representa um aumento de 800 milhões de euros em três anos. 140 milhões de euros só no ano de 2023!

Já no primeiro trimestre de 2024, o défice registado foi de 126 milhões de euros, o maior de sempre, desde que há informação disponível no site do Governo, e metade do défice registado no todo nacional, repito, metade do défice registado em Portugal!

A dívida a fornecedores nos Hospitais, EPE, e nas Unidades de Saúde de Ilha atingiu, em 2023, o valor recorde de 195 milhões de euros e os resultados líquidos são negativos em 39 milhões de euros.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): E a Saudaço?

A Oradora: Perante o problema de subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde, o desequilíbrio das contas públicas e os alertas e recomendações do Tribunal de Contas, o Governo mantém uma atitude imprudente e irresponsável, colocando nas empresas fornecedoras do Governo Regional o ónus dos seus próprios desmandos orçamentais.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, continuidade em matéria de contas públicas significa degradação acentuada do défice e da dívida, significa aumento do prazo médio de pagamentos e significa, a prazo, uma Autonomia de mão estendida!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Segundo: coesão social. Em matéria de indicadores sociais, depois de um período de convergência com as médias nacionais, registado até 2020, com este Governo

de coligação PSD, CDS e PPM, os Açores, nos últimos três anos, estão a divergir do país...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Abstenção violenta!

A Oradora: ... e a agravar os indicadores de taxa de risco de pobreza, privação material, desigualdade social e sobrelotação habitacional. Os dados são do INE e foram recentemente reconfirmados no relatório “Portugal, Balanço Social 2023”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Calma, Sra. Deputada!

A Oradora: Perante isto, que soluções apresenta o Governo? Mantem engavetada a Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, lançada pelo Governo do PS, e tarda em avançar com o plano que supostamente a substituirá. Entretanto, os casos de sem-abrigo são em cada vez maior número, o número de pessoas em cada habitação aumenta, a acessibilidade a casa própria diminui e as dificuldades em cumprir com as obrigações perante a banca, em matéria de crédito à habitação, não melhoram.

No que toca à Educação, passaram três anos a anunciar uma Estratégia da Educação para Década. Levaram tanto tempo, que a estratégia já não é para a década. É para seis anos!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A senhora devia ter vergonha de dizer isso! Não seja mal-educada!

A Oradora: Sobre ela, o que há a dizer é que, tal como propusemos, o diagnóstico está feito e as metas estão estabelecidas. O que falta mesmo é a estratégia, ou seja, ninguém ainda percebeu como se atingirão aquelas metas.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A senhora levou 18 anos a reconhecer a pobreza! Que horror!

A Oradora: As palavras pacto, diálogo e compromisso não têm eco nesta estratégia agora apresentada.

Que credibilidade merece um Governo que em setembro passado assume com os

parceiros, no âmbito do famigerado Acordo de Parceria, o compromisso de atingir, em 2028, a taxa de 15 % de abandono escolar precoce de educação e formação, e passada meia dúzia de meses adia esse compromisso em dois anos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vem aí uma nova direção do PS!

A Oradora: Ainda no domínio da coesão social, as políticas habitacionais evidenciam uma enorme rigidez e dificuldade de adequação ao momento crítico que vivemos.

A escassez de oferta de habitação para arrendamento, o aumento dos preços da habitação seja para compra seja para arrendamento e o aumento da taxa de juro seriam sinais de alarme mais do que suficientes para motivar uma total reformulação das políticas de habitação na Região.

O que vemos? Pequenos e pontuais ajustes aos programas definidos em 2019 que são totalmente insuficientes para melhorar o acesso dos açorianos e açorianas a uma habitação condigna.

Acresce que ao ritmo de construção de uma casa concluída em quase quatro anos, tememos que o contributo do Governo fique muito aquém das necessidades em matéria de habitação.

Sras. e Srs. Deputados, importa despertar desta letargia e perceber que mesmo que se execute todo o PRR, o que neste momento nos parece muito improvável, precisamos de outras soluções que não encontramos neste documento.

Deputado Flávio Soares (PSD): A raiva faz mal à pele!

A Oradora: Não seria de equacionar o envolvimento dos privados na promoção de investimento em matéria de habitação? Continuidade em matéria de habitação significa agravamento da sobrelotação e execuções insuficientes para as necessidades prementes de reforço da oferta de habitação nos Açores.

Terceiro: coesão económica.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O seu tempo está a acabar! Está a ficar cansada!

A Oradora: O Acordo de Parceria Estratégica, assinado em setembro de 2023, contempla o compromisso de “Promover a consistência na redução do Prazo Médio de Pagamentos na Administração Pública”. Também neste aspeto, o compromisso não está a ser cumprido e a consistência não tem sido conseguida. A própria AICOPA desafia o Governo a pagar as dívidas que tem em atraso no valor de 10 milhões de euros às empresas do setor da construção civil, e fala em atrasos superiores a seis meses.

No mesmo acordo, anunciado com pompa e circunstância, está previsto “Agilizar a implementação do sistema de incentivos Construir 2030”.

Até ao momento, as dificuldades persistem, não havendo um único projeto aprovado, no âmbito deste regime, e não se vislumbram perspetivas de alteração deste cenário, nem mesmo as relacionadas com a implementação de um sistema de capitalização efetiva do tecido empresarial regional.

Dados do Banco de Fomento, divulgados hoje na comunicação social regional, confirmam a fraca adesão das empresas açorianas ao Fundo de Capitalização das Empresas do PRR. Apontam para 630 mil euros de candidaturas, em 20 milhões de euros, ou seja, 3,15 %.

Ainda no que toca ao investimento público, o Governo tarda em passar dos anúncios aos atos, apresentando taxas de execução reveladoras da sua incapacidade de concretização e uma sucessiva diminuição dos valores absolutos do investimento público ao longo dos últimos três anos.

Factos evidenciados pelo Conselho Económico e Social dos Açores no parecer a estes documentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos,

O PS sabe qual o espaço que ocupa, e é dentro desse espaço que se move de forma responsável e vigilante, assumindo sempre que estará do lado das soluções e não do lado dos problemas, mas não abdicando de evidenciar as diferenças, e são

muitas, aquelas que nos separam.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Custou-lhe dizer a palavra “abstenção”!

Deputada Andreia Cardoso (PS): A mim?! Nem pensar! Talvez lhe custe a si a nossa abstenção!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Sr. Presidente, começo por referir a estranheza do facto de, não obstante nós fazermos estas intervenções pela ordem de grandeza dos respetivos grupos parlamentares, a pessoa que esteve antes de mim achou que o meu grupo parlamentar era exíguo, o que não deixa de ser estranho para quem acabou de intervir antes daquele que era maior do que o da senhora. Mas, pronto, é apenas a forma que quem esteve aqui antes de mim tem de olhar a democracia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estes três dias de debate das propostas de Plano e Orçamento para 2024, bem

como das Orientações de Médio Prazo, deixaram algumas certezas: estamos perante documentos que concretizam a palavra dada, estamos perante documentos que cumprem o Programa do Governo aprovado e estamos perante documentos que prosseguem a mudança que os Açores necessitam e que os eleitores açorianos sufragaram nas eleições de 4 de fevereiro. A isto chama-se respeitar o contrato eleitoral celebrado com o povo açoriano.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

O Orador: Quando assim é, os representantes do povo dão boa consequência à sua função, respeitando a vontade dos eleitores.

Mas há aqui neste Parlamento quem entenda diferente, há nesta Assembleia quem ache que esta governação é circunstancial, quem ache que os resultados das eleições são circunstanciais, ou seja, há neste Parlamento quem pense, por despeito e arrogância, que a democracia é circunstancial, que o povo se enganou e que decidiu mal nas eleições regionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É nosso dever clarificar que há alguma oposição, mesmo que de cravo na lapela ou em citações exaltadas de vultos da luta pela liberdade, que esconde, porém, uma profunda e recalcada falta de respeito pela democracia.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E é muito importante, mesmo muito importante, que os açorianos conheçam quem assim pensa e afirma, que é, nem mais nem menos, o maior partido da oposição: o Partido Socialista.

Na sua desorientação política, o Partido Socialista diz que há resultados eleitorais

circunstanciais e, dessa forma, revela que desrespeita a democracia, desrespeita o voto popular e desrespeita o povo dos Açores.

À medida que vamos conhecendo como o Partido Socialista lida com as eleições que lhes são desfavoráveis, vamos percebendo melhor as reais intenções daqueles que, tendo perdido o poder, querem impedir de governar quem os açorianos escolheram.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E isso é já evidente e notório quando a única coisa que o Partido Socialista tem feito é uma permanente oposição de terra queimada a políticas e a medidas objetivamente boas para os Açores e para os açorianos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi assim em novembro último, aquando do voto contra este Plano e este Orçamento. Mas já havia sido assim com o voto contra os sucessivos orçamentos da legislatura anterior desta coligação, mesmo sendo estes documentos altamente descondicionados, tal como este, por uma herança de problemas em tudo quanto era área governativa do tempo em que eram os próprios socialistas que governavam.

É falso que o PSD não tenha estado ao lado dos açorianos nos orçamentos retificativos relativamente ao Lorenzo e à situação da covid. Votámos ao lado dos açorianos, precisamente porque era essa a necessidade que o povo tinha.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

A favor do retificativo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é curioso que quem aqui antes de mim tentou com uma falsidade recriminar o PSD pelo voto contra os orçamentos no seu tempo de governação

por causa do Furacão Lorenzo, votou aqui contra os orçamentos desta coligação precisamente para fazer face aos problemas do Furacão Lorenzo! Em que é que ficamos, Sra. Deputada? Em que é que ficamos?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Tem mais para ouvir!

O Orador: É verdade, no passado dia 7 de maio, apenas três dias após o incêndio ocorrido no Hospital do Divino Espírito Santo, o Partido Socialista disse publicamente, em alto e bom som, que iria novamente votar contra a proposta de Orçamento para 2024.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade!

O Orador: Indiferentes ao sucedido no maior hospital da nossa Região, o PS manteve a sua habitual postura de permanente opção pela política do bota-abaixo. Menos de 24 horas depois, na manhã do dia 8 de maio, o mesmo Partido Socialista usou a tragédia ocorrida no Hospital do Divino Espírito Santo para dar o dito por não dito e afirmar que o seu sentido de voto afinal estava em aberto.

Por puro e calculado interesse partidário, os socialistas aproveitaram-se de uma calamidade para dizer agora que já se dispõem a não votar contra o Orçamento e até a acompanhar as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, pelo CDS, pelo PPM e pelo Chega. Isto é que é aproveitamento político!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por puro e calculado interesse partidário, o PS tudo fez para aproveitar-se da tragédia ocorrida no Hospital do Divino Espírito Santo. Enquanto outras forças políticas trabalhavam em propostas para acudir à situação de emergência que afeta o Serviço Regional de Saúde, o Partido Socialista desatou a fazer reuniões com administrações dos hospitais. E para que serviram essas reuniões? Não foi para apresentar propostas, certamente. Não foi para apresentar propostas que essas reuniões serviram.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não!

O Orador: O Partido Socialista só fez isso para fazer publicar notas de imprensa, aparecer na comunicação social e tentar lançar o pânico nas populações. Isto também é aproveitamento político!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): E em plena pandemia era aproveitamento de quem?

O Orador: Este sentido de voto acabado de anunciar a alguns destes documentos por parte do Partido Socialista é enganador, pois só visa iludir os açorianos.

Além do mais, este sentido de voto do Partido Socialista não é um voto verdadeiro, é um voto interesseiro relativamente à situação que estamos a viver nos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas que incómodo com esta abstenção!

O Orador: Mas desenganem-se aqueles que possam pensar diferente desta situação, porque os socialistas continuam, como, aliás, ficou provado ainda há pouco, a ser contra tudo e contra todas as políticas desta maioria plural, que está a mudar os Açores para melhor.

No fundo, também, o PS consegue encontrar aproveitamento político que os

liberte do ónus de não estarem ao lado dos açorianos perante uma emergência como a que atualmente os Açores enfrentam.

Não obstante, tendo de repetir tudo, tendo de repetir aquilo que de facto estamos a fazer com uma maioria não socialista, é incontornável que estes documentos devam também dar resposta à emergência surgida com o incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo.

É por isso que apresentamos propostas de alteração aos documentos orçamentais, que respondem com medidas concretas à atual situação do Hospital do Divino Espírito Santo e que afeta todo o Serviço Regional de Saúde.

Para além de medidas que acudam a atual situação de calamidade, o Orçamento para 2024 tem em conta as respostas que os açorianos exigiram nas eleições de 4 de fevereiro e vai ao encontro da concretização do que todos queremos para a nossa Região, uma Região em que a boa administração dos Açores pelos açorianos nos devolva os resultados que queremos alcançar, para que o nosso futuro coletivo seja de prosperidade.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Com a aprovação deste Orçamento, os Açores continuarão a ter os impostos mais baixos do país. Com a aprovação deste Orçamento, os açorianos continuarão a viajar entre ilhas a um preço máximo de 60 euros, com a Tarifa Açores. Com a aprovação deste Orçamento, os nossos agricultores continuarão a receber apoios sem cortes, graças ao fim dos rateios que o Governo da coligação determinou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr.

Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estes documentos, que desejamos finalmente ver aprovados, asseguram novos aumentos em importantes apoios sociais, como o complemento regional de pensão, o cheque pequenino e os complementos ao abono de família, aos doentes oncológicos e à compra de medicamentos — o COMPAMID.

Este é um Orçamento de justiça social, amigo das famílias e determinante no combate à pobreza.

O alargamento do Programa Novos Idosos, que é já identidade de uma nova relação de proximidade, apoio e acompanhamento da população idosa, consagra uma política social não socialista, não caritativa, não assistencialista, mas, sim, promotora do elevador social e de um terceiro setor que é parceiro no nosso desenvolvimento coletivo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Com o investimento na regularização das carreiras de professores, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, farmacêuticos, médicos e trabalhadores da Administração Pública, para níveis que são o seu direito, com maior aposta nas creches gratuitas, melhores bolsas universitárias, reforço ao apoio social escolar, empenhada cooperação com as instituições sociais, apoio a um emprego estável, à formação e à qualificação, este Governo da coligação consagrou um investimento sem precedentes naquele que é o melhor ativo dos Açores, o nosso capital humano, as açorianas e os açorianos.

O Orçamento prevê também a valorização dos recursos humanos da Administração Pública, bem como a integração de profissionais do Serviço Regional de Saúde mediante a regularização dos chamados contratos covid, que

irá abranger, finalmente, 515 profissionais.

Com este Orçamento, a remuneração complementar será aumentada em 5 %, passando o teto máximo remuneratório para cerca de 1700 euros, abrangendo assim mais 1503 trabalhadores.

Obrigaram o Governo e os Açores a seis meses de impasse, mas nós não desistimos! Nós não desistimos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Este é o Orçamento que reduzirá em 40 % o tempo necessário para que os funcionários públicos subam na carreira, beneficiando para já 2800 trabalhadores e com um impacto de 4 milhões de euros.

Além disso, o Orçamento para 2024 possibilita a entrada em vigor do fim das quotas de avaliação de desempenho na Administração Pública.

Para as pequenas e médias empresas, a aprovação do Orçamento garante a redução da taxa de IRC para 8,75 %, a mais baixa do país.

Este é também o Orçamento amigo das autarquias dos Açores, valorizando a proximidade das políticas públicas e estabelecendo relações de parceria e apoio ao poder local, num verdadeiro novo paradigma da relação institucional com as autarquias, que trata todas por igual, Srs. Deputados.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Estes documentos recebem...

Peço desculpa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É de ir às lágrimas!

O Orador: É verdade.

Estes documentos recebem, ainda mais do que em novembro, uma aprovação

generalizada dos açorianos, sejam sindicatos, patrões, instituições particulares de solidariedade social, conselhos de ilha e parceiros sociais como um todo. Todos concordam que estes documentos até já deviam estar em vigor. Mas temos também de salientar que, apesar de todas as dificuldades resultantes do chumbo do Orçamento em novembro passado, sem razão aparente ou suficiente, mas apenas para dar expressão à estratégia socialista do quanto pior, melhor, os documentos que o Governo agora submete a esta Assembleia incluem novas medidas a favor das pessoas, e que foram sufragadas pelos açorianos nas eleições de 4 de fevereiro.

Com a aprovação deste Orçamento é criado o pacote Mais Jovem, que responde aos anseios daqueles que são o futuro dos Açores. Com o pacote Mais Jovem, o Governo Regional vai garantir o pagamento de duas passagens aéreas por ano aos jovens açorianos que estejam a estudar fora da ilha de residência, seja noutra ilha dos Açores, na Madeira ou no continente.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo vai igualmente conceber um sistema em que os estudantes matriculados no ensino superior fora dos Açores apenas pagarão, por uma viagem de ida e volta, 99 euros para o continente e 89 para a Madeira, sem necessidade de solicitar reembolsos posteriores. Estas são medidas muito vantajosas para as famílias açorianas que têm filhos a estudar fora da Região, porque aliviam os encargos e os orçamentos familiares.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas as medidas para os jovens não ficam por aqui. É objetivo do Governo da coligação proceder à devolução do pagamento das propinas e do IRS a todos os jovens que se comprometam a desenvolver atividade profissional nos Açores durante cinco anos, até aos 30 anos de idade. Este Governo irá também criar a bolsa profissional que facilite o recrutamento desses jovens por parte das

entidades empregadoras, assim como permite uma oportunidade de lhes garantir empregabilidade.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bem!

O Orador: Estas são boas medidas para a juventude, pois visam assegurar o regresso e fixação nos Açores, potenciando recuperação dos nossos talentos que vão para o exterior fazer a sua formação.

As medidas do Governo da coligação preparam o futuro dos jovens açorianos, em contraste com a falta de propostas do Partido Socialista, que continua preso a um passado em que se adiaram gerações.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tempo e o momento que vivemos no País, na Europa e no Mundo são em si já um desafio à nossa resiliência.

Os últimos anos foram de grande exigência para um povo que estava cansado de um governo socialista que era parte do problema e não parte da solução. Aliás, conforme ficou provado, o Partido Socialista faz questão de, mesmo na oposição, continuar numa obstinada cruzada na defesa de políticas do passado e cujos fracassos as governações socialistas acabaram por elas próprias confirmar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Após o final antecipado da legislatura anterior, com eleições regionais e uma nova Assembleia Legislativa eleita, depois de aprovado o Programa do Governo e com urgência renovada, estamos a discutir novamente e a votar o Plano e Orçamento para 2024 e agora as Orientações a Médio Prazo para a legislatura.

Neste que é um dos momentos mais importantes da vida parlamentar, porque tem um impacto decisivo na nossa caminhada autonómica, houve quem soubesse olhar em seu redor, ver quem o povo dos Açores quis eleger para o representar e dissesse presente, convictamente, para responder a tão importantes desafios. Igualmente para este significativo momento da nossa vida parlamentar, neste grupo de forças políticas que assim atuaram e que colocam os Açores em primeiro lugar, não se incluem, como o debate acabou por comprovar, nem o Partido Socialista nem o Bloco de Esquerda.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Esta maioria parlamentar é não socialista. E quer implementar nos Açores a mudança desejada pela larga maioria dos açorianos. Quem esteve sempre em oposição a esta mudança desejada pelos açorianos foram o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda. Quem, perante a expressão mais genuína da democracia, que é o voto popular, desejava na primeira oportunidade causar dificuldades na governação dos Açores foram, do mesmo modo, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É preciso coragem na política!

O Orador: Socialistas e extrema-esquerda encontraram nos Açores uma identidade que vai muito para além de qualquer geringonça.

Da parte do Bloco de Esquerda, a questão é mais simples, conforme também demonstrado hoje: são contra tudo, seja lá o que for.

Já o Partido Socialista tem um dilema incontornável: é contra, do mesmo modo que o Bloco de Esquerda, mas acha que, tendo oportunidade de não cometer o mesmo erro duas vezes, está inibido da sua responsabilidade e da prestação de contas. Não será assim.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não será!

O Orador: O povo está atento e sabe como o Partido Socialista atuou no passado

recente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso foi escrito na semana passada, não foi?

O Orador: Nós, pelo contrário, não queremos perder mais tempo. Queremos que os Açores continuem a melhorar nos seus indicadores económicos, como sucede desde 2020, também com a redução acentuada do desemprego.

Vamos dar continuidade a políticas que apostam na educação e na formação, na melhoria de rendimentos das famílias e no apoio à nossa classe média. Estamos convictos que estes documentos respondem aos desafios do presente, projetam o nosso futuro e asseguram a melhoria das condições de vida dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

E, agora, para encerrar o debate na generalidade, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Faça favor.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Estamos a terminar três dias de debate das propostas de Orientações de Médio Prazo 2024-2028, Plano Anual de Investimentos e Orçamento Regional para 2024, documentos apresentados a esta Assembleia Legislativa pelo XIV Governo dos Açores, que são decisivos para a operacionalização e progressivo cumprimento do Programa do XIV Governo dos Açores aqui aprovado.

A votação destes documentos, permitirá, estamos convictos, finalmente, dar início a uma nova etapa na governação dos Açores. Uma etapa que propõe consistência e assertividade nos objetivos, sequente de prévia definição e implementação de políticas públicas com boa demonstração de resultados.

Tempo que requer estabilidade. Estabilidade política, que favoreça e facilite a estabilidade social e a estabilidade laboral, das quais os cidadãos, as suas instituições e as suas empresas necessitam para a criação de riqueza e de caminhos de progresso e de desenvolvimento dos Açores.

Estamos, por isso, abertos ao diálogo construtivo com todas as forças políticas e trabalharemos, como já trabalhámos, com aquelas que demonstrem disponibilidade para fazer parte da solução e que não se fiquem, apenas, pela reclamação inconsequente ou pela obstaculização paralisante.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos, agora, dar início a um ciclo de governação — 2024/2028 — que, tendo em conta o resultado das eleições de fevereiro passado, repito, porque há instantes pareceu-me ter caído no limbo de alguns, tendo em conta o resultado das eleições do passado mês fevereiro, prossegue, concretizando compromissos com o povo açoriano, assentes em cinco premissas:

- Uma governação que tem como prioridade as pessoas e as famílias;
- Uma governação reformista, conhecedora e experiente, que será prosseguida com efetividade;
- Uma governação de diálogo, capaz de construir os consensos necessários para a implementação consistente das melhores políticas públicas;

— Uma governação que promove a qualificação dos cidadãos como elevador social, enquanto meio para a construção de uma sociedade onde prevaleça a igualdade de oportunidades;

— Uma governação que cria condições para o fortalecimento do tecido empresarial regional, enquanto gerador de riqueza, que é a via mais robusta para a criação de emprego e para a consolidação da estabilidade social.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A identidade institucional e cultural da Região é um pilar essencial da coesão e do desenvolvimento sustentável que queremos para os Açores e tem a maior relevância para a sua projeção nos cenários nacional e internacional.

O nosso compromisso estratégico foi e é o de garantir a preservação dos valores e das características distintivas dos Açores, que nos tornam uma Região única e valiosa, construindo uma cidadania cultural para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade inclusiva.

A identidade cultural, em si, é um ativo valioso que contribui para a diferenciação da Região num contexto globalizado. Pela sustentabilidade.

É por isso que a preservação e promoção das nossas tradições, da nossa arte, do nosso património histórico e natural cria uma marca distintiva suscetível de nos honrar, orgulhar jovens e de elevar o sentimento de pertença às nossas ilhas, atraindo, também por isso, turismo e investimento, criando interesse internacional, que importa valorizar.

Sermos uma Região solidária e capaz de vencer os desafios das sociedades contemporâneas é uma prioridade que nos orienta no combate aos fenómenos como a pobreza e a exclusão social, bem como na promoção do rejuvenescimento demográfico das nossas ilhas.

É um desígnio, um desígnio exigente, que, por isso, impõe uma resposta estratégica e interdisciplinar, que concerte ações em torno das políticas de acesso à saúde, à educação e ao emprego.

Assumimos, e cumprimos, a promoção da coesão social e territorial como objetivo estratégico, assegurando a igualdade de oportunidades na mobilidade inter-ilhas e em tudo o que garanta a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Agimos, também por isso, no sentido de favorecer a transparência e a modernização da Administração Pública Regional, enquanto agente imprescindível da dinamização de políticas públicas sociais de sucesso.

Vamos reforçar a proximidade dos serviços de saúde, promovendo, no quadro de uma visão estratégica, de médio e longo prazo, a sua capacitação, em recursos humanos, técnicos e instalações, que melhorarão assim a sua acessibilidade.

A promoção das qualificações dos jovens e a formação inclusiva, adaptada à especialização produtiva da nossa Região, dará um importante contributo para a captação e retenção de jovens talentos, num momento de elevada mobilidade laboral e com novas tendências nas formas de trabalho.

As respostas na área do trabalho e empregabilidade dirigem-se à redução da precariedade do emprego e à integração de desempregados e inativos no mercado de trabalho.

A juventude assume um papel indispensável na modernização dos Açores e na efetivação da sustentabilidade do seu desenvolvimento social e económico.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O XIV Governo dos Açores tem uma visão transversal da política de juventude, que, assim, tem tradução na ação dos seus diversos departamentos, aqui, nesta orgânica do XIV Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Contamos com os jovens e com a sua capacidade de inovação e participação para consolidarmos uma sociedade mais justa e mais próspera.

A ambição de nos mantermos resilientes e alcançarmos níveis mais elevados de competitividade e prosperidade pressupõe a reinvenção dos setores de especialização e dos fatores competitivos, da aposta numa internacionalização sustentável e diferenciadora e da atração de investimento de alto valor acrescentado.

A ciência e a tecnologia são alavancas fundamentais do crescimento diferenciado da economia açoriana.

Serão, pois, reforçadas as sinergias entre as empresas, os centros de investigação e desenvolvimento, o ensino superior e os investigadores a nível local, nacional e internacional.

Promoveremos a adoção de processos produtivos inteligentes na agropecuária, na fileira do mar, no turismo, no comércio e na indústria, que são decisivos para a competitividade da nossa economia.

Mantemos a aposta na modernização das infraestruturas que suportam a nossa ligação e conetividade, interna e com o exterior, que são essenciais para o progresso económico e elo da nossa unidade.

Para posicionar a Região como líder em sustentabilidade e independência energética, mantemos a aposta nas energias renováveis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A economia açoriana tem demonstrado resiliência e capacidade para se transformar, avançando nas cadeias de valor da economia produtiva, designadamente agricultura e pescas, e apostando em setores com potencial de futuro desenvolvimento dos serviços, nomeadamente turismo, e, por outro lado, nas criativas economias verde e azul, bem como no desafiante setor do espaço.

Num contexto marcado pela crescente relevância da sustentabilidade nas agendas políticas globais, o Governo dos Açores assume a consistência da sua opção estratégica por uma Região sustentável e coesa territorialmente.

Reconhecemos a importância da preservação e valorização do ambiente e dos recursos existentes, da proteção do património natural e cultural e da adaptação às mudanças climáticas para a coesão e resiliência do território.

Seguiremos políticas que reforcem a resiliência dos ecossistemas, nomeadamente dos mais frágeis como lagoas, ribeiras, fajãs, encostas e arribas, para que se reduza a pegada ecológica sobre o território.

Desenvolveremos todos os esforços na implementação de políticas que implementem e incentivem boas práticas de agricultura sustentável e de pesca responsável, contribuindo, assim, para a preservação da biodiversidade, para a proteção dos ‘habitat’ terrestres e marinhos da Região e para assegurar a produção responsável e de qualidade de alimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O desenvolvimento turístico dos Açores está também assente e depende do nosso equilíbrio ambiental, razão pela qual terá de o respeitar.

Para dar resposta aos desafios de conectividade e coesão territorial que a região ultraperiférica e arquipelágica que somos e enfrentamos, a melhoria do sistema de

transporte e das suas infraestruturas constitui um desígnio deste Governo dos Açores, que será alcançado no respeito pelas metas da descarbonização.

Assumimos a habitação como domínio estratégico para promover a coesão territorial e a sustentabilidade social da Região.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Através de investimentos estruturantes, em boa parte, sim, suportados pelo PRR, o Governo dos Açores pretende tornar-se uma referência em matéria de políticas de habitação, centradas na vontade de que sejam também instrumentos de elevador social e que, por elas, se cumpra um direito de cidadania. Os riscos associados à natureza vulcânica e às alterações climáticas aconselham o investimento na Proteção Civil, que vamos manter, por forma a assegurar a minimização de consequências e agilidade da resposta a emergências.

O Poder Local desempenha um papel determinante no desenvolvimento territorial da Região, o que justifica a continuação do investimento na sua capacitação para se ajustar aos desafios atuais dos governos de proximidade.

Queremos ser uma Região prestigiada na Europa e no Mundo, reconhecida pela sua singularidade, qualidade de vida e excelência em áreas estratégicas como o turismo, a agricultura sustentável, a economia do mar, a conservação do ambiente, as energias renováveis ou a inovação tecnológica.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Queremos apresentar os Açores como exemplo de desenvolvimento sustentável e inovador, construindo parcerias estratégicas, no contexto da União Europeia e no espaço atlântico, em que nos inserimos.

A crescente afirmação da Região no cenário europeu e mundial tem como objetivo colocar os Açores globalmente vistos e presentes numa centralidade competitiva relevante.

A cooperação externa, a diplomacia económica e estratégica, potenciadora da captação de investimento externo e o fortalecimento das ligações a nível global. Aliás, elementos essenciais para dinamizar a economia regional, para projetar novos pilares de desenvolvimento e para estimular setores tradicionais na sua inovação.

Os Açores podem posicionar-se como um interlocutor ativo nos ‘fora’ internacionais, contribuindo para o diálogo sobre as questões globais e de interesse para a Região.

Somos uma Região maior que a nossa geografia terrestre e demografia residente. Temos potencial populacional que deve ser medido além-fronteiras.

É por isso que valorizamos a nossa Diáspora, ajudando na sua integração nos países de acolhimento.

E é, também por isso, que acolhemos e integramos com hospitalidade os imigrantes, que nos enriquecem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A implementação destas prioridades estratégicas exige responsabilidade e estabilidade.

A responsabilidade, que conduz ao permanente ajustamento dos interesses às possibilidades.

A estabilidade, que exige a prática do diálogo construtivo, que coloca o interesse dos açorianos antes da conveniência partidária.

Prosseguiremos este caminho, fazendo escolhas e ouvindo quem se dispõe a ser parte das soluções de governação pelo desenvolvimento da nossa terra.

É com responsabilidade e diálogo que construímos uma sociedade coesa e territorialmente importante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É neste contexto que fazemos uma clara opção pela ciência e pela inovação, reforçando o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, investindo no TERINOV e no NONAGON e fomentando a cooperação económica e o investimento externo.

Estamos focados no cumprimento das metas do PRR e na execução do Açores 2030, que nos possibilitam a execução de cerca de 400 milhões de euros por ano de fundos da União Europeia.

Vamos concretizar o nosso compromisso de valorização das carreiras da função pública, reduzindo em 40 % o tempo necessário para se chegar ao topo da carreira e aumentando em 5 % a remuneração complementar, cujo teto máximo passa de 1386 euros para 1701 euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Apresentaremos nesta Assembleia Legislativa, ainda este ano, uma proposta de um novo sistema de apoio aos órgãos de comunicação social, que possibilite o seu fortalecimento e a conseqüente capacidade para exercerem a sua imprescindível atividade com independência máxima.

O sucesso escolar é condição determinante para se concretizar o desenvolvimento social e económico dos Açores, razão pela qual promovê-lo é nossa opção convicta e determinada, que está expressa nos documentos que aqui têm estado em debate.

Os nossos agentes culturais podem contar com o nosso apoio, que pretenderá aprofundar o dinamismo da nossa criação artística e a preservação do legado cultural que recebemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A prática desportiva é indispensável ao crescimento saudável das crianças e jovens e é, por isso, uma aposta da ação do XIV Governo dos Açores, que quer ver aumentar o número de praticantes e criar condições para o desenvolvimento da nossa capacidade formativa, potenciadora da competitividade dos praticantes, que queiram seguir pela via da competição.

A resposta ao incêndio que ocorreu no Hospital Divino Espírito Santo (HDES) constitui-se, sim, como um verdadeiro e grande desafio: fazer do velho HDES um hospital novo, pensado como hospital de fim de linha, mas também para servir o futuro num quadro de complementaridades com outras unidades de saúde — centros de saúde e hospitais — bem como com os setores social e privado, cuja utilidade este infortúnio bem demonstrou.

Esta visão confirma opções de investimento, já iniciadas, na construção e manutenção de unidades locais e centros de saúde, bem como na recuperação, manutenção e investimento em hospitais, que agora serão expressivamente reforçadas por via da urgente renovação do Hospital Divino Espírito Santo.

O que importa, já deveria ter acontecido, mas vamos fazer acontecer: elaborar um plano anual de manutenção para o HDES, bem como para o HSEIT e Horta, e ainda para todas as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Fazer diferente, para que o futuro não gere herança, como a por nós foi recebida. Em vez de abandono e problemas, conservação e soluções.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Fazer diferente!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): É aquilo que os senhores nunca fizeram!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aproveito o momento, por ser oportuno, para partilhar a informação de que o Conselho de Ministros desta manhã formalizou, por Resolução, o compromisso de comparticipar em 85 % os custos relacionados com a recuperação da atividade do HDES e aprovou, ainda, um Decreto-Lei que estabelece as medidas excecionais com a situação de calamidade declarada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mantemos uma opção firme pela inclusão social e cidadania reforçando ações e apoios a favor dos mais desprotegidos, designadamente às pessoas com deficiência, às vítimas de violência, aos idosos, e da luta contra a toxicodependência e exclusão social.

A melhoria do rendimento dos agricultores é um objetivo que continuará a ter contributo da ação do Governo dos Açores.

Vamos incentivar os jovens a investirem na agricultura, premiando a sua instalação e concretizaremos investimentos na construção dos matadouros de São Jorge e do Pico, do Laboratório do Leite de São Miguel, bem como na recuperação de acessibilidades agrícolas.

Prosseguiremos com a implementação da Rede das Áreas Marinhas Protegidas, que nos permitirá cumprir antecipadamente os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030, ao mesmo tempo que apoiaremos a reestruturação da frota de pesca, possibilitando mais segurança e mais sustentabilidade na exploração dos recursos, e a modernização do setor com o sistema de incentivos

à transição energética e digitalização do setor da pesca e da aquicultura.

O desenvolvimento da economia azul passa também pela consolidação da nossa Escola do Mar, que tem importante papel na atração de jovens para o setor e na qualificação dos seus profissionais.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bem!

O Orador: Colocamos a nossa máxima atenção na concretização atempada dos investimentos financiados no quadro do PRR, que sejam destinados à transição energética ou à mobilidade elétrica, aos circuitos logísticos ou melhorias em portos e aeroportos. Mantemos firmeza nas apostas da construção do novo porto comercial das Flores e, agora, a renovação do Hospital Divino Espírito Santo.

Não abdicamos do nosso objetivo de ter turismo todo ano em todas as ilhas, nem de agir no sentido de assegurar a existência de obrigações de serviço público aéreas e marítimas, que satisfaçam o nosso desenvolvimento económico e a coesão territorial de que não abdicamos.

Vamos iniciar a execução do pacote “Mais Jovem” e reforçar as medidas de política de habitação, que darão resposta diferenciada a jovens, que poderão, assim, ter acesso a habitação a preços compatíveis com os seus rendimentos.

Na habitação teremos novas respostas para a classe média e para os mais desfavorecidos.

Tanto que tinha ainda para dizer, mas vou abdicar do anúncio detalhado. Mas relembro, com ênfase distintiva algumas destas opções:

- O compromisso de manutenção do diferencial das taxas de IVA, IRS e IRC;
- A manutenção da “Tarifa Açores”.

Sim, estes são dois exemplos que fazem a nossa diferença, a diferença para o Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A responsabilidade parlamentar é, agora, de dotar a Região Autónoma dos documentos de planeamento, essenciais à previsibilidade e à orientação da despesa pública, destinada a investir no nosso desenvolvimento, nos termos do Programa do Governo, aqui aprovado.

É tempo de findar o tempo financeiro do duodécimo e começar o tempo financeiro estável, adaptado às necessidades e ambições do nosso desenvolvimento coletivo, nos termos dos nossos recursos económicos.

Os responsáveis pelo regime duodecimal vigente têm, agora, a oportunidade de o fazer terminar.

É do interesse dos Açores e dos açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É tempo de descontinuar a interrupção da onda de progresso, programada e esperada pelos nossos trabalhadores da administração pública regional autónoma, pela nossa economia, pelas nossas famílias, pelos nossos jovens, pelos nossos idosos, pelos nossos doentes, pelos nossos empreendedores. Os sucessos não perturbam quem está por bem. Perturbam apenas os que elevam o seu ciúme por causa do sucesso dos outros.

Vamos ao futuro. Com confiança.

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Está assim encerrado o debate na generalidade.

Eu solicitava aos Srs. Líderes Parlamentares e ao Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares que se abeirassem da Mesa da Presidência.

(Conferência de Líderes)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Conferência de Líderes deliberou encerrarmos os nossos trabalhos por hoje. Retomamos amanhã às 10 horas, com as votações.

Eram 18 horas e 58 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira Rodrigues

Inês Soares de Oliveira e Sá

O redator, *André Silva*